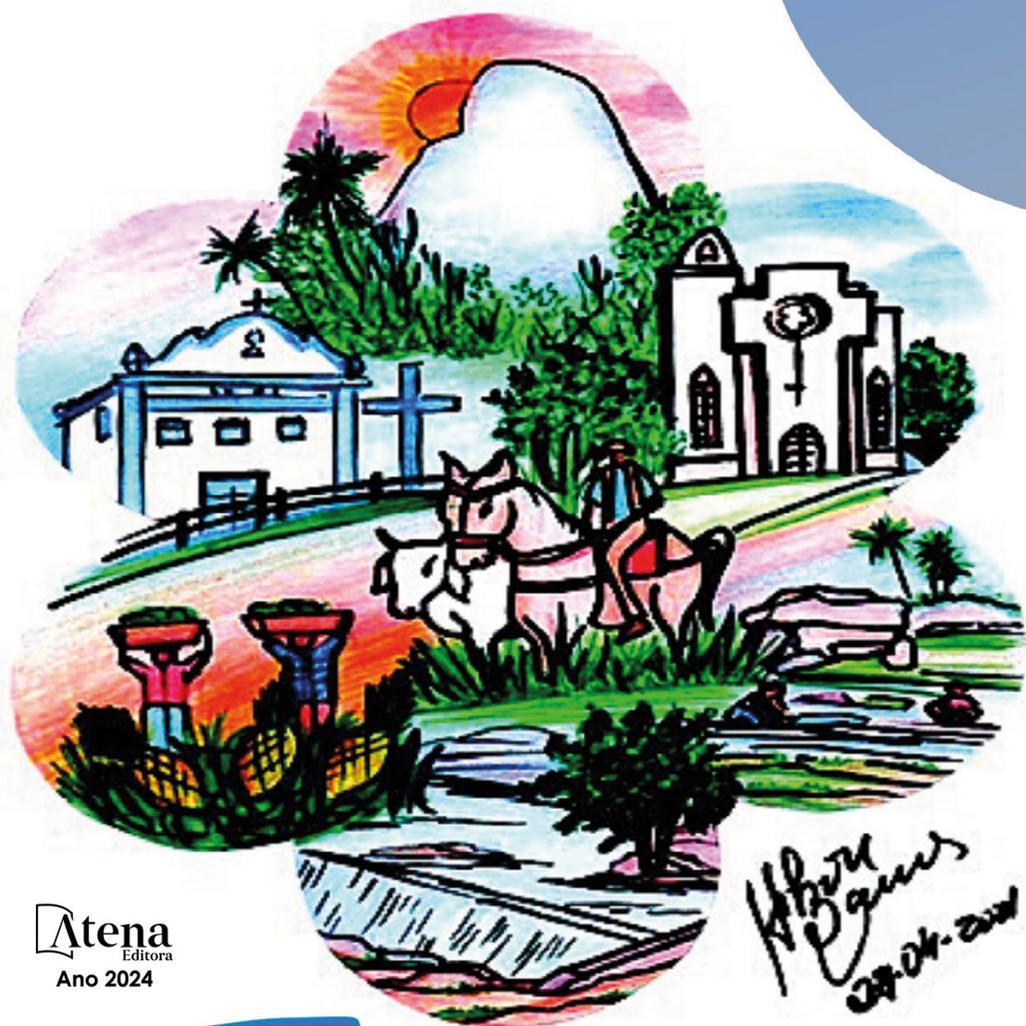


REFERENCIAL CURRICULAR MUNICIPAL DE ITABERABA



**Atena**
Editora
Ano 2024

**EDUCAÇÃO
ESPECIAL**

REFERENCIAL CURRICULAR MUNICIPAL DE ITABERABA



Atena
Editora
Ano 2024

**EDUCAÇÃO
ESPECIAL**

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

Imagens da capa

Hilson Claudino Ramos

Edição de arte

Cleyde Anne de Almeida Souza

2024 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2024 Os autores

Copyright da edição © 2024 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo do texto e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Multidisciplinar**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Profª Drª Aline Alves Ribeiro – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora
Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Eufemia Figueroa Corrales – Universidad de Oriente: Santiago de Cuba
Profª Drª Fernanda Pereira Martins – Instituto Federal do Amapá
Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Joachin de Melo Azevedo Sobrinho Neto – Universidade de Pernambuco
Prof. Dr. João Paulo Roberti Junior – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Jodeylson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Lisbeth Infante Ruiz – Universidad de Holguín
Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Profª Drª Mônica Aparecida Bortolotti – Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro Oeste
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanesa Bárbara Fernández Bereau – Universidad de Cienfuegos
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Freitag de Araújo – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia
Universidade de Coimbra
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Referencial Curricular Municipal de Itaberaba – Educação Especial

Diagramação: Ellen Andressa Kubisty
Correção: Andria Norman
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R332 Referencial Curricular Municipal de Itaberaba – Educação Especial / Adauto Araújo Lima, Ana Claudia Sampaio de Oliveira, Claudiane Pereira Bastos, et al. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2024.

Outros autores:

Claudinéia da Silva Barbosa
Cleyde Anne Almeida Souza
Daiana Santana Lima
Eliene da Silva Carneiro
Elisiane Moreira de Sousa
Gilmar Barreto de Almeida Araújo
Isadora Almeida Ribeiro
Jodelson Brito do Carmo
Nógma Elioênia Alves de Andrade Britto
Rízia Plácida Alves de Andrade Menezes
Rúbia Cristina Almeida Reis

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-2780-3

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.803243007>

1. Currículo - Educação especial. 2. Ensino. 3. Aprendizagem. 4. Educação básica. I. Lima, Adauto Araújo. II. Oliveira, Ana Claudia Sampaio de. III. Bastos, Claudiane Pereira. IV. Título.

CDD 372.1

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao conteúdo publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que o texto publicado está completamente isento de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Aos Professores, Coordenadores e Diretores

É com muito prazer que entregamos o Referencial Curricular Municipal para os profissionais da Rede Municipal de Ensino referente às etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Anos Finais, às modalidades Educação do Campo, Educação Especial, Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas.

Atendendo à Resolução Conselho Nacional de Educação, Nº 2, de 22 de Dezembro de 2017 que *“Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.”*

Este Referencial é um documento que representa mais um marco para a Educação Municipal de Itaberaba. É fruto dos esforços de uma equipe de profissionais (carinhosamente chamada “Fora de série!”), que se envolveram por reconhecerem a importância do significado que um documento dessa dimensão tem para a organização das propostas didático pedagógicas e o impacto destas na aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes e nas práticas docentes.

Foi idealizado com um estilo de conversações curriculantes que apresentam as bases teóricas e organizadores curriculares que apresentam as áreas, campos de experiências e seus respectivos componentes curriculares para servir como um guia de reflexão e inspiração para os currículos das unidades escolares.

Esperamos que os esforços daqueles que participaram dessa empreitada, em nome da melhoria da Educação, possam se multiplicar em nobres discussões pedagógicas no interior de cada instituição, referenciando a elaboração de seus currículos e de seus projetos educativos, em parceria com os estudantes, os familiares e a comunidade.

Nógma Elioênia Alves de Andrade Britto

Secretária Municipal de Educação

O Referencial Curricular Municipal de Itaberaba é fruto de um processo de mobilização dos educadores da Rede Municipal de Ensino, no percurso de reformulação curricular iniciado no ano de 2019 e ampliado a partir das ações do Programa de Elaboração e (Re) elaboração dos Referenciais curriculares dos Municípios Baianos, iniciado em maio de 2020; através da parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime, seccional Bahia; União dos Conselhos Municipais de Educação – Uncme, Universidade Federal da Bahia – UFBA e Itaú Social, o programa mobilizou os municípios dos 27 Territórios de Identidade baianos para elaboração ou reelaboração dos seus Referenciais Curriculares.

Neste sentido, técnicos pedagógicos da Secretaria Municipal de Educação – SMED, gestores escolares, coordenadores pedagógicos e professores mobilizados e orientados pela Comissão Municipal de Governança – CMG e organizados em diferentes grupos de trabalho denominados Grupos de Estudos e Aprendizagem- GEA, estiveram debruçados nos estudos, discussões e escrita de contribuições em torno dos documentos curriculares oficiais vigentes e norteadores da reelaboração do Referencial: Diretrizes Curriculares Municipais para o Ensino da Educação Especial Inclusivo e tem como norteadores além de documentos oficiais vigentes que fundamentam a Educação Especial, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), as Diretrizes da Política Municipal para a Educação Especial em processo de implantação, elaboradas desde 2012 e (re)elaborada pelos profissionais da Educação nomeados pela Portaria nº 49/2018 e outros documentos normativos municipais e nacionais. A partir das contribuições do GEAs, uma primeira versão foi submetida à análise crítica de educadores especialistas e a uma consulta pública virtual. Em seguida, com a base nas contribuições e orientações dos especialistas, os técnicos pedagógicos da Educação Especial realizaram a revisão e sistematização final do documento.

O Referencial Curricular Municipal traz em sua estrutura a seguinte organização: **Conversações Curriculantes** – que trata do perfil dos estudantes, Cenários e Identidades Curriculares Glociais; Marcos legais; Teóricos, conceituais e metodológicos; perspectivas de Educação Integral e de Tempo integral; Temas Integradores; Avaliação; Etapas e Modalidades da Educação Básica; **Educação Especial** – na qual é apresentada a concepção da Educação Especial Inclusiva no contexto Nacional e no contexto da Educação Básica no município. A modalidade aponta uma perspectiva de direito da proposta de uma Educação mais Inclusiva, no contexto educativo. O documento configura também a funcionalidade, estruturação e organização da escola regular como um espaço acessível para todos, descrevendo a ação pedagógica e a orientação curricular com regulamentação, orientação, flexibilização, adaptações e avaliação na

classe comum. Conseqüentemente apresenta a organização da ação pedagógica das Salas de Recursos Multifuncionais e uma proposta da Educação dos surdos e Educação Bilíngue no município. E finalizando com a organização das ofertas de serviços do Centro de Apoio pedagógico em Educação Especial (CEAPE) e as especificidades do atendimento Educacional Especializado e os **Princípios Norteadores para a Elaboração do Projeto Político Pedagógicos da Escola.**

Este trabalho colaborativo contribuirá para o trabalho da Educação Especial realizado na rede, para que os professores experienciem ações didático-metodológicas eficazes e assertivas, mas não constitui uma proposta inflexível, embora seja uma referência para os profissionais da Rede Municipal de Ensino na busca de superar quaisquer discrepâncias, priorizando a equidade e qualidade de ensino.

Técnicas Pedagógicas da Educação Especial e Coordenação de Educação Básica e Apoio Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação.

CONVERSÇÕES CURRICULANTES.....	1
OS ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ITABERABA.....	1
CENÁRIOS E IDENTIDADES CURRICULARES GLOCAIS	5
MARCOS LEGAIS	14
MARCOS TEÓRICOS, CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS	18
EDUCAÇÃO INTEGRAL E ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL	23
AVALIAÇÃO	37
ETAPAS E MODALIDADES DE EDUCAÇÃO BÁSICA	42
EDUCAÇÃO ESPECIAL	49
CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NO CONTEXTO NACIONAL	49
A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE ITABERABA- BAHIA.	50
ESCOLA REGULAR - ESPAÇO ACESSÍVEL PARA TODOS	53
Matrículas na Escola Regular	54
Condições de Acessibilidade na Escola.....	55
CLASSE COMUM.....	55
Ação pedagógica na classe comum	55
Orientação Curricular.....	57
Adaptações Curriculares	58
Avaliação do Estudante com Deficiência na Classe Comum	58
O público do Atendimento Educacional Especializado	61
Organização da Ação Pedagógica nas Salas de Recursos Multifuncionais...62	
Avaliação nas Salas de Recursos Multifuncionais.....	64
EDUCAÇÃO DOS SURDOS E PROPOSTA DE EDUCAÇÃO BILÍNGUE.....	65
CENTRO DE APOIO PEDAGÓGICO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL- CEAPE.....	70
PRINCÍPIOS NORTEADORES PARA A (RE) ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	75

REFERÊNCIAS	81
ANEXOS.....	89
ANEXO I	89
ANEXO II.....	98

CONVERSAÇÕES CURRICULANTES

OS ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ITABERABA

Compreende-se por Educação Básica, a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. A Educação Infantil é dividida em Creche com Grupos 2 e 3 e Pré escola com Grupos 4 e 5. O Ensino Fundamental é dividido em Anos Iniciais do 1º ao 5º ano e Anos Finais do 6º ao 9º ano, atendendo estudantes na faixa etária de 6 a 14 anos de idade. De acordo com a Constituição da República Federativa.

A educação é um direito de todos, dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, Art. 205)

Portanto, as aprendizagens essenciais da educação básica devem assegurar um ensino progressivo que propõe garantir todos os direitos de aprendizagem de modo integral, orientado por princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação integral para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva conforme descreve na LDB.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990, Art.4)

A Lei define que a criança e adolescente usufruam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana e devem ter acesso a todas as oportunidades e condições necessárias ao seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social.

Todavia, com o advento da tecnologia e o mundo cada vez mais informatizado, ensinar aos adolescentes não é uma tarefa fácil, as informações existem, mas devem ser transformadas em conhecimento. Para compreender o processo de ensino e desenvolvimento integral dos estudantes é relevante compreender que “considera-se criança, a pessoa até 12 anos de idade incompletos, e adolescentes entre 12 e 18 anos de idade”. (BRASIL, 1990, Art. 2).

Nossos estudantes, de modo geral, são crianças, adolescentes, jovens e adultos que vivem contextos diversos e estão inseridos em diferentes configurações familiares. Grande parte imersa em situações de vulnerabilidade que envolvem os aspectos econômicos, sociais, afetivos e culturais. É um período em que iniciam o processo de Alfabetização, passam pela transição da Educação Infantil para os Anos Iniciais e, na maioria das vezes, vivenciam situações críticas que ocasionam desestímulo e falta de perspectiva em relação aos estudos.

É preciso um olhar sensível sobre quem são estes estudantes e a compreensão de que carregam consigo histórias de vidas e trajetórias diferentes em suas identidades.

“As crianças parecem nos dizer de forma desafiante: repensem sua visão sobre nossa infância e adolescência. Somos obrigados pela vida a viver outras infâncias, adolescências e juventudes”, afirma Arroyo (2009, p. 36). Neste contexto, desenvolver propostas pedagógicas de qualidade, que façam sentido para a vida dessas crianças, é de suma importância. Garantir oportunidades diversificadas, levando sempre em conta as singularidades e necessidades de aprendizagem de cada criança, bem como, a sua forma individual de aprender, oportunizando o desenvolvimento de competências.

Os estudantes precisam ser reconhecidos como sujeitos singulares, pensantes e que constroem seu próprio conhecimento, dotados de afetos, emoções, sentidos e percepções. Desta forma, a escola deixa de assumir o lugar de transmissora de saber e passa a desempenhar uma função importante: contribuir com a formação integral do sujeito. Contudo, para isso, é necessário propiciar um ambiente instigante, capaz de estimular os estudantes para as descobertas e para o exercício da criatividade, construindo conhecimentos de maneira significativa, favorecendo o despertar para a consciência crítica e reflexiva, a partir da troca de experiências, diálogos e cooperação, de modo que se sintam motivados para aprender.

O que considerar sobre a aprendizagem?

Torna-se imprescindível, considerar a realidade, ou seja, levar em consideração quem são nossos estudantes, para que o conhecimento construído possa ser aplicado à vida real, havendo um contexto para dar sentido ao que se aprende e oportunizando o protagonismo do estudante no processo de ensino e de aprendizagem. Sabemos que neste movimento de construção do conhecimento, a aprendizagem é um processo de mudança de comportamento e o ato de aprender é resultado da interação entre sujeito e ambiente, estando intimamente ligada a estados afetivo-emocionais. O processo educativo, na contemporaneidade, deve estar centrado na aprendizagem, sendo o professor o mediador e o conhecimento construído e reconstruído.

O ato de conhecer é dinâmico; é mais do que memorizar ou reter informações; é mais do que assimilar de modo passivo um reconhecimento previamente elaborado. Conhecer envolve, além da assimilação, a reelaboração crítica, a reinterpretção ou a recriação de informações e de conceitos¹.

Vale ressaltar que não é possível falar de aprendizagem sem considerar a sua relação com a afetividade, autoestima e motivação. “A afetividade é um dos fatores que favorecem a aprendizagem e o desenvolvimento cognitivo, fazendo com que o indivíduo aprenda através dos sentimentos, das emoções e das experiências que são trocadas na interação com o outro”, (DAVIS; OLIVEIRA, 1994²). Não há aprendizagem sem afetividade, pois a

1 Barsosa, Eliene dos Santos. Afetividade no processo de aprendizagem. Disponível em: <https://educacaopublica.ce-cierj.edu.br/artigos/20/41/afetividade-no-processo-de-aprendizagem>

Acesso em 03 fev. 2021

2 DAVIS, Cláudia; OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Psicologia na educação. 2ª ed. rev. São Paulo: Cortez, 1994.

afetividade acompanha o ser humano desde o seu nascimento e influencia decisivamente a nossa percepção, a nossa memória, o nosso pensamento, a nossa vontade e as nossas ações, portanto relações afetivas positivas entre docentes e estudantes, potencializam e impulsionam o processo educativo tornando o estudante mais motivado no processo de ensino e aprendizagem.

Os estudantes que se sentem valorizados e respeitados adquirem autonomia e confiança, desenvolvem uma autoestima positiva acerca de si mesmos. Por um lado, quando a autoestima é positiva, o indivíduo além de conquistar uma boa imagem de si mesmo, confia em suas habilidades de lidar com os desafios. Por outro, quando a autoestima é negativa, descredita da própria capacidade, do próprio potencial, considerando-se incapaz, inclusive de aprender.

Hoje, pode-se aprender ativamente com as inúmeras circunstâncias que a vida nos possibilita em diferentes espaços e grupos sociais, bem como, as mídias e aplicativos que são acessíveis ao indivíduo. Neste tipo de aprendizagem ativa o responsável por aprender é o estudante, no caso das crianças, o professor é quem deve motivar o estudante para aprender. Para promover uma aprendizagem ativa deve-se utilizar o que denominamos de metodologias ativas que, segundo o autor “São caminhos para avançar mais o conhecimento profundo, nas competências sócio emocionais e em novas práticas” (Moran, 2016)³

Segundo alguns pesquisadores, um dos caminhos mais atraentes para a aprendizagem ativa é pela investigação, no entanto, temos uma gama de estratégias que facilitam a construção do conhecimento. Existem estratégias mais ativas e menos ativas no que diz respeito à aprendizagem (ver quadro abaixo). Se o professor der enfoque apenas em atividades da coluna de “estratégias menos ativas”, torna-se improvável que haja engajamento por parte dos estudantes, tornando o processo mecânico e superficial, o que dificulta a formação de memórias de longa duração já que assim não se possibilita aos estudantes, a construção ativa de conhecimentos conectados à realidade, de modo a atribuir sentido e permitir uma aprendizagem significativa.

3 MORAN, José. Metodologias ativas para realizar transformações progressivas e profundas no currículo. Disponível em: < <http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/transformacoes.pdf>> Acesso em 03 fev 2021

Diferença esquemática entre estratégias mais ou menos ativas de aprendizagem	
Estratégia mais ativa	Estratégia menos ativa
Observação	Memorização
Formulação e investigação de hipóteses	Reprodução de informações
Resolução de problemas por enfoque de compreensão profunda	Resolução de problemas como ilustração de conteúdo memorizado
Investigação prática (métodos de experimentação “mão na massa” e de trabalho de campo)	Reprodução de protocolos e tutoriais fechados
Tentativa e erro	Imitação de método
Comparação de diferentes estratégias	Repetição de uma mesma estratégia
Construção de responsabilidade de trabalho em grupos (colaboração, debate, co-criação)	Foco individual. Não Construção de responsabilidades coletivas
Registro processual (tornar a aprendizagem visível para si e para o outro)	Não realização de registro de processo (aprendizagem fica invisível no processo)
Estudo teórico (enfoque de construir para si compreensão profunda)	Exposição teórica (enfoque de receber transmissão de informações teóricas de alguém)
Desenvolvimento de performances perante outros (encenar, explicar, demonstrar, etc.)	Estudo sozinho
Criação de critérios coletivos de avaliação	Recebimento de critérios de avaliação prontos

Fonte: Elaboração própria baseado em ANDRADE, SARTORI, 2018.p.180.

Para que os estudantes sejam ativos, faz-se necessário desenvolver ações pedagógicas que permitam a estes desenvolverem a autonomia e a criticidade, considerando as singularidades, sem perder de vista o uso da ludicidade, dos jogos educativos, da tecnologia da informação e comunicação, além disso, considerar os saberes como objetos de conhecimentos que façam sentido para seus projetos de vida.

CENÁRIOS E IDENTIDADES CURRICULARES GLOCAIS

A reformulação do Referencial Curricular Municipal pressupõe que sejam considerados aspectos que se configuram enquanto princípios norteadores do percurso, não só de reflexão e escrita, mas, sobretudo de caracterização do documento enquanto um currículo vivo, orgânico, expressão das intencionalidades pedagógicas e de intervenção na realidade para a qual a escola existe em seu papel socioeducacional, político-pedagógico, por assim dizer. O Referencial Curricular Municipal deve estar norteado e fundamentado, por um lado, pelos referenciais curriculares de âmbito nacional e estadual, contemplando-se o núcleo comum do currículo, em esfera global, e as especificidades contextuais do estado ou do território. Por outro, no que se refere à parte diversificada, deve refletir a realidade local, os aspectos históricos, sociais, políticos, econômicos e culturais do município; o perfil identitário que contextualiza a educação municipal.

Nesse sentido, é imprescindível que seja discutida e refletida a própria concepção de educação, do ponto de vista histórico, filosófico, social, político, econômico, cultural e pedagógico, à luz dos contextos locais em que se dão os perfis identitários dos estudantes e de suas famílias.

A esse respeito, a LDB, no Artigo 26, estabelece os aspectos do que é básico-comum e do que é parte diversificada, quando diz que

“(...) os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996).

Somando-se a estes princípios, consideramos também que a escola reflete a realidade na qual está inserida. Os contornos do ser e do fazer escola são estabelecidos, marcados pelas identidades e características de vida da localidade, do bairro, da cidade, das vidas, experiências, anseios, potencialidades e dificuldades dos sujeitos que por ela passam e que as constroem e lhe dão sentido de ser e de existir. Mas não só isso, pois em via-de-mão-dupla, a realidade reflete a escola. Isso porque a escola é um grande projeto de intervenção nessa mesma realidade, seja no sentido da manutenção, seja no sentido da transformação dessa realidade, ou por que não dizer de realidades, uma vez que os sujeitos da comunidade, da localidade, bairro, cidade, são marcados pela diversidade, como já citado, histórica, filosófica, social, política, econômica, cultural e pedagogicamente situada.

Segundo a BNCC (2020), no Brasil, país caracterizado pela autonomia dos entes federados, possui acentuada diversidade cultural e profundas desigualdades sociais, os currículos das redes e propostas pedagógicas das escolas precisam considerar as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, assim como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais. Dessa forma, pressupõe-se a igualdade

educacional pautada pela consideração e atendimento às singularidades dos sujeitos. A Base reconhece as enormes desigualdades entre os grupos de estudantes definidos por raça, sexo e condição socioeconômica de suas famílias, e estabelece que as decisões curriculares e didático-pedagógicas, o planejamento do trabalho anual e as rotinas e os eventos do cotidiano escolar levem em consideração a necessidade de superação dessas desigualdades. Para tanto, faz-se necessário também o planejamento com foco na equidade, pois as necessidades dos estudantes são diferentes. Assim, a educação assume o compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, na perspectiva integral do sujeito, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica.

Essa perspectiva envolve, conforme a Base, dentre outras ações: contextualização dos conteúdos dos componentes curriculares com base na realidade do lugar e do tempo nos quais as aprendizagens estão situadas; selecionar e aplicar metodologias e estratégias didático-pedagógicas diversificadas, recorrendo a ritmos diferenciados e a conteúdos complementares, para trabalhar com as necessidades de diferentes grupos de alunos, suas famílias e cultura de origem, suas comunidades, seus grupos de socialização etc.

Desse modo, o referencial encontra lugar de concretização nos Currículos Escolares, em seus Planos de Ensino, no âmbito dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) e, também, nas relações entre educadores e estudantes que devem comprometer-se com a aprendizagem como direito do sujeito e dever legal e social de todos, em seus tempos e espaços identitários, contemplando-se as diversidades e singularidades territoriais e locais. E nessa perspectiva, destacamos dentre as diretrizes que orientam o Plano Estadual de Educação (PEE [1]) as seguintes:

- III. superação das desigualdades educacionais, com ênfase no desenvolvimento integral do sujeito, na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- V. formação para o desenvolvimento integral do sujeito, para a cidadania e para o trabalho, com ênfase nos valores morais e éticos nos quais se fundamenta a sociedade;
- VII. promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do Estado;
- IX. promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Ao considerar as diversidades e singularidades dos perfis identitários, do ponto de vista territorial e local, o Referencial Curricular confere às escolas a autonomia e o protagonismo no percurso do desenvolvimento de competências voltadas à contextualização, ao aprofundamento e à construção das pluralidades e singularidades das realidades em que se situam. Nesse sentido, cabe o reconhecimento pela escola, conseqüentemente por seus diferentes sujeitos, de que situar-se em um determinado lugar – rua, bairro, cidade, localidade, município – envolve a noção de pertencimento. E, também, de que esse lugar compõe um universo maior, que o território, o Estado, o País... Numa perspectiva do

local ao global e do global ao local. Assim, dentre os 417 municípios do Estado da Bahia, Itaberaba, junto com os outros doze municípios, compõem o Território de Identidade do Piemonte do Paraguaçu, sendo o município sede do território. Fazem parte do Piemonte do Paraguaçu, o 14º território baiano, os seguintes municípios: Boa Vista do Tupim, Iaçu, Ibiquera, Itaberaba, Itatim, Lajedinho, Macajuba, Mundo Novo, Piritiba, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa, Santa Terezinha, Tapiramutá.

Sabendo-se disso, a realização do currículo escolar pressupõe a apropriação de que esse território se constitui como uma unidade de planejamento das políticas públicas, delineada a partir de agrupamentos identitários municipais, geralmente contíguos, formados de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos (BAHIA, DCRB, 2020) [2].

À luz da noção de pertencimento, as práticas escolares em torno do seu PPP devem encontrar sentido no entorno da Unidade Escolar, nas bacias hidrográficas, nas áreas naturais mais próximas, nos aspectos da urbanização e da ação antrópica que modificam a paisagem natural, os grupos culturais locais, as associações, os pontos de encontro da comunidade. De acordo com o DCRB (BAHIA, 2020), esses aspectos devem direcionar “(...) olhares, investigações, sem prejuízo do rigor científico, ao contrário, conduzindo o aprimoramento da pesquisa científica a partir de elementos da territorialidade”. E não apenas no contexto local, mas, ainda segundo a ótica do documento, ao considerar também o território,

“deve-se partir de um olhar de curiosidade e de investigação sobre os múltiplos aspectos, contemplando dimensões culturais, geoambientais, político-institucionais, econômicas e, também, a questão tecnológica e suas implicações multifacetadas e complexas; o impacto que as mesmas promovem nas vidas e realidades locais, definindo territórios a partir de articulações de pontos e formação de redes.” (BAHIA, DCRB, 2020).

A contextualização da prática escolar nessa perspectiva, voltada para as singularidades e pluralidades, busca oferecer aos estudantes, sujeitos centrais do currículo, um percurso educativo que dialoga com o cotidiano e pressupõe o desenvolvimento de projetos de vida, de construção de identidades.

Caracterização do Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu

Segundo dados apresentados no documento Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu: Perfil Sintético (2015)[3], da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia-SDR, com base no Censo 2010 do IBGE, o Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu possui uma população de 265,6 mil habitantes, e extensão total de 17,7 mil quilômetros quadrados. Composto por 13 municípios, conforme citado, dos quais Itaberaba é o maior, com população de 61.631 habitantes (Censo 2010), hoje estimada em 64.646 pessoas. O bioma predominante no Piemonte do Paraguaçu é a Caatinga e o clima Tropical

Semiárido é o mais comum. Ainda segundo o perfil sintético levantado pela SDR/Bahia, com oscilação entre 14,5 graus e 36 graus, o território apresenta grande amplitude térmica. Além disso, o período de chuvas ocorre normalmente entre a primavera e o verão, com precipitações anuais que oscilam entre 500mm e 1.100mm. A principal alternativa viária é a BR 242 e, a agricultura, com destaque para a produção de abacaxi para abastecimento de mercado nacionais e internacionais, é uma atividade sólida. Somando-se à produção de abacaxi, o território se sobressai ainda com a produção de mamona e mandioca.

Dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2006 dão conta de que a agricultura familiar está presente no território em cerca de 13,6 mil estabelecimentos, sendo que 2 mil destes em Itaberaba. Nesse sentido, as principais atividades agrícolas são os cultivos do milho e da mandioca, de acordo com dados do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) realizado em 2013, conforme cita o perfil sintético da SDR/Bahia. O território ainda apresenta a atividade pesqueira, em quatro municípios – Itaberaba, Iaçú, Boa Vista do Tupim e Piritiba –, com associações de pescadores artesanais. O Censo 2010 do IBGE apresenta ainda, quanto ao rebanho bovino, um alcance de 455,9 mil animais, sendo que mais de 50% desse total é distribuído entre os municípios de Itaberaba, Ruy Barbosa, Boa Vista do Tupim e Mundo Novo.

Quanto aos aspectos demográficos, às taxas anuais de crescimento populacional desde os anos 2000 apontam para um crescimento populacional no território inferior aos índices médios do estado (0,3% contra 0,7% do estado), com ênfase na redução da população rural (-0,8%), segundo o IBGE. Nesse contexto, destaca-se ainda: a elevação da população idosa, que passou de 10,1% para 12,2% entre 2000 e 2010, por exemplo; um maior número de crianças e adolescentes até 14 anos em relação ao percentual do estado (28,1% contra 25,6%, respectivamente); e um saldo migratório negativo em relação ao estado, uma vez que, no conjunto, o território perdeu só entre os anos de 2000 e 2010, 2,84% de sua população – 6,9 mil pessoas. Já o índice de analfabetismo entre a população com idade superior a 15 anos ainda é muito elevado (22,9%). Segundo o IBGE, dentre os municípios do território, Itaberaba, com 17,3%, ostenta a melhor situação, uma vez que nenhum outro município tem índice menor do que 20%. Os indicadores de acesso à educação na faixa etária dos 6 aos 14 anos apresenta avanços, entre 2000 e 2010, passando de 90,8% para 96,9%, assim como ocorrido na faixa etária dos 15 aos 17 anos (passou de 75,2% para 83,1% entre 2000 e 2010). Mas nessa faixa etária o índice de permanência na escola ainda é baixo (12%).

Os municípios do Piemonte do Paraguaçu registraram avanços em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano – IDH entre os anos de 2000 e 2010. Apesar disso, somente Itaberaba (0,620) e Ruy Barbosa (0,610) superaram o patamar de 0,600, embora seja inferior ao alcançado pela média da Bahia (0,660). Todos os demais municípios estão na faixa entre 0,500 e 0,600, embora no levantamento ocorrido no início dos anos 2000, nenhum deles alcançasse 0,500. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH),

indicador de qualidade de vida de uma população, do Piemonte do Paraguaçu pode ser considerado médio. O Território registra ainda índice de concentração de renda inferior à média da Bahia. No estado, o índice alcança 0,631, contra 0,590 no território. No entanto, não registrou avanços em relação à melhor distribuição da riqueza. Por sua vez, reduziu-se o número de pessoas extremamente pobres no território, desde os anos 2000. Entre 2000 e 2010, por exemplo, o percentual recuou de 38,6% para 22,7%. Dos municípios do território, segundo levantamento do IBGE em 2010, os dois com menor índice eram Itaberaba (13,6%) e Itatim (19,5%). Ao longo do percurso, uma das causas da redução da pobreza foi a expansão de políticas públicas como o Programa Bolsa Família – PBF no território. Outro fator que contribui para a redução da pobreza no território é a ampliação do número de postos formais de trabalho. Dados de 2011 já apontavam para um salto de 9,8 mil postos, do início dos anos 2000, para 20,6 mil em 2011, destacando-se: Comércio, Serviços e Administração Pública. Ficando, como grande desafio, a redução da elevada informalidade – trabalhadores sem carteira de trabalho assinada. Dados do IBGE (2015) apontam para mais de 19,8 mil trabalhadores que atuavam por “conta própria” também não tinham renda significativa, recebendo pouco mais de um salário-mínimo.

Itaberaba: Percurso Histórico e de Emancipação Político-Administrativa

A partir da caracterização do Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu, destacamos aqui uma perspectiva histórica, das origens, e de caracterização do território do município de Itaberaba. Nesse sentido, quando e como surge Itaberaba? E como se estabelece e se caracteriza em seus contornos? Para responder a tais perguntas, recorreremos aos textos introdutórios do Plano Municipal de Educação-PME (2015-2024).

Na época do Descobrimento do Brasil, as terras que hoje pertencem ao município de Itaberaba já eram habitadas pelos grupos indígenas dos Maracás, da raça dos Tapuias, do grupo linguístico Quiriri, que antes viviam no litoral de onde foram expulsos pelos Tupinaés e/ou Tabajaras. Os índios Maracás dominavam o Vale do Paraguaçu quando, a partir de 1672, foram vencidos pelos conquistadores.

A região que hoje incorpora o município integrou a capitania da Bahia de Todos os Santos (1535-1548) e foi cedida através de sesmarias às pessoas abastadas, sendo vendida por seus sucessores, aproximadamente cem anos depois, a aventureiros vindos de vários pontos. Um deles foi o Capitão Manoel Rodrigues Cajado, que transformou estas terras na fazenda São Simão por volta de 1768.

Mais tarde em 1806, a fazenda foi comprada por Antônio de Figueiredo Mascarenhas, que construiu na parte central uma capela consagrada a Nossa Senhora do Rosário, aglomerando-se ao seu redor um núcleo de moradores para, em 1817, ficar conhecida por Rosário do Orobó, então pertencente à Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira. E é justamente aí, neste centro histórico, hoje Praça do Rosário, onde estão as construções mais antigas, casarões coloniais que ainda guardam um pouco da história antiga da cidade.

Em 26 de março de 1877, o município elevou-se à categoria de Vila do Orobó com a Primeira Câmara instalada em 30 de junho de 1877, emancipando-se político-administrativamente, assumindo a função executiva e legislativa. Na data de 25 de junho de 1897, vinte anos depois de emancipada politicamente, foi elevada pela Lei Estadual nº 176 à categoria de cidade, recebendo o nome de Itaberaba.

Caracterização Física do Território Municipal

O Município de Itaberaba localiza-se, em primeira instância, na Microrregião Centro Norte Baiano, constituindo a 11ª Microrregião Homogênea de Itaberaba, abrangendo os Municípios de Baixa Grande, Boa Vista do Tupim, Iaçú, Ibiquera, Lajedinho, Macajuba, Mairi, Mundo Novo, Ruy Barbosa, Tapiramutá e Várzea da Rocha. De acordo com a nova divisão por Territórios de Identidade é que passa a compor, como município sede, o Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu, juntamente com as cidades de Ruy Barbosa, Rafael Jambeiro, Ibiquera, Boa Vista do Tupim, Iaçú, Santa Terezinha, Itatim, Lajedinho, Macajuba, Piritiba, Mundo Novo, Tapiramutá, Miguel Calmon.

Em extensão territorial possui área de 2.366,1 km², com altitude média de 266 m acima do nível do mar. Itaberaba faz limite com os seguintes municípios: ao Norte, Rui Barbosa; ao Sul, Iaçú; ao Leste, Ipirá; ao Oeste, Boa Vista do Tupim. E suas coordenadas geográficas são: Latitude: 12° 32' 04" S; Longitude: 40° 18' 21" W.

A distância em relação à capital e aos principais centros urbanos é de:

Salvador/BA	276 km	Seabra/BA	205 km
Feira de Santana/BA	158 km	Lençóis/BA	137 km
Barreiras/BA	587 km	Amargosa/BA	109 km
Santo Antônio de Jesus/BA	146 km	Aracaju/SE	474

Aspectos Fisiográficos

- O clima de Itaberaba é semiárido, quente e seco, sofrendo periodicamente grandes estiagens, chovendo, entretanto, abundantemente, nos períodos de trovoada. A temperatura média anual é de 29°, sendo os meses de junho, julho e agosto os mais frios.
- Vegetação: Floresta estacional decidual. Contato - Caatinga - Floresta estacional. Caatinga Arbórea densa com palmeiras.
- Solo: Podzólico Vermelho - Amarelo eutrófico, Planossolo Solódico eutrófico, Latossolo Vermelho - Amarelo destrófico, Regossolo eutrófico. Solos Littólicos eutróficos.

- Relevo: Pediplano Sertanejo, Serras Marginais, Patamar de Médio Paraguaçu.
- Aspectos Geológicos: Formação rochosa com grande destaque em nível internacional por sua beleza e excelente qualidade, as rochas disponíveis no Município atraem recentemente importadores que exploram o granito tanto para exportação como para o mercado interno.
- Recursos Hídricos – Itaberaba situa-se às margens do Rio Piranhas, onde em seu leito foi construído em 1932 o Açude Juracy Magalhães Júnior com excelente espelho d’água e potencial para projetos de lazer. Toda divisa ao sul é margeada pelo importante e caudaloso Rio Paraguaçu, sendo nosso Município beneficiado com 75 km em extensão de margem, com largura média de 100m e profundidade de 2m. Com águas cristalinas e potáveis é uma das mais importantes bacias do Estado.

Infraestrutura

- Energia elétrica: voltagem 220 W
- Telefonia: (0**75) 3251
- Transportes e comunicações: O município dispõe de uma rede muito grande de transporte terrestre, bem servido de ônibus de várias empresas como Águia Branca,
- Entram, Novo Horizonte etc., com linhas para Salvador, Feira de Santana, Santo Antônio de Jesus e outras cidades, além da Rápido Federal e empresas com linhas interestaduais. Há no Município táxis e mototáxis que realizam o transporte na sede.
- Os meios de comunicação vão desde emissoras de rádio: Rosário FM – Diamantina FM, Jornal O Paraguaçu, Gazeta do Vale, Jornal da Chapada e a uma agência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Telefonia celular e fixa.

Pontos Turísticos

Compondo o patrimônio cultural imaterial do município, destacam-se os pontos turísticos: Pedra de Itaberaba; Açude Municipal Juracy Magalhães – Av. Juracy Magalhães; Monte de Bom Jesus da Lapa e Pedra do Vaqueiro – R.do Monte; Monumento ao Aguadeiro – Centro da cidade; Povoado de Alagoas (Turismo Religioso) a 12 Km de Itaberaba; Pedra de Itaberaba – BR 242, Km 25.

Dados Atualizados do Município

- Código do Município 2914703
- População estimada 2014[4] (1) 66.065 pessoas
- Densidade demográfica (hab./km²) 26,30
- População residente [5]: Censo 2010 61.631 pessoas
- População residente alfabetizada: 45.923 pessoas
- Eleitorado: 42.770 Eleitores
- Nascidos vivos e registrados nesta cidade: 932 pessoas

População residente por sexo

- População residente de Homens: 29.935 pessoas
- População residente de Mulheres: 31.696 pessoas

População residente por cor ou raça

- População residente - Branca: 13.469 pessoas
- População residente - Preta: 10.242 pessoas
- População residente - Parda: 36.844 pessoas

População residente por rendimento

- Rendimento nominal mensal até 1/4 do salário mínimo: 3.513 pessoas
- Rendimento nominal mensal de mais de 30 salários mínimos: 20 pessoas.

Domicílios particulares permanentes: 17.743 domicílios

- Domicílios com abastecimento de água: 15.319 domicílios
- Domicílios com energia elétrica: 16.577 domicílios

Informações econômicas

- PIB per capita a preços correntes: 4.595,52 Reais
- Receitas orçamentárias realizadas - Correntes: 5.889.575.183 Reais
- Despesas orçamentárias empenhadas - Correntes: 5.384.669.331 Reais
- Valor do Fundo de Participação dos Municípios - FPM: 1.756.974.286 Reais
- Número de empresas locais: 1.263 empresas
- Pessoal ocupado total: 8.457 Pessoas

Informações sobre endereços

- Total de endereços urbanos: 19.577 endereços
- Total de endereços rurais: 6.650 endereços

Estabelecimentos na cidade

- Total de estabelecimentos de ensino: 116 estabelecimentos
- Total de estabelecimentos de saúde: 51 estabelecimentos
- Estabelecimentos de Saúde SUS: 42 estabelecimentos

[1] Plano Estadual de Educação da Bahia – Lei Estadual nº 13.559, de 11 de maio de 2016.

[2] Documento curricular referencial da Bahia para educação infantil e ensino fundamental / Secretaria da Educação do Estado da Bahia. – Rio de Janeiro : FGV Editora, 2019.

[3] BAHIA. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL. Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu: Perfil Sintético. 2015. Disponível em: <http://www.portalsdr.ba.gov.br/intranetsdr/model_territorio/Arquivos_pdf/Perfil_Piemonte%20do%20Paragua%C3%A7u.pdf> Acesso em: 14/08/2020.

[4] Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

[5] Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2014 publicada no Diário Oficial da União em 28/08/2014.

MARCOS LEGAIS

O direito à Educação para todos tem sua emancipação política no país recentemente. Isso se deve aos processos históricos pelo qual a Nação passou ao longo dos anos, até se estruturar enquanto Estado Democrático de Direito.

Ao tratar das bases legais que alicerçam o Documento Referencial Curricular Municipal é necessário levar em consideração os avanços no âmbito da legislação vigente, bem como os desafios na garantia de uma educação de qualidade para todos.

Na busca pela educação de qualidade para todos, este Documento Referencial Curricular Municipal está pautado no contexto do seu Território de Identidade – o Município de Itaberaba, objetivando a garantia do direito à aprendizagem e desenvolvimento dos sujeitos, garantindo a isonomia, a equidade e a igualdade de oportunidades.

É importante pontuar que a constituição de marcos legais no âmbito da Educação não repercute, diretamente, na garantia desse direito, este será garantido a partir do planejamento, execução, monitoramento e avaliação das políticas educacionais implementadas, bem como do exercício do controle social, para fiscalizar seu cumprimento. Em tempo, é necessário pontuar que os marcos devem ser considerados no momento da atualização dos Projetos Políticos Pedagógicos das unidades escolares.

A Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/1988), inspirada na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), preleciona em seu artigo 205, no qual o direito à Educação é reconhecido como um direito fundamental, ao qual está compartilhado entre Estado, família e sociedade, quando determina que:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

A Carta Magna, ancorada no objetivo de atender às finalidades precípua da Educação Básica, também reconhece em seu artigo 210 a necessidade da determinação de uma base comum, ao afirmar:

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. (BRASIL, 1988)

O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/1990- em seu artigo 4º ratifica o direito fundamental à Educação, dentre outros:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990, grifo nosso)

O direito à Educação também ampara os jovens e idosos que não tiveram o acesso na idade adequada, haja vista que vigora a concepção de acesso à Educação ao longo da vida.

O Estatuto da Juventude – Lei 12.852/2013- evidencia o direito à Educação em seu artigo 7º, ao afirmar que é direito do jovem:

Art. 7º O jovem tem direito à educação de qualidade, com a garantia de educação básica, obrigatória e gratuita, inclusive para os que não tiveram acesso na idade adequada.

[...]

§ 2º É dever do Estado oferecer aos jovens que não concluíram a educação básica programas na modalidade da educação de jovens e adultos, adaptados às necessidades e especificidades da juventude, inclusive no período noturno, ressalvada a legislação educacional específica.(BRASIL, 2013)

No que concerne à garantia fundamental à Educação ao Idoso, a Lei nº 10.741/2003, ampara este direito em seu artigo 21, ao estabelecer a obrigação do Poder Público:

Art. 21. O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados.

§ 1º Os cursos especiais para idosos incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna. (BRASIL, 2003)

Ainda, no artigo 22 da presente legislação, é enfatizada a necessidade da oferta a Educação com as características específicas para o público.

Art. 22. Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria. (BRASIL, 2003)

A Lei nº 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no artigo 2º traz os princípios e as finalidades ao qual concerne à Educação, ratificando o texto constitucional,

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996)

O artigo 3º da citada lei define os princípios considerados basilares para o ensino, são eles:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX - garantia de padrão de qualidade;

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII - consideração com a diversidade étnico-racial.

XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.
(BRASIL, 1996)

Seguindo o liame proposto pela Carta Magna, a LDB, em seu artigo 9º, inciso IV pontua que cabe à União, em regime de colaboração com os Estados, Distrito Federal e os Municípios, estabelecer as “*competências e diretrizes para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e o Ensino Médio*” (BRASIL, 1996) o qual serão norteadoras para a construção dos currículos e dos conteúdos mínimos, visando “*assegurar uma formação básica comum*” (BRASIL, 1996).

O artigo citado acima evidencia conceitos muito importantes, haja vista que, inicialmente, define que em se tratando de currículo, existe aquilo que é básico-comum e aquilo que é diverso, ou seja, competências e diretrizes são consideradas comuns, já os currículos são diversificados. Observando também o enfoque que é dado ao currículo, é primordial pontuar que os conteúdos curriculares devem estar para as competências, definindo-se assim as aprendizagens essenciais.

Essa discussão também é ratificada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a qual foi homologada pelo Ministro da Educação Mendonça Filho, em 20 de dezembro de 2017, e a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 institui e orienta a implantação da Base; documento que possui caráter normativo, o qual

Define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). CNE/BRASIL, 2017.

Seguindo com a reflexão acerca dos conceitos – básico-comum e diversificado-, a LDB, em seu artigo 26 esclarece a obrigatoriedade dos currículos com uma base nacional comum e uma parte diversificada, ao qual deverão levar em consideração as características tipicamente regionais e locais, dentre outros fatores.

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (BRASIL, 1996)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional também assevera a respeito das diretrizes que deverão ser observadas na escolha dos conteúdos curriculares, conforme artigo 27, in verbis:

Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:

I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;

II - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;

III - orientação para o trabalho;

IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais. (BRASIL, 1996)

Conforme a Legislação nº 13.005, de 25 de junho de 2014, o qual promulgou o Plano Nacional de Educação e deu outras providências, reitera o que já fora expresso na Carta Magna, ao estabelecer a necessidade de pacto entre os Entes Federados para as diretrizes pedagógicas da Educação Básica, bem como a base nacional comum dos currículos, garantindo assim os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento do ensino, obviamente, respeitando as especificidades regionais e locais.

O Plano Municipal de Educação do Município de Itaberaba, instituído através da Lei nº 1.383 de 19 de julho de 2015, com vigência para o decênio de 2015 a 2024, está em consonância com o PNE. Sua finalidade está constituída a seguir:

O Plano Municipal de Educação de Itaberaba trata do conjunto da educação, no âmbito Municipal, expressando uma política educacional para todos os níveis, bem como as etapas e modalidades de educação e de ensino, documento este que norteia as políticas educacionais, determinando diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

O Plano Municipal de Educação de Itaberaba para a década 2015-2024 é a sistematização de reflexões e discussões realizadas, pela Comissão Especial criada pelo Decreto Municipal nº 67 de 10 de abril de 2015, junto aos diversos segmentos sociais diretamente envolvidos ou interessados na oferta e na qualidade da educação em geral.

O Plano Municipal de Educação apresenta um conjunto de Metas e Estratégias estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação, à vista de um diagnóstico das necessidades educacionais, para superar problemas e atingir objetivos.

O Plano Municipal de Educação - PME, fundamentado em princípios legais, subsidiará e orientará nos próximos 10(dez) anos a educação que deve ser oferecida no município de Itaberaba. (ITABERABA, p. 7, 2015)

Diante do exposto é evidente que os princípios e diretrizes aqui preconizados são estritamente necessários, haja vista a necessidade de se constituir uma educação comprometida com a formação e desenvolvimento do sujeito global, nas suas diferentes dimensões: intelectual, afetiva, social, moral, física e até mesmo simbólica, garantindo assim, uma Educação na perspectiva da formação integral dos sujeitos, respeitando aspectos regionais e locais, e ao mesmo tempo assegurando o direito à aprendizagem significativa.

MARCOS TEÓRICOS, CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS

Ao longo da história, repensar o papel da instituição escolar tem sido um exercício desenvolvido por todos aqueles que pensam e exercem a educação. O currículo, nesse contexto, assume o papel da sistematização das práticas exercidas pela escola e/ou pelas redes de ensino, e das propostas que se deseja desenvolver.

No momento atual, do século XXI, da educação 4.0, em que se espera da escola mudanças cada vez mais significativas, ocupadas e conectadas com as realidades e o protagonismo dos sujeitos da aprendizagem, a (re) construção desse documento traz desafios e responsabilidades para todos os atores envolvidos, pois sua elaboração e implementação deve se configurar em um espaço formativo, de levantamento de informações importantes relacionadas às aprendizagens dos estudantes, às possibilidades de formação continuada em serviço dos profissionais, e a tomada de decisões assertivas que dialoguem com documentos de referência nacional e estadual que apoiam a organização das redes municipais, destacando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no que concerne a evidenciar a construção das Competências previstas, bem como das Habilidades Socioemocionais, de modo que essa construção coletiva assegure princípios éticos e políticos, com ênfase na formação do ser integral.

O Currículo deve orientar as decisões pedagógicas dos professores, ao mesmo tempo em que institucionaliza os melhores caminhos já percorridos pela escola, para promover o desenvolvimento dos alunos com os quais trabalha. Por isso, mapear as boas experiências realizadas é fundamental para que essa construção esteja alicerçada na prática e no cotidiano escolar, vinculando, assim também, o sentimento de pertencimento.

Definir currículo, não é uma tarefa fácil, visto que durante muito tempo, era visto como um documento burocrático, pensado a partir de repartições hierarquizadas, tornando-se muitas vezes não muito acessível à comunidade escolar.

Já na atual perspectiva, pensar o Currículo da rede municipal de Itaberaba implica levar em consideração, além das experiências validadas pelas instituições escolares, as novas configurações sociais para promover uma educação emancipatória aos estudantes, como também a disseminação dos conhecimentos disponíveis sobre as formas de aprendizado e de desenvolvimento das crianças e dos jovens, no âmbito da formação continuada dos professores.

Historicamente o currículo vem passando por diversas transformações ao longo do tempo. Isso se deve a novas articulações e desenvolvimento em torno dos saberes. O Currículo enquanto instrumento educacional importante tem “o compromisso com a qualificação da formação para uma cidadania” plena de saberes, construídos pelas múltiplas experiências relevantes na contemporaneidade. Certamente, o currículo como processo histórico e realidade educacional nas muitas transformações, configura processos e construções.

Tendo em vista a sistematização, na formação dos conhecimentos e com a necessidade de estruturar um novo currículo a partir da BNCC, faz-se necessário que a Rede Municipal de Ensino de Itaberaba comungue da ação de replanejamento curricular, fundamentando-se em subsídios que reconheçam que todos precisam de atenção, e, quando necessário, um olhar diferenciado.

Como trata o Documento Referencial Curricular da Bahia (DCRB), a configuração de um referencial curricular contemporâneo deverá ser tanto a partir dos saberes historicamente construídos quanto pelos acontecimentos e pelas múltiplas experiências relevantes para um currículo da Escola Básica. Sobre essas experiências e levando em consideração o mundo atual, tornam-se condições fundamentais para o currículo na contemporaneidade: conectividade, circunstancialidade, criticidade, consciência, identidade/diferença, criação, foco no estudante, responsabilidade formacional e compromisso político-educacional.

O município de Itaberaba ao longo desses tempos vem promovendo discussões em relação ao processo educacional, no que se refere aos seus objetivos e funções, estando estas relacionadas ao contexto político, econômico, social, científico e cultural de uma sociedade. Essas construções e as formas como essa educação pode ocorrer e vir a contribuir para um melhor desenvolvimento das aprendizagens é um dos seus principais objetivos.

Com o advento da elaboração de uma proposta de educação que atendesse às expectativas do desenvolvimento educacional no Brasil, visto que os avanços no processo de ensino e aprendizagem vêm passando por sérios problemas, fez-se necessário contemplar a educação com um currículo que proporcione um novo paradigma no contexto educacional brasileiro observando as suas diferenças regionais, culturais, sociais, políticas, econômicas, voltados para os aspectos valorativos que permeiam a vida total do homem.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)¹, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN)². (BRASIL, 2018. p. 7)

Referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação. (BRASIL, 2018. p.8)

Desta forma, um dos objetivos esperados é que a BNCC possa vir a ajudar a superar a fragmentação das políticas educacionais e que fortaleça o regime de colaboração entre as três esferas de governo, sendo balizadora da qualidade da educação. Ou seja, além de garantir o acesso e permanência na escola, se faz necessário que sistemas, redes e escolas garantam um patamar comum de aprendizagens para todos os estudantes.

Pensando nessa rede colaborativa o governo do estado da Bahia, através da Secretaria Estadual de Educação, elaborou o Documento Curricular Referencial da Bahia – DCRB, desenvolvido para a Educação Infantil e Ensino Fundamental com essa expectativa de englobar os seus municípios na organização curricular juntamente com a União Nacional dos Dirigentes Municipais da Bahia – UNDIME.

Conforme o DCRB,

O Documento Curricular Referencial da Bahia - DCRB para a Educação Infantil e Ensino Fundamental tem como objetivo assegurar os princípios educacionais e os direitos de aprendizagem de todos os estudantes do território estadual, em toda a Educação Básica. [...] Constitui-se numa referência, como o próprio nome deixa antever, para que municípios do Estado da Bahia elaborem os seus currículos com convergência de princípios, intenções e temáticas contidas no Referencial do Estado, para o desenvolvimento de práticas educativas que possibilitem a permanência e o sucesso dos estudantes na escola. Concretiza-se por meio de sua complementação com os Currículos Escolares e os Planos de Ensino, no âmbito dos Projetos Políticos--Pedagógicos (PPP) e, também, nas relações entre educadores e estudantes que devem comprometer-se com a aprendizagem como direito do sujeito e dever legal e social de todos. (BAHIA, 2020, p. 13)

Partindo desses princípios a proposta do DCRB, reafirma que o Estado da Bahia aceita trabalhar com os desafios socioeducacionais, em virtude da complexa realidade socioeconômica, geopolítica, cultural e as demandas dos espaços escolares advindas destes desafios. Para isso,

[...] é importante que as escolas e suas comunidades reflitam a compreensão do Currículo como uma tradição inventada, como um artefato socioeducacional, que se configura nas ações de conceber/ selecionar/produzir, organizar, institucionalizar, implementar/dinamizar saberes e atividades, visando mediar processos formativos. (DCRB, p. 31)

De acordo Roberto Sidnei Macedo,

Dizer que “currículo é a vida da escola”. “Tudo que acontece no convívio escolar”, “currículo é também o grau de limpeza dos corredores da escola”, ou mesmo reduzi-lo ao argumento da mercadorização, como num escrito de uma prova de seleção de mestrado onde se dizia. “currículo é o segredo e a alma do negócio promissor da educação”, é aceitar perspectivas equivocada, niilistas ou mercantilizadas. Neste cenário de equívocos, vieses não elucidativos e reduções em muitos momentos, currículo é mercado ou é tudo e nada. O prejuízo ético, político e formativo desses equívocos é fácil de ser anunciado. (MACEDO, p.17 - 18)

Conforme descrito no DCRB (p.33). “Um referencial contemporâneo deve se configurar tanto por meio de saberes, historicamente construídos, quanto pelos acontecimentos e pelas múltiplas experiências relevantes, para um Currículo da Escola Básica.”

Desta forma, um referencial curricular deve ter como norte os parâmetros que traz a BNCC no que se refere às competências pois essas conforme traz o DCRB,

são concebidas como saberes/atividades em uso, orientadas por valores atitudinais, reflexões críticas e demandas formativas socialmente referenciadas, ou mesmo mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), atitudes e valores para resolver problemas concretos da vida, do exercício da cidadania e, destacadamente, do mundo do trabalho. BAHIA, (p. 32)

Sendo assim, é imprescindível o destaque das dez competências gerais da Educação Básica que se inter-relacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação.

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

O conhecimento das competências é de fundamental importância para a construção das propostas curriculares. O currículo deve partir do que é essencial. Em seguida, precisa contemplar a comunidade escolar, dialogando com suas necessidades locais, sociais e culturais, para dar um significado à educação. Permitindo assim que os educandos assumam o protagonismo de suas histórias.

Espera-se que a partir do conhecimento das mesmas, os profissionais da educação de Itaberaba possam desenvolver uma proposta eficaz colaborando para uma educação de qualidade.

EDUCAÇÃO INTEGRAL E ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

A Educação Integral e a Escola em Tempo Integral foram trazidas para o Plano Nacional de Educação – Lei n. 13.005/2014 – como meta (Meta 6) para que “crianças e adolescentes permaneçam na escola o tempo necessário para concluir este nível de ensino, eliminando mais celeremente o analfabetismo e elevando gradativamente a escolaridade da população brasileira” (BRASIL, 2014). O atendimento em tempo integral, assim, proporciona a orientação para cumprimento dos deveres escolares, prática de esportes, desenvolvimento de atividades artísticas e alimentação adequada. Esta ampliação do tempo tem por objetivo, ainda de acordo com a Lei, proporcionar um avanço significativo para diminuir as desigualdades sociais e ampliar democraticamente as oportunidades de aprendizagem. O Plano Nacional de Educação 2014-2024 (lei 13.005/2014) indica, no caput da meta 6, o oferecimento de educação de tempo integral em “(...) no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) estudantes da educação básica”, como meta a se alcançar. As políticas de educação (em tempo) integral que vêm sendo implementadas cooperam para operacionalizar o cumprimento da meta.

O Ser Humano é um sujeito integral, por isso é necessário ampliar o tempo para melhorar a qualidade de ensino, com atividades como esporte, lazer, cultura, parte científica e profissional, todas interligadas, um ensino transdisciplinar e educar integralmente, respeitando as diferenças individuais e coletivas. Estamos diante de programas e propostas inéditas que surgem, em boa hora, como inovações educacionais que retomam a ligação entre escola e vida, tratando o povo com respeito, dialogando com ele, para juntos, com a administração pública, melhorar a qualidade de vida. Para tanto é preciso respeitar o estágio de cada processo, de cada inovação. Cada uma delas está num certo momento de construção de sua identidade, todavia em todas há muita vontade política de inovar (Gadotti, 2009). Por isso o foco na educação em tempo integral com maior permanência, visando o desenvolvimento pleno dos estudantes.

Contribuir para o pleno desenvolvimento dos nossos estudantes, envolve considerar as características da sociedade contemporânea, os contextos vividos por eles “impõe um olhar inovador e inclusivo a questões centrais do processo educativo: o que aprender, para que aprender, como ensinar, como promover redes de aprendizagem colaborativa e como avaliar o aprendido” (BRASIL, 2018, p. 14).

Segundo a BNCC, a educação integral tem como propósito a formação e o desenvolvimento global dos estudantes, compreendendo “a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva” (BRASIL, 2018, p.14).

As diretrizes Curriculares do município de Itaberaba estão fundamentadas na Lei de Diretrizes e Bases, no Regimento Escolar das Escolas Municipais e nas demais normas

vigentes, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação e pelo Conselho Municipal de Educação de Itaberaba, estas Diretrizes Curriculares abrangem todas as atividades educacionais a serem desenvolvidas, tanto no ambiente escolar quanto fora dele, possibilitando ao estudante situar-se como cidadão no mundo, como produtor de cultura e como promotor do desenvolvimento.

Pensar na educação na perspectiva do desenvolvimento integral do estudante perpassa conhecer profundamente esse estudante que é sujeito da aprendizagem e explorar todas as suas possibilidades sem ignorar sua história, costumes, tradições e culturas. Esse desenvolvimento integral sugere uma exploração das capacidades do indivíduo de modo que ele seja dono e construtor de sua própria história.

A BNCC afirma o compromisso do Estado Brasileiro com a promoção de uma educação integral voltada ao acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno de todos os estudantes, com respeito às diferenças e enfrentamento à discriminação e ao preconceito.

O currículo é orientado para uma Educação Integral, que promove o desenvolvimento dos estudantes em todas as suas dimensões (intelectual, física, social, emocional e cultural) e a sua formação como sujeitos de direitos e deveres. Refere – se uma abordagem pedagógica voltada a desenvolver todo o potencial dos estudantes e prepará-los para se realizarem como pessoas, profissionais e cidadãos comprometidos com o seu próprio bem – estar, com a humanidade e com o planeta.

Compreende-se que a Educação Integral enquanto concepção educacional baseia-se em 4 princípios: *equidade, inclusão, contemporaneidade e sustentabilidade*.

A **primeira concepção** da educação integral é o princípio da equidade busca reconhecer o direito e acesso à educação que todos têm, mas as oportunidades devem ser diferenciadas e diversificadas de modo a respeitar as singularidades e especificidades de cada estudante. Uma educação com equidade nada mais é do que reparar todas as adversidades e desigualdades existentes para que o ensino se torne igual para todos. Aristóteles afirma que “devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade”.

A Educação Integral promove a equidade ao reconhecer *o direito de todos e todas* de aprender e acessar oportunidades educativas *diferenciadas e diversificadas* a partir da interação com múltiplas linguagens, recursos, espaços, saberes e agentes, condição fundamental para o enfrentamento das desigualdades educacionais. De acordo com as orientações do Caderno: O que é Educação Integral?⁴

A **segunda concepção** é uma educação integral inclusiva com valorização das individualidades e singularidades de cada estudante. Na inclusão as múltiplas identidades são apoiadas na construção de ações para todos e todas.

4 BAHIA, UNDIME. Currículo e Educação Integral na Prática: uma referência para estados e municípios. (UNDIME BAHIA, 2020, p. 17)

A **terceira concepção** a educação integral deve abordar uma proposta contemporânea na qual os estudantes são seres participantes de sua formação de maneira crítica, participativas e responsáveis conseguem mesmos e com o mundo em que vivem aprender e atualizar faz parte dessa proposta relacionando a suas vivências, partindo do local para o global.

A **quarta proposta** da educação integral relaciona-se com a sustentabilidade, não tem como falar em ensino integral sem falar em sustentabilidade. As ações educativas e de todas as instituições devem ter em pauta ações que abordem esse tema.

Devemos estimular o interesse e atitudes sustentáveis no dia a dia dos estudantes, assim, vale lembrar que o exemplo e a vivência dentro e fora do cotidiano escolar, aumentam a absorção do aprendizado. Pequenas atitudes sustentáveis e o respeito ao próximo já são formas de ensinar a consciência. Diante disso, a importância em criar atividades investigativas para a construção de conceitos como uma forma de oportunizar ao estudante participar em seu processo de aprendizagem; produzindo seu conhecimento por meio da interação entre pensar, sentir, discutir, explicar, relatar e fazer.

Deste modo, a concepção de Educação Integral pressupõe o pleno desenvolvimento das pessoas nas diferentes etapas da vida, a centralidade do sujeito nas propostas educativas e a convicção de que a aprendizagem é fruto das relações do sujeito com tudo que o cerca.

[...] É uma concepção de educação comprometida com a construção de conhecimentos com sentido e significado por meio de aprendizagens que sejam relevantes, acessíveis, pertinentes e transformadoras para os estudantes. Para tanto, as aprendizagens devem ajudar a aprofundar o desenvolvimento da criança e do adolescente, e inversamente, todas as forças propulsoras do desenvolvimento devem ser aproveitadas para estimular e facilitar as diferentes aprendizagens. (UNDIME BAHIA, 2020, p. 17),

A Educação Integral pressupõe garantir o desenvolvimento humano em todas as suas dimensões: intelectual, física, afetiva, social e cultural. Para isso, sugere também a existência de um projeto coletivo, compartilhado por estudantes, famílias, educadores, gestores e comunidades locais.⁵

É relevante enfatizar que o ensino integral envolve bem mais do que o aumento do tempo de permanência na escola, abrange uma educação focada no trabalho com o estudante como um todo, em suas diversas dimensões. As Dimensões do Desenvolvimento Integral são definidas como:

5 BAHIA,UNDIME. Currículo e Educação Integral na Prática: uma referência para estados e municípios. (UNDIME BAHIA, 2020, p. 17)

Dimensão física: relaciona-se à compreensão das questões do corpo, do autocuidado e da atenção à saúde, da potência e da prática física e motora.

Dimensão emocional ou afetiva: refere-se às questões do autoconhecimento, da autoconfiança e capacidade de auto realização, da capacidade de interação na alteridade, das possibilidades de auto reinvenção e do sentimento de pertencimento.

Dimensão social: refere-se à compreensão das questões sociais, à participação individual no coletivo, ao exercício da cidadania e vida política, ao reconhecimento e exercício de direitos e deveres e responsabilidade para com o coletivo.

Dimensão intelectual: refere-se à apropriação das linguagens, códigos e tecnologias, ao exercício da lógica e da análise crítica, à capacidade de acesso e produção de informação, à leitura crítica do mundo.

Dimensão cultural: diz respeito à apreciação e fruição das diversas culturas, às questões identitárias, à produção cultural em suas diferentes linguagens, ao respeito das diferentes perspectivas, práticas e costumes sociais.⁶

No Ensino Fundamental Anos Finais, a escola pode contribuir para o delineamento do projeto de vida dos estudantes, ao estabelecer uma articulação não somente com os anseios desses jovens em relação ao seu futuro, como também com a continuidade dos estudos no Ensino Médio. Esse processo de reflexão sobre o que cada jovem quer ser no futuro, e de planejamento de ações para construir esse futuro, pode representar mais uma possibilidade de desenvolvimento pessoal e social. (BRASIL, 2018, p. 62)

A partir desses contextos apresentados os estudantes devem pensar no futuro, ter um projeto de vida, um objetivo ou quem sabe um parâmetro para a tomada das futuras decisões.

A avaliação deve ser contextualizada e estar a serviço de cada território, escola e sujeito. É tida como instrumento que integra e cria sinergia nos diversos âmbitos responsáveis pela implementação da Educação Integral e pela aprendizagem das crianças, adolescentes e jovens. Todas as suas categorias (somativas, formativas e de performance) e dimensões operam conjuntamente e não de maneira fragmentada.

Avaliar é caminho para aprendizagem e deve ser formativa para todos que dela participam. A noção de qualidade é socialmente construída no tempo e no espaço e requer diálogo com a comunidade escolar para ser definida. A auto avaliação potencializa a autonomia dos sujeitos nela envolvidos através do exercício da participação e da reflexão de suas práticas. A auto avaliação pode tornar a avaliação externa mais eficaz ao contextualizar os resultados das escolas e, para além das práticas de avaliação da aprendizagem, inaugurar a perspectiva da avaliação como aprendizagem.⁷

6 Centro de Referências em Educação Integral CREI, 2018, p.27.

7 BAHIA,UNDIME.Caderno: O que é Educação Integral? Currículo e Educação Integral na Prática: uma referência para estados e municípios. 2020, p. 38

A Escola em Tempo Integral tem sido considerada, em nossa sociedade, importante meio para uma educação de qualidade. Esta qualidade seria consequência da maior permanência das crianças e jovens na escola, bem como de um conhecimento que possibilita uma educação integral com a apropriação dos territórios e saberes da comunidade que envolve a escola.

Ela diz respeito a escolas ou instituições de ensino que oferecem aos estudantes uma jornada quantitativa de processos de aprendizagem, ou seja, o aluno passa mais tempo na escola, mas o tempo não tem necessariamente relação com a qualidade daquilo que é aprendido – e apreendido. A educação em tempo integral vai além da ideia de manter o aluno por mais horas dentro da escola. Ela precisa promover a socialização, a integração e estimular a aprendizagem no ambiente escolar. A educação integral tem o objetivo de promover o desenvolvimento do aluno como um todo. Isso compreende os aspectos: físico, intelectual, social e psicológico. Sendo assim, esse modelo tem o intuito de desenvolver a criança de maneira ampla. Ele dá valor ao reconhecimento da estética, aprimoramento de habilidades artísticas e musicais e identificação de aspectos que fazem bem para o corpo.

A Educação em Tempo Integral reconhece que o aprendizado é realizado de maneira contínua e envolve todos os acontecimentos do dia a dia. Nesse sentido, ela abrange tanto o trabalho de educar quanto o cuidado e a atenção aos educandos. Essa metodologia educacional começou a ser implantada em muitas escolas após as mudanças nas políticas de educação do país. O Plano Nacional de Educação (PNE), por exemplo, instituiu o aumento progressivo na jornada das escolas. A intenção é estimular que os alunos permaneçam pelo menos sete horas no ambiente educacional. Contudo, é necessário compreender que não basta apenas aumentar o tempo de permanência na escola. É fundamental investir em atividades que ampliem o desenvolvimento dos estudantes. Logo, a educação em tempo integral demanda de um investimento em mudanças estruturais e culturais de educadores e gestores. É necessário avaliar o currículo da escola e identificar os recursos educativos existentes. É importante ampliar as ofertas das práticas relacionadas ao desenvolvimento motor dos estudantes, bem como do aprendizado sobre cultura, música e expressão. As escolas também devem contemplar outras áreas fundamentais para o convívio social, como interação entre estudantes e professores, consciência ambiental, tecnologias, alimentação saudável e comunicação.

TEMAS INTEGRADORES

O compromisso com a construção da cidadania pede necessariamente uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal e coletiva e a afirmação do princípio da participação política, diante disso, os temas integradores promovem o diálogo entre as diversas áreas de conhecimento que compõem o Currículo e trazem questões que atravessam as experiências dos sujeitos em seus contextos de vida e atuação, além de intervir na construção da identidade.

A inclusão das questões sociais promove a aprendizagem e a reflexão dos estudantes, buscando um tratamento didático que contemple sua complexidade e sua dinâmica, dando-lhes a mesma importância das áreas convencionais. Nessa perspectiva é que foram incorporadas como Temas Transversais as questões da Ética, da Pluralidade Cultural, do Meio Ambiente, da Saúde, da Orientação Sexual e do Trabalho e Consumo (PCN, 1997), são conteúdos a serem abordadas nas diferentes etapas da Educação Básica, e em todas as modalidades, assim como os Temas Integradores que devem ser vivenciadas e praticadas pelos estudantes nos diversos espaços que ocupam, são mais que temas transversais ou multidisciplinares, excedem quando praticadas no cotidiano da comunidade, e em outros espaços.

São doze os temas integradores considerados na Base Nacional Comum Curricular: Direito da Criança e do Adolescente; Educação para o Trânsito; Educação Ambiental; Educação Alimentar e Nutricional; Processo de Envelhecimento, Respeito e Valorização do Idoso; Educação em Direitos Humanos; Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena; Saúde; Vida Familiar e Social; Educação para o Consumo; Educação Financeira e Fiscal; Trabalho, Ciência e Tecnologia; Diversidade Cultural (BNCC, 2018). Estes auxiliam a pensar na BNCC como referencial para a elaboração de uma proposta que considera originalidade, novos problemas e questões a serem incorporadas, de acordo com as características de cada região, são temas que envolvem aprender sobre a sociedade atual, mudar comportamentos que comprometem a convivência democrática e estabelecer propostas de políticas públicas no futuro próximo.

Educação em Direitos Humanos

Os direitos humanos são considerados aqueles essenciais ao ser humano, que existem em razão da natureza humana, Segundo Piovesan (2015) ela consolida a afirmação de uma ética universal ao consagrar um consenso sobre valores de cunho universal a serem seguidos pelos Estados, o que é observado desde o seu preâmbulo ao afirmar a consagração da dignidade humana como valor universal. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é considerada um marco na proteção dos direitos humanos, tendo sido aprovada de forma unânime pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, no dia 10 de dezembro de 1948. Ela foi elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo, tendo sido a primeira organização internacional que abrangeu a quase totalidade dos povos da Terra. A declaração é composta por 30 artigos, sendo que no seu primeiro artigo, o documento já demonstrou a que veio

“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade” (ONU, 1948).

O objetivo da Declaração Universal é delinear uma ordem pública mundial fundada no respeito à dignidade humana, ao consagrar valores básicos universais. Desde seu preâmbulo, é afirmada a dignidade inerente a toda pessoa humana, titular de direitos iguais e inalienáveis. Vale dizer, para a Declaração Universal a condição de pessoa é o requisito único e exclusivo para a titularidade de direitos. A universalidade dos direitos humanos traduz a absoluta ruptura com o legado nazista, que condicionava a titularidade de direitos à pertinência à determinada raça (a raça pura ariana). A dignidade humana como fundamento dos direitos humanos e valor intrínseco à condição humana é concepção que, posteriormente, viria a ser incorporada por todos os tratados e declarações de direitos humanos, que passaram a integrar o chamado Direito Internacional dos Direitos Humanos (PIOVESAN, 2015).

A educação constitui-se como um dos lugares de aplicação, consolidação e expansão dos direitos humanos, como um direito-chave cuja negação é especialmente perigosa para o princípio democrático da igualdade civil e política. Segundo Estêvão (2011) a educação vêm a confrontar-se com sérios desafios que resultam de novas ideologias ou de novas concepções do papel do Estado mais favorável ao reforço da visão libertária dos direitos, ela não pode alhear-se da sua contribuição, designadamente dentro da proposta de uma democracia comunicativa e de uma democracia como direito humanos, para a criação de espaços públicos mais democráticos, para a diálogo pública, para a potenciação da voz, para a aprendizagem das diversas formas através das quais os direitos humanos podem ser negados, omitidos ou promovidos.

Dessa forma, a escola como organização deliberativa e comunicativa poderá contribuir de forma significativa para a prática consciente e fundamentada de uma democracia em construção cujos contornos coincidem com os direitos humanos.

Educação para o Trânsito

A Educação para o Trânsito é um tema que deve ser tratado no Currículo Escolar não apenas com “caráter informativo”, como cita o DCRB (2020, p. 79), mas de forma que favoreça a construção significativa de conhecimentos, o que está intimamente relacionado com a prática e a conscientização, especialmente quando se analisa os dados alarmantes do Ministério da Saúde no que tange ao número de mortes e/ou acidentes envolvendo pessoas no trânsito.

Assim, as crianças/estudantes precisam vivenciar uma variedade de situações com conceitos e fazeres científicos, desenvolvendo observações, análises, argumentações, potencializando descobertas e atitudes, compreendendo, conseqüentemente, o respeito ao próximo, às regras e ao meio no qual estão inseridos, como acontece, por exemplo, com o Projeto FETRAN (Festival Estudantil Temático Teatro para o Trânsito), em parceria com a Polícia Rodoviária Federal. Nele, são concretizadas palestras ministradas pelos agentes e os estudantes são estimulados a participar de feiras educativas, fazem paródias, coreografias e aprendem sobre as leis de trânsito de forma divertida.

O movimento “Maio Amarelo”, coordenado pelo Poder Público e pela sociedade civil, também coloca em pauta essa discussão nas unidades escolares, ajudando a engajar ações e a propagar boas ideias, lançando mão de aspectos instrucionais e de advertência.

As experiências vivenciadas poderão ser reproduzidas no contexto familiar, social e cultural das crianças/estudantes, sensibilizando aqueles com quem convivem, bem como a comunidade em geral, a terem um comportamento adequado, agindo como cidadãos conscientes, tanto na condição de pedestres, quanto na de passageiros e condutores de veículos.

Dentro de tal perspectiva, a Educação para o Trânsito deve acontecer em um processo contínuo, visando o exercício da cidadania e o fortalecimento de princípios como companheirismo, cooperação, solidariedade, comprometimento e tolerância, o que perpassa ainda pelo pressuposto da igualdade de oportunidades e valorização das diversidades, inclusive intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero. Portanto, é relevante trazer para a sala de aula temas como esse, que colocam em foco a vida em sociedade; no entanto, é notório que temos um enorme desafio e caminho a ser percorrido.

Vale ressaltar, em consonância com tudo isso, que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2018, chama a atenção para a transição/articulação entre as etapas de ensino da Educação Básica, portanto, as práticas pedagógicas abarcando o tema, assim como todos os outros, precisam acontecer em conjunto, observando-se a progressão das aprendizagens e sem perder de vista as especificidades de cada percurso, que é a orientação para o trabalho na Rede Municipal de Itaberaba, começando nas instituições de Educação Infantil, decorrendo pelos Anos Iniciais e chegando aos Anos Finais. Diante do exposto, estarão sendo ampliadas/desenvolvidas competências e habilidades nos diversos Campos de Experiências e Áreas do Conhecimento, subdivididas nos Componentes Curriculares.

Então, como a avaliação é um fator intrínseco às práticas de ensino, as escolas, que acompanham e lidam com os estudantes de forma mais direta, tendo ciência da comunidade a que atende, fazendo também uso da autonomia que lhes é conferida, podem repensar práticas, fundamentando-as em documentos próprios, como o PPP (Projeto Político Pedagógico) e os Planos de Ensino, realizando as ações gerais e agregando a elas as iniciativas propostas por suas equipes, desde que estas contribuam para a convivência no espaço viário, formando cidadãos que respeitem a legislação e adotem atitudes que evitem acidentes de trânsito.

Como as atividades humanas realizam-se no exercício social, mediadas por múltiplas linguagens: verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e, contemporaneamente, digital, as escolas têm inúmeras possibilidades de abordagem acerca do tema, incluindo e ampliando estratégias. Para tanto, indica-se:

- Planejamento de vivências e experiências desde a Educação Infantil até as demais etapas, tendo um olhar de articulação e complementação;
- Realização de palestras educativas tendo como público alvo estudantes, familiares e profissionais que atuam nas escolas;
- Agentes de trânsito nas proximidades da escola, bairros e lugares onde há muita circulação de condutores e pedestres (ação intersetorial);
- Confeção de panfletos, placas e móveis com materiais reciclados para distribuição agregada a mobilizações, como por exemplo, na frente da instituição e áreas no entorno dela;
- Utilização de “simuladores”, com riscos reais reduzidos, para que as crianças/estudantes, familiares e até mesmo a Equipe Escolar, possam entender melhor os perigos e cuidados em relação ao Trânsito;
- Inserção de trechos do Código Brasileiro de Trânsito entre os indicadores de gêneros textuais;
- Estudo transversal sobre o Trânsito não apenas no mês de setembro (com a SEMANA NACIONAL DE TRÂNSITO), desenvolvendo projetos, inclusive investigativos, enriquecendo e contribuindo com as campanhas que já são pontuais;
- Ampliação do número de escolas participantes no FETRAN;
- Maior valorização à produção das crianças/estudantes, compartilhando-a para além dos muros da escola (as ferramentas digitais/tecnológicas podem contribuir muito);
- Intercâmbio entre as escolas para a demonstração dos trabalhos realizados;
- Inclusão das famílias em diversos momentos dentro e fora da escola;
- Passeios, atividades concretas, problematizações e realização de jogos simbólicos relacionando os objetos de conhecimento ao cotidiano, fazendo com que a criança/estudante perceba que está nesse cenário;
- Utilizar o espaço dentro e fora da escola para analisar o transitar na própria comunidade escolar. Como se dá o comportamento de cada um? Como podemos melhorar a coletividade?
- Inserção dos “Textos Multimodais” nas práticas de sala de aula, já que eles são a “nova tendência da comunicação” e contemplam o tema em diferentes Componentes Curriculares e Campos de Experiência, sendo encontrados, concomitantemente, nas práticas sociais do cotidiano;
- Promoção das aprendizagens através da “Sala de Aula Invertida”.

Enfim, não há receitas que explicitem a melhor forma de se trabalhar com a “Educação para o Trânsito”, dada sua importância é tamanha complexidade, porém o Currículo adotado deve preconizar uma prática que conceba a criança/o estudante como um sujeito aprendente, que considere sua integralidade e trabalhe de maneira contextualizada, contando com a parceria dos órgãos específicos e fortalecendo núcleos pedagógicos que contribuam para as práticas escolares, independente da faixa etária acolhida.

Educação Ambiental

A Educação Ambiental surgiu da necessidade de uma mudança de paradigma que envolve valores sociais, filosóficos, econômicos, éticos, ideológicos e científicos, adotados pela nossa sociedade (2020). Dessa forma, o reconhecimento do papel transformador da Educação Ambiental (EA) torna-se cada vez mais visível diante do atual contexto nacional e mundial, onde se evidenciam as preocupações com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais.

Assim como outros temas relevantes para o processo educacional, a EA ganha outra dimensão com a promulgação das DCNs. O documento oficial determina que os sistemas de ensino viabilizem a aplicação da EA de forma interdisciplinar em todos os níveis escolares. Dessa maneira, as DCNs (BRASIL, 2013) possibilitam a formação de sujeitos comprometidos com valores e atitudes compatíveis com a integração entre seres humanos e o meio ambiente:

[...] a necessidade de definição de DCNs para a Educação Básica é justificada pela emergência da atualização das políticas educacionais que consubstanciam o direito de todo brasileiro à formação humana e cidadã e à formação profissional, na vivência e convivência em ambiente educativo (BRASIL, 2013, p. 7).

Nas Unidades Escolares da Educação do Campo o município conta com o apoio do Programa Despertar que é um dos Programas de Promoção Social do SENAR-AR/BA, implantado em 2014, com o objetivo de promover a educação voltada para a responsabilidade social, a qual deve alavancar mudança de valores, aliada à postura cidadã e socioambiental.

Saúde na Escola

A escola, que tem como missão primordial desenvolver processos de ensino-aprendizagem, desempenha papel fundamental na formação e atuação das pessoas em todas as arenas da vida social. Juntamente com outros espaços sociais, ela cumpre papel decisivo na formação dos estudantes, na percepção e construção da cidadania, além do acesso às políticas públicas. Desse modo, pode tornar-se locus para ações de promoção da saúde para crianças, adolescentes, jovens e adultos (DEMARZO; AQUILANTE, 2008).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, podemos definir a saúde como uma situação de perfeito bem-estar físico, mental e social. É, portanto, de suma importância que as reflexões sobre o que é saúde saiam do simplório conceito da falta de enfermidade. Isso quer dizer que uma pessoa saudável não é apenas aquela que não possui doenças, mas aquela que está bem consigo mesma em todos os aspectos. Percebe-se aí que a saúde é uma realidade difícil de ser atingida, uma vez que o completo bem-estar depende de vários fatores, tais como condições socioeconômicas e equilíbrio neuropsíquico.

Dessa forma, a saúde e a educação, são direitos fundamentais expressos na Constituição de 1988, que no art. 6º traz:

São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Nas unidades escolares, o trabalho de promoção da saúde com os estudantes, e também com professores e funcionários, precisa ter como ponto de partida “o que eles sabem” e “o que eles podem fazer”, desenvolvendo em cada um a capacidade de interpretar o cotidiano e atuar de modo a incorporar atitudes e/ou comportamentos adequados para a melhoria da qualidade de vida. Nesse processo, as bases são as “forças” de cada um, no desenvolvimento da autonomia e de competências para o exercício pleno da cidadania. Assim, dos profissionais de saúde e de educação espera-se que, no desempenho das suas funções, assumam uma atitude permanente de empoderamento dos estudantes, professores e funcionários das escolas, o princípio básico da promoção da saúde (PORTUGAL, 2006; DEMARZO; AQUILANTE, 2008).

O professor configura-se como um personagem importante nesse contexto, uma vez que sua interveniência possibilita aos estudantes aprenderem conteúdos escolares, desenvolverem o senso crítico e se tornarem sujeitos das práticas sociais e das suas interações com o outro, habilidades e competências que devem ser desenvolvidas nos currículos escolares. Para isso a escola deve estar aberta a ações educativas que promovam saúde e os professores precisam ser devidamente instrumentalizados ao longo da sua formação profissional para o desenvolvimento dessas ações.

Nesse contexto, investimentos na educação permanente em saúde que contribuam para transformação das práticas profissionais, pedagógicas e de saúde e para a organização dos serviços poderão se constituir como estratégias essenciais de aprimoramento das ações como a de Saúde da Família e de agentes comunitários de saúde, consideradas fundamentais para a reorganização da Atenção Básica e do Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2006a).

Desse modo, para o fortalecimento da parceria escola-comunidade, os princípios como intersectorialidade, integralidade, territorialidade, interdisciplinaridade e transversalidade devem constar no currículo, o que possibilita a implementação de estratégias mais efetivas para confrontar problemas de saúde próximos e proposição de soluções concretas. Por isso, faz-se necessário o desenvolvimento de projetos de intervenção em parceria com as diversas secretarias: Saúde, Esporte, Ação Social e Cultura para/na comunidade escolar e em seu entorno, a fim de tornar-se uma Escola Promotora de Saúde.

Para isso, as unidades escolares deverão realizar ações sociopedagógicas, de acordo com seus PPPs de forma transversal, sistemática, contínua e integrada com suas atividades, como: as ações do Programa Saúde na Escola (PSE, instituído pelo Decreto Federal nº 6.286 de 5 de dezembro de 2007), a partir de criação de Territórios locais

entre a escola e a unidade básica de saúde, considerando o contexto escolar e social, o diagnóstico local em saúde do escolar e a capacidade operativa em saúde do escolar, visando prevenção, promoção e atenção à saúde da comunidade escolar, buscando compreender o estudante com um sujeito integral.

Segundo o DCRB (Documento Curricular Referencial da Bahia para Educação Infantil e Ensino Fundamental), os profissionais de educação devem adotar em suas práticas pedagógicas metodologias com base na formação humanística, através de situações de aprendizagens contextualizadas, que valorizem as experiências dos estudantes, bem como a elaboração de seus projetos de vida, a abordagem de temas contemporâneos e o desenvolvimento de competências promotoras de Saúde voltadas à formação integral e ao enfrentamento de vulnerabilidades sociais, tais como: autoconhecimento, autocontrole, autoestima, responsabilização, autonomia e consciência social.

Tais práticas devem ainda possibilitar à comunidade escolar o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, conhecimentos, atitudes e valores que promovam a tomada de decisão com base na ética, no bem-estar físico, social e mental, assumindo um papel interventivo, além promover ações de promoção à saúde e prevenção dos agravos, relacionadas ao enfrentamento das vulnerabilidades dos estudantes ligadas às seguintes situações de saúde: prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST); prevenção e controle da Dengue/Chikungunya/Zika vírus e outras arboviroses; prevenção ao uso do álcool, tabaco e outras drogas; promoção da cultura de paz e da valorização da vida; prevenção das violências e a promoção de hábitos e atitudes saudáveis; além de saúde sexual e saúde reprodutiva; prevenção de doenças imunopreveníveis, entre outras, a fim de contribuir para a formação integral dos estudantes.

Neste sentido, são realizadas reuniões com a Coordenação de Atenção Básica e com suas equipes das Unidades de Saúde da Família, equipes da Secretaria de Educação, gestores escolares, coordenadores pedagógicos e representantes de professores para apresentações das ações e divisão das unidades escolares por território para cada Unidade de Saúde da Família, as quais sentam elaboram o planejamento para o ano. Ações estas voltadas para a prevenção, promoção e atenção à saúde dos estudantes e a comunidade do entorno da escola.

Educação Financeira e para o Consumo

A educação para o consumo constitui uma realidade no processo de escolarização, contudo essa educação não está limitada aos conteúdos formalizados. De acordo com Oliveira (2015), no trabalho desenvolvido como docente, em inúmeras situações é necessário mediar situações perpassadas pelo consumo presentes nas conversas, brincadeiras, discussões, sonhos e desencantos das crianças.

A sociedade contemporânea vive um momento de crise, em que se faz necessária a mudança do paradigma antropocêntrico. Os padrões de consumo impostos pela “sociedade”, por meio do sistema econômico predominante, devem ser revistos, sob pena de inviabilizar a continuidade da vida no planeta. A educação possui papel fundamental na formulação de uma nova mentalidade, e a Educação Financeira e para o Consumo é elemento-chave na formação de uma consciência em relação à responsabilidade social na busca da qualidade de vida das pessoas e do planeta. Em uma sociedade em que é mais importante o TER do que o SER, abrem-se as portas para a discussão sobre o consumo consciente e sobre o que, como e por que consumimos. Neste contexto, o Tema Integrador Educação Financeira e para o Consumo visa a construção e o desenvolvimento de comportamentos financeiros consistentes, autônomos e saudáveis, para que os estudantes possam, como protagonistas de suas histórias, planejar e executar os seus projetos de vida. Ferreira (2017), em seu artigo intitulado “A importância da educação financeira pessoal para a qualidade de vida”, apresenta argumentos e relaciona os índices de qualidade de vida com os conhecimentos e práticas da educação financeira pessoal, destacando que não há intenção de:

“[...] expor que qualidade de vida é parar de gastar ou poupar apenas para item específico, e sim mostrar que gastando de forma consciente e inteligente o indivíduo tem mais possibilidade de conquistar o que para ele é importante, assim como proporcionar uma vida mais tranquila e estável sem um endividamento constante que acaba por tirar a tranquilidade do indivíduo.”

As unidades escolares devem promover a inserção de conteúdos que estimulem a capacidade de escolha consciente e responsável nas discussões em sala de aula, apontando para a formação de indivíduos que possam gerir/mediar os recursos, transcendendo a questão restrita ao dinheiro, ou seja, não versado na aquisição de bens associados, tão somente, ao lucro imediato, mas para a constituição de cidadãos que reconheçam o caráter finito dos recursos e, portanto, capazes de agregar bens sem desconsiderar o desperdício e o descarte irresponsável destes no ambiente e, principalmente, o consumismo desenfreado.

Cultura Digital

A cultura digital se refere a práticas sociais inovadoras, demonstrando o avanço e crescimento da tecnologia e da internet. Esses avanços vêm acompanhado de mudanças que transformam as informações e comunicações. No atual momento em que estamos vivendo percebemos e vivenciamos uma relação cada vez mais íntima com a informática técnica (equipamentos/software) e pedagógica (softwares específicos para a educação), onde visualizamos a informática como apoio educacional imprescindível.

Compreende-se que introduzir a cultura digital na escola não é apenas implantar laboratórios de computador/informática, mas investir em formação continuada para os profissionais da educação, estimular mudanças no comportamento e nos espaços de conhecimento, desenvolver atitudes de equidade, disponibilizar recursos digitais e muito

mais. É visível que a realidade virtual invade as salas, criando um ambiente mais atrativo para o estudante, fazendo com que ele vivencie o mundo. Porém, há grandes preocupações com relação a dificuldade de processar sozinho as informações desse novo mundo, então o professor tem o papel de facilitador e mediador desse conhecimento na escola. Um dos principais benefícios da cultura digital na escola é a possibilidade de o estudante estar em rede, participar de comunidades de aprendizagem e não ficar isolado, restrito à sala de aula.

A cultura digital como competência da BNCC foca no uso específico de recursos tecnológicos, ela visa ensinar as crianças e adolescentes a dominar o universo digital para que consigam utilizar as ferramentas para aprender a produzir. A inclusão desta competência nas normas da BNCC é um reflexo do cenário na qual vivemos, onde tudo ou quase tudo é feito por uso de uma tecnologia. Então, como as crianças nascem nesse meio, não há como deixar de levar esse tipo de conhecimento para a sala de aula.

Um dos grandes desafios no meio dos docentes é aprender a usufruir as chamadas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, incorporando-as nas práticas educativas, além disso, a falta de formação continuada para os profissionais da educação na área de TICs, para as estimular mudanças no comportamento e nos espaços de conhecimento e o fato de não possuímos recursos tecnológicos a fim de motivar tanto docentes e discentes na área tecnológica.

A escola precisa ser acolhedora no sentido amplo do termo, no trato das relações humanas e como as novas possibilidades de gerenciar o processo de ensino e aprendizagem. A cultura digital é uma expressão de mudança fundamental de uma era, que aproxima os indivíduos em diferentes lugares e mobiliza um universo amplo de troca de informações, aliando essa ferramenta a uma educação adaptada a seu tempo, fortalece os laços de compromisso socioeducativo que há na escola .

Os avanços tecnológicos e sobretudo no contexto da internet e a conectividade, tem mudado os nossos olhares frente a dilemas tão pessoais e coletivos, um momento de compartilhar informações, de trocas, de reinventar, experimentar, criar elos, a inteligência coletiva permitindo agregar conhecimentos. O enriquecimento mútuo das pessoas que é a base e objetivo da inteligência coletiva é essencial para fortalecer uma educação que cada vez é tão importante para a construção do sujeito social e ativo. A escola conectada com o mundo em teorias e práticas inovadoras e eficazes.

Educação para a Diversidade

A Educação para a Diversidade Cultural precisa compreender outros aspectos que constituem essa diversidade: Processo de Envelhecimento, Respeito e Valorização do Idoso; Proteção e direitos da Criança e do Adolescente; Pessoas com deficiências, dificuldades ou distúrbios; Vida Familiar e Social; Educação Alimentar e Nutricional; Relações Étnico-Raciais e Ensino de História; Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena. As orientações fundamentadas nos marcos legais devem ser integradas às propostas de ensino em compoendo as transversalidades nos organizadores curriculares e nos projetos integradores desenvolvidos ao longo da trajetória curricular. Tratando os temas contextualizados com a realidade de cada localidade, considerando a universalidade dos direitos e deveres, bem como as especificidades das intervenções para cada etapa e modalidade de ensino.

AValiação

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as Orientações Curriculares Nacionais, o Regimento Escolar das Escolas Municipais de Itaberaba e as demais normas vigentes, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação e pelo Conselho Municipal de Educação de Itaberaba, a avaliação do processo de ensino e de aprendizagem constitui elemento indissociável do processo educativo e visa acompanhar, orientar, regular e redirecionar o trabalho educativo. Envolve a análise do conhecimento e das habilidades adquiridas pelos estudantes, bem como dos aspectos formativos, através da observação de suas atitudes quanto à presença nas aulas, participação nas atividades pedagógicas e responsabilidade com que assume o cumprimento de seu papel. Nesse sentido, ao avaliar o aproveitamento escolar dos estudantes, o professor deve ter por objetivo a verificação das aprendizagens com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os aspectos quantitativos.

Este referencial reafirma os princípios descritos na BNCC para o processo avaliativo reconhecendo que a educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano de forma global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica. Para a consolidação dos currículos em ação, são necessárias decisões, e em relação à avaliação deve-se “construir e aplicar procedimentos de avaliação formativa de processo ou de resultado que levem em conta os contextos e as condições de aprendizagens, tomando tais registros como referência para melhorar o desempenho da escola, dos professores e dos alunos ” (BRASIL, 2018)

Considerando também o que trata o DCRB (2020), a avaliação é parte integrante da Proposta Curricular e do Projeto Político-Pedagógico da escola. Deve ser compreendida como processo relevante, construído e consolidado a partir de uma cultura de “avaliar para garantir o direito da aprendizagem”, e não para classificar e/ou limitar tal direito.

Compete, então, à Unidade Escolar, em conformidade com o Projeto Político Pedagógico, desenvolver a **avaliação formativa**, envolvendo as dimensões cognitiva, afetiva, psicomotora e social, no processo avaliativo dos estudantes, garantindo-lhe um percurso educativo digno com aprendizagens significativas.

São objetivos da avaliação formativa:

- Diagnosticar, registrar e acompanhar os progressos dos estudantes e suas dificuldades;
- Possibilitar que os estudantes auto avaliem sua aprendizagem;
- Orientar os estudantes quanto aos esforços necessários para superar suas dificuldades;
- Fundamentar as decisões do Conselho de Classe quanto à necessidade de procedimentos de reforço e recuperação de aprendizagem, de avanço (pleno ou em Regime de Progressão Parcial), de classificação e reclassificação do estudante;
- Orientar as atividades de planejamento e replanejamento dos conteúdos curriculares.

Para tanto, observa os seguintes critérios:

- Avaliação formativa, processual, contínua, cumulativa, abrangente, diagnóstica e interdisciplinar;
- Aceleração de estudos para estudantes com defasagem idade-ano;
- Avanço de estudos quando assim indicarem as potencialidades dos estudantes, o seu desempenho escolar e as suas condições de ajustamento a períodos mais adiantados, exceto para estudantes da Educação Infantil;
- Recuperação para estudantes com baixo rendimento escolar, com destaque para a recuperação paralela e contínua inserida no processo de ensino e de aprendizagem;
- Aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas estabelecidas para o ano letivo para aprovação, computados os exercícios domiciliares amparados por Lei.

Com base nos objetivos e critérios estabelecidos, a ação avaliativa deve identificar os aspectos exitosos da aprendizagem dos estudantes e as atividades evidenciadas em seu dia a dia, com vistas à intervenção imediata e promoção do seu desenvolvimento, buscando evidências de aprendizagens por meio de instrumentos e de procedimentos variados, não sendo aceita uma única forma como critério de aprovação ou de reprovação. Dentre os instrumentos e procedimentos da avaliação formativa, compreendem de modo inter-relacionado, pesquisas, relatórios, testes ou provas interdisciplinares e

contextualizadas, entrevistas, dramatizações, seminários, e tantos outros que se fizerem necessários, de acordo com os critérios, objetivos estabelecidos e especificidades de cada etapa e modalidade de ensino.

A Educação Infantil recebeu um destaque na LDB 9394, inexistente nas legislações anteriores e é tratada na Seção II, do capítulo II (da Educação Básica). Reafirma também os princípios norteadores para os processos de avaliação nesta etapa de ensino, amparada pela LDB 9394/96 no **Art. 31**. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

I - avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013);

II - carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013);

III - atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013);

IV - controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013);

V - expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013);

Em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI 2010) às instituições que atendem esta etapa, devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças:

- A observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e integração das crianças no cotidiano;
- Utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças como: relatórios, fotografias, desenhos, álbuns, etc;
- A continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transições vividas pelas crianças;
- Documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da Instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;
- A não retenção das crianças na Educação Infantil;

Os critérios específicos para a elaboração e registros dos instrumentos serão descritos na Parte II - Educação Infantil.

O Ensino Fundamental em relação à avaliação da aprendizagem dos estudantes deve considerar todos os aspectos do desenvolvimento, por meio da observação e do registro que verifica se os estudantes apresentam as competências, habilidades e os conhecimentos prévios necessários para prosseguir para a próxima etapa.

Nessa perspectiva, faz-se necessário diagnosticar e acompanhar cotidianamente as etapas de aprendizagem, através dos instrumentos que propõem as intervenções no fazer pedagógico com foco nas necessidades específicas dos estudantes. Análise de maneira individual e no que a turma se apropria de conhecimentos, considerando que cada estudante tem seu ritmo em aprender.

Cabe aos professores o papel de acompanhar o desenvolvimento dos estudantes por meio de instrumentos no contexto da avaliação formativa, identificando as possíveis dificuldades, seja na aprendizagem, seja no ensino. Registrar todas as informações para que o ato de avaliar seja um processo contínuo. O olhar sensível e atento, permite ao professor diagnosticar e ajudar no desenvolvimento dos estudantes. Aspectos a serem observados como características individuais, participação, autonomia, comportamento e relação interpessoal são fatores que contribui no processo avaliativo. Assim, o professor conhecerá melhor cada um em suas especificidades e adotará as melhores e mais adequadas estratégias na elaboração das aulas.

Na Educação de Pessoas Jovens, Adultos e Idosos - EPJAI a avaliação democrática, que respeite os direitos dos estudantes de serem informados sobre seus processos de aprendizagem, os critérios utilizados para avaliá-los e de serem orientados e ajudados em suas dificuldades. Sem informação não é possível promover participação, reflexão, compreensão de erros, êxitos e também não é possível garantir que os estudantes assumam responsabilidades perante a própria aprendizagem e sintam-se estimulados a progredir. É preciso construir propostas em que os sujeitos participem efetivamente dos processos avaliativos, por meio de negociações e acordos estabelecidos com o professor, nos quais se destinam objetivamente as finalidades, as ações, as condições de realização, as responsabilidades e colaboração na tomada de decisões. Considerar:

- Comunicar objetivos e comprovar as representações construídas pelos estudantes.
- Propiciar aos estudantes o exercício da antecipação e da planificação das ações.
- Possibilitar aos estudantes a apropriação dos critérios e instrumentos de avaliação.

Avaliação que toma como ponto de partida o desenvolvimento de capacidade e competências fundamentais para o exercício da cidadania e colocam em relevância o contexto social em que se produz a aprendizagem dos sujeitos.

Reconhecimento de um perfil distinto e singular que é o do sujeito da EPJAI, caracterizado pela diversidade de experiências, demandas, necessidades e motivação, pelo domínio de um amplo e diversificado rol de conhecimentos, construídos a partir de experiências do cotidiano e por disponibilidades peculiares para novas aprendizagens.

Em Educação Especial, de acordo com o Regimento Escolar das Escolas Municipais de Itaberaba e as Diretrizes para a Política Municipal para a Educação Especial, o processo de avaliação dos estudantes com deficiência, com transtorno global do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação deve considerar, além das características individuais, o tipo de atendimento educacional especializado, respeitadas as especificidades de cada caso, em relação à necessidade de apoio, de recursos e de equipamentos.

A avaliação dos estudantes com deficiência, com transtorno global do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, deve ser realizada de forma processual, observando-se o desenvolvimento biopsicossocial desse estudante, sua funcionalidade, características individuais, interesses, possibilidades e respostas pedagógicas alcançadas, com base na proposta de trabalho. Nesse sentido, o processo de avaliação deve considerar a utilização de critérios de avaliação e de promoção diferenciados, compatíveis com as adaptações realizadas.

No caso dos estudantes surdos, deve-se considerar, no momento de avaliação de produção escrita, a utilização da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, como primeira língua.

Assim como enfatizado no DCRB, a avaliação sempre se configurou como um dos maiores desafios da escola e foi apresentado como um dos pontos críticos e desafiadores da implementação da Base Nacional Comum Curricular quando esta define aprendizagens prioritárias que todos os estudantes precisam desenvolver ao longo das etapas e modalidades da educação básica, o que é uma necessidade, mas que requer especial atenção tanto para estudantes quanto para os docentes.

De acordo com a BNCC, o processo educativo deve concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento das 10 (dez) competências gerais que “consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento” (BRASIL, 2018, p. 8).

Portanto as decisões pedagógicas precisam estar pautadas em um planejamento que assuma o desenvolvimento de competências e habilidades e desta forma também, a avaliação precisa ser pensada como uma estratégia que possa refletir essa concepção, priorizando o desenvolvimento integral dos estudantes, os avanços, a interação com os conhecimentos adquiridos também a partir dos conhecimentos prévios para então, mobilizar o desenvolvimento das suas competências, tanto cognitivas quanto socioemocionais, colocando-o como protagonista, um ser ativo em seu processo de aprendizagem.

ETAPAS E MODALIDADES DE EDUCAÇÃO BÁSICA

O sistema educacional brasileiro é dividido em Educação Básica e Educação Superior. Este conceito de Educação Básica foi ampliado a partir da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 1996, pois a lei anterior estabelecia como básico o antigo primeiro grau.

A LDB atribui à Educação Básica a finalidade de desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum essencial para exercer a cidadania, prosseguir seus estudos e ingressar no mercado de trabalho. Passando a ser estruturada por etapas e modalidades de ensino, englobando a Educação Infantil, o Ensino Fundamental obrigatório de nove anos e o Ensino Médio. A Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas, (EPJAI), a Educação do Campo e Educação Especial são consideradas modalidades da Educação Básica. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular, (BNCC) e Documento Curricular Referencial da Bahia, (DCRB).

No tocante à Educação Básica, é relevante destacar que, as incumbências da LDB aos Estados e ao Distrito Federal, asseguram o Ensino Fundamental a oferecer, com prioridade, o Ensino Médio a todos que o demandarem. E ao Distrito Federal e aos Municípios cabe oferecer a Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas, e, com prioridade, o Ensino Fundamental. Em que pese, entretanto, a autonomia dada aos vários sistemas, a LDB, no inciso IV do seu artigo 9º, *atribui à União estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum.*

As Diretrizes Curriculares bem como sua reformulação fortalecem a Educação Básica, de acordo a sua atualização e potencialização para as políticas educacionais que todo brasileiro necessita, que é a formação humana e cidadã e a formação profissional, na vivência em ambiente educativo. Tem estas Diretrizes por objetivos:

- I – sistematizar os princípios e diretrizes gerais da Educação Básica contidos na Constituição, na LDB e demais dispositivos legais, traduzindo-os em orientações que contribuam para assegurar a formação básica comum nacional, tendo como foco os sujeitos que dão vida ao currículo e à escola;
- II – estimular a reflexão crítica e propositiva que deve subsidiar a formulação, execução e avaliação do projeto político-pedagógico da escola de Educação Básica;
- III – orientar os cursos de formação inicial e continuada de profissionais – docentes, técnicos, funcionários – da Educação Básica, os sistemas educativos dos diferentes entes federados e as escolas que os integram, indistintamente da rede a que pertençam.

A educação de qualidade é um direito assegurado pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A educação deve proporcionar o desenvolvimento humano na sua plenitude, em condições de liberdade e dignidade, respeitando e valorizando as diferenças.

Para a definição e o desenvolvimento da metodologia destinada à re-elaboração dos Referenciais Curriculares, diante disso, foi constituída uma Comissão de Governança que selecionou interrogações e temas estimuladores dos debates, a fim de subsidiar a re-elaboração do documento e pensar sobre nossas etapas, modalidades e segmentos de ensino.

A EDUCAÇÃO INFANTIL

Como primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil é o início e o fundamento do processo educacional. A entrada na creche ou na pré-escola significa, na maioria das vezes, a primeira separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares para se incorporarem a uma situação de socialização estruturada.

Nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo. Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar— especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação.

Nessa direção, e para potencializar as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças, a prática do diálogo e o compartilhamento de responsabilidades entre a instituição de Educação Infantil e a família são essenciais. Além disso, a instituição precisa conhecer e trabalhar com as culturas plurais, dialogando com a riqueza/diversidade cultural das famílias e da comunidade.

O ENSINO FUNDAMENTAL

O Ensino Fundamental, com 9 anos de duração, é a etapa mais longa da Educação Básica, atendendo a estudantes entre 6 e 14 anos. Passou a ser assim designado a partir da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, onde, conjuntamente com a Educação Infantil e o Ensino Médio, passaram a compor a Educação Básica. Até 2009, era a única etapa considerada obrigatória na educação nacional, condição alterada pela Emenda Constitucional (EC) nº 59/2009 que amplia a obrigatoriedade para a partir dos 04 até os 17 anos de idade. Pela condição de obrigatoriedade, foi foco das principais políticas educacionais do país, nas últimas décadas, na trilha da escolarização de seus cidadãos, até então.

No ano de 2010, em cumprimento à lei N° 11.274, a Rede Municipal de Itaberaba implantou o Ensino de Nove Anos com o ingresso da criança de seis anos no 1º Ano do Ensino Fundamental. A implantação de uma política de ampliação do ensino fundamental de oito para nove anos de duração exige tratamento político, administrativo e pedagógico, uma vez que o objetivo de um maior número de anos no ensino obrigatório é assegurar a todos os estudantes, um tempo mais longo de convívio escolar com maiores oportunidades de aprendizagem. Ressalta-se que a aprendizagem não depende apenas do aumento do tempo de permanência na escola, mas também do emprego mais eficaz desse tempo: a associação de ambos pode contribuir significativamente para que os estudantes aprendam mais e de maneira mais prazerosa. A ampliação do ensino fundamental para nove anos significa, também, uma possibilidade de qualificação do ensino e da aprendizagem da alfabetização e do letramento, pois o estudante terá mais tempo para se apropriar desses conteúdos.

Conforme a BNCC, (2018, p. 59) Além desses aspectos relativos à aprendizagem e ao desenvolvimento, na elaboração dos currículos e das propostas pedagógicas devem ainda ser consideradas medidas para assegurar aos estudantes um percurso contínuo de aprendizagens entre as duas fases do Ensino Fundamental, de modo a promover uma maior integração entre elas. Afinal, essa transição se caracteriza por mudanças pedagógicas na estrutura educacional, decorrentes principalmente da diferenciação dos componentes curriculares.

Nessa perspectiva, o Ensino Fundamental baseia-se na BNCC, quando orienta que ao longo desse período escolar, a progressão do conhecimento ocorra pela consolidação das aprendizagens anteriores e pela ampliação das práticas de linguagem dos estudantes, valorizando e levando em consideração suas experiências pessoais e envolvam tanto seus conhecimentos prévios quanto os que precisam desenvolver para seguir aprendendo.

EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS, ADULTAS E IDOSAS - EPJAI

A Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas é parte integrante do projeto sócio político global da luta popular na sociedade de classes. É parte do processo global de formação e capacitação popular e almeja uma educação capaz de contribuir para a formação de homens e mulheres dotados de consciência social e de responsabilidade histórica, aptos para a intervenção coletiva organizada sobre a realidade, a partir de sua comunidade local, sempre em busca da melhoria da qualidade de vida para todos.

A Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas é um processo discursivo – dialógico, pauta-se nas relações interpessoais dialógicas, na interatividade da relação, professor/estudantes e dos estudantes entre si. A dimensão, discursivo-dialógica da Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas se faz presente nas diversas situações pedagógicas:

- No respeito às marcas socioculturais dos estudantes que se evidenciam na sala de aula, através do seu discurso oral, escrito e em suas interações da leitura do mundo e da leitura da palavra;
- Na incorporação do saber popular, ao lado do saber científico e erudito;
- No respeito aos níveis heterogêneos de concepção da leitura e escrita dos alfabetizandos;
- Na ajuda mútua entre colegas no ato de aprender a ler e escrever. Na socialização de seu conhecimento do mundo e da língua escrita, nas correções coletivas;
- Na intervenção pedagógica do professor, que dirige democraticamente as aulas, fornece as condições propiciadoras, incentiva o ato de pensar, oferece as informações necessárias ao avanço do conhecimento do estudante.

Para a construção da EPJAI é imperiosa a necessidade de se ter a sensibilidade e a postura política frente às injustiças, desumanidades e desigualdades sociais vivenciadas pelos jovens, adultos e idosos.

Trabalhar na EPJAI é ter compromisso com a transformação social. Sonhar com outro mundo possível, de justiça, igualdade social e solidariedade. É se colocar ao lado dos sujeitos para transformar, com os conhecimentos e lutas, a sociedade brasileira. A EPJAI tem essa radicalidade política para com a humanização e libertação dos seus sujeitos.

A EPJAI se prima pela construção coletiva e democrática, requerendo a participação dos professores e estudantes na definição de seus tempos, de suas regras de convivência, na construção dos conhecimentos, implicando no rompimento da experiência individualista e fragmentada do ensino. Assim, a EPJAI tem um currículo baseado nas experiências dos sujeitos, e, portanto, exige tempo para o planejamento coletivo.

É também compreendida como educação permanente, porque jovens, adultos e idosos devem ter uma contínua educação em escolas e em outros espaços tais como centros tecnológicos, centros de lazer e centros de cultura. Concebê-la como educação continuada é afirmar a necessidade de políticas públicas do Estado para com essa modalidade de ensino, com mais recursos e ampliação do direito subjetivo de aprendizagem para todas as idades em nosso município.

São diretrizes básicas para concepção da Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas na Rede Municipal de Ensino de Itaberaba:

- Modalidade própria da educação, diferenciada do ensino regular, fundada nas trajetórias de vida dos jovens, adultos e idosos nela envolvidos;
- Pautada na educação popular, e como espaço para educação formal e informal, voltada para a transformação democrática de nossa sociedade;
- Construída coletivamente por seus sujeitos – educadores/educadoras e educandos/educandas, no que diz respeito ao funcionamento, currículo e objetivos nas unidades escolares;
- Educação continuada garantida pelo poder público.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

O sistema educacional inclusivo encontra-se amparado legalmente em princípios teóricos fundamentados em ideias democráticas de igualdade, equidade e diversidade. Diante desse cenário é implementada a proposta da Educação Especial. Essa é uma modalidade que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os estudantes e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular. De acordo com o artigo 58 da LDB – a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para os estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista e altas habilidades ou superdotação.

Em síntese, os sistemas de ensino devem matricular os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), definido pelo Decreto Federal 7.611/11, no § 1º do Art. 2º, alíneas I e II, complementar ou suplementar à escolarização, ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de AEE da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

EDUCAÇÃO DO CAMPO

O movimento histórico na Educação do Campo, nos últimos anos trata-se de observar, o que é necessário para que o atendimento a esses povos seja feito com ajustes específicos de fato com o que faz sentido na vida escolar do estudante do campo e de cada região, atentando-se para aspectos relevantes para a organização da ação pedagógica que são: os cumprimentos dos conteúdos curriculares e metodologias podendo ser ajustadas apropriadas às reais necessidades e interesses dos/as estudantes do campo, organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas e adequação à natureza do trabalho no campo.

Esta educação busca uma proposta curricular para a modalidade de Educação do Campo adotada como alicerce teórico a concepção sócio interacionista de coerência pedagógica, haja vista que se busca nesta, a superação de um modelo de educação brasileira em meio ao processo de transmissão de saberes. A Educação do Campo se embasa numa proposta a partir de um trabalho coletivo, colaborativo envolvendo os próprios educadores a equacionar saberes científicos às práticas cotidianas no campo.

Além disso, no processo de educação traz uma proposta abrangente que visa à formação dos sujeitos camponeses, quanto à valorização no que diz respeito ao espaço, tempo e modelo de currículo, que mobilize as atividades camponesas abrangentes a toda a família, bem como as estratégias para o desenvolvimento sustentável. A perspectiva da educação do campo se articula a um projeto político e econômico de desenvolvimento local e sustentável, a partir da perspectiva dos interesses dos povos que nele vivem. O

que caracteriza os povos do campo é o jeito peculiar de se relacionarem com a natureza, o trabalho na terra, a organização das atividades produtivas, mediante mão-de-obra dos membros da família, cultura e valores que enfatizam as relações familiares e da comunidade, que valorizam as festas comunitárias e as que são proporcionadas pela Unidade Escolar, priorizando o momento confraternização ou culminância de projetos escolares.

A identidade dos povos do campo comporta categorias sociais como posseiros atingidos por período chuvoso, assentados, acampados, arrendatários, pequenos proprietários ou e sítiantes. A cultura que marca a identidade camponesa toma sentido num conjunto de práticas sociais e de experiências humanas que vão se organizando enquanto modo de vida que articula tradição, objetos, condutas, convicções, valores e conhecimentos característicos dos sujeitos que vivem no campo.

Nesse sentido, a função da escola é proporcionar a todos/as um ambiente educativo que valorize sua relação com a terra, com a cultura e com o trabalho, que valorize os conhecimentos já obtidos, a heterogeneidade entre os grupos. Mas, para que tudo isso aconteça é preciso o fortalecimento da identidade da escola do campo.

Uma das questões importantes na formação docente da educação do campo é refletir e fortalecer a ação educadora, de modo que seja contínua para os professores. Diante disso, surge à extrema necessidade de um olhar mais atento para as turmas camponesas, se estendendo com cautela nas classes multisseriadas. Vale lembrar que essas turmas surgiram no período que não existia a construção de prédios escolares, o ensino era oferecido em espaços improvisados como igrejas, sacristias, nas casas de vilarejos próximos, prédios comerciais ou até mesmo nas próprias residências de professores. Quanto à organização do trabalho pedagógico, as salas multisseriadas recebem influência do método de “ensino mútuo”, ou seja, modelo no qual um único professor desenvolve sua prática pedagógica em sala totalmente diversificada quanto aos níveis de aprendizagem e idade, instruindo a todos ao mesmo tempo, numa perspectiva da coletividade, adotando uma forma de organização com base no grau de instrução de cada um. Para cada grupo ou classe, um professor ensina e adota material de referência com atividades diferenciadas atendendo o grau de dificuldade da turma. Com o passar do tempo, surgem então os núcleos escolares nas comunidades rurais, devido o crescimento populacional nas diversas localidades camponesas de Itaberaba, a partir de então os alunos passam até acesso aos transportes escolares para o deslocamento até as devidas Unidades de Ensino.

- **Concepção de mundo:** o ser humano é sujeito da história, não está “colocado” no mundo, mas ele é o mundo, faz o mundo, faz cultura. O homem do campo não é atrasado e submisso; antes, possui um jeito de ser peculiar; pode desenvolver suas atividades pelo controle do relógio mecânico ou do relógio “observado” no movimento da Terra, manifesto no posicionamento do Sol. Ele pode estar organizado em movimentos sociais, em associações ou atuar de forma isolada, mas o seu vínculo com a terra é fecundo. Ele cria alternativas de sobrevivência econômica num mundo de relações capitalistas selvagens;

- **Concepção de escola:** Local de apropriação de conhecimentos científicos construídos historicamente pela humanidade e local de produção de conhecimentos em relações que se dão entre o mundo da ciência e o mundo da vida cotidiana. Os povos do campo querem que a escola seja o local que possibilite a ampliação dos conhecimentos; portanto, os aspectos da realidade podem ser pontos de partida do processo pedagógico, mas nunca o ponto de chegada. O desafio é lançado ao professor, a quem compete definir os conhecimentos locais e aqueles historicamente acumulados que devem ser trabalhados nos diferentes momentos pedagógicos. Os povos do campo estão inseridos nas relações sociais do mundo capitalista e elas precisam ser desveladas na escola;

- **Concepção de conteúdos e metodologias de ensino:** conteúdos escolares são selecionados a partir do significado que têm para determinada comunidade escolar, levando em consideração a sua realidade. Tal seleção requer procedimentos de investigação por parte do professor, de forma que possa determinar quais conteúdos contribuem nos diversos momentos pedagógicos para a ampliação dos conhecimentos dos educandos. Estratégias metodológicas dialógicas, nas quais a indagação seja frequente, exigem do professor muito estudo, preparo das aulas e possibilitam relacionar os conteúdos científicos aos do mundo da vida que os educandos trazem para a sala de aula.

- **Concepção de avaliação:** Algumas considerações têm como propósito auxiliar os professores a investigar e avaliar considerando a ação mediadora tendo o processo avaliativo que tem por finalidade observar, analisar e compreender para a tomada de decisões pedagógicas favoráveis.

A avaliação dos movimentos deve ser contínua, levando em consideração os processos vivenciados pelas crianças, resultando de um trabalho intencional do professor. A observação cuidadosa sobre cada criança e sobre o grupo fornece elementos que podem auxiliar na construção de uma prática que considere o corpo e o movimento das crianças.

São consideradas como experiências prioritárias para aprendizagem do movimento realizada pelas crianças de zero a três anos: uso de gestos e ritmos corporais diversos para expressar-se; deslocamento no espaço sem ajuda. Para que isso ocorra é necessário que sejam oferecidas condições para que as crianças explorem suas capacidades expressivas, aceitando com confiança desafios corporais.

Para as crianças de quatro e cinco anos, uma vez que tenham tido muitas oportunidades, na instituição de Educação Infantil, de vivenciar experiência envolvendo o movimento, pode-se esperar que as crianças o reconheçam e o utilizem como linguagem expressiva e participem de jogos e brincadeiras envolvendo habilidades motoras diversas.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NO CONTEXTO NACIONAL

As discussões acerca da concepção de educação especial começaram a ser amplamente difundidas a partir de 1990, por meio de organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Embora um dos princípios fundamentais que embasa a inclusão no Brasil esta na Constituição Federal 1988, que determina “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º inciso IV). E estabelece “a educação como direito de todos e dever do Estado e da família.”, (art. 205).

A concepção de Educação Especial da Constituição Federal de 1988, na Declaração Mundial de Educação para Todos (Jomtien, 1990); na Declaração de Salamanca (1994) que dispõe sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais; bem como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional aprovada em 1996 (Lei nº 9.394) e seguem a mesma linha de concepção da Educação Especial Inclusiva proposta, tendo como foco a ação do Estado na garantia do direito à educação de qualidade para todos. Em busca da meta de construir uma escola mais inclusiva, capaz de ensinar a todos em suas peculiaridades, sempre em constante movimento, uma educação que oportunize a aprendizagem, realizada por profissionais qualificados, em espaços adaptados, assegurando a formação para a cidadania de todos.

Partindo desses pressupostos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece que “os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. (LDB 9394/96, art. 59). Nesta ótica, os sistemas de ensino devem garantir aos estudantes com deficiência “currículo, métodos, técnicas e recursos específicos para atender às suas necessidades”. (Lei 9394/96, art. 59 inciso I).

Nesse sentido, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um documento norteador do conjunto progressivo de aprendizagem que todos os estudantes devem desenvolver ao longo da Educação Básica, [...] está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva,[...]. (BRASIL, Ministério da Educação, Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018, p.7).

Esse documento norteador, emergem as competências gerais da Educação Básica, e de acordo com a BNCC, a competência é definida como...

"...a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. Ao definir essas competências, a BNCC reconhece que a educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa, (...). (BRASIL, Ministério da Educação, Base Nacional Curricular. Brasília, 2018, p. 8).

Dentro dessa perspectiva, as competências devem ser trabalhadas transversalmente em todas as áreas do conhecimento, abordando acolhimento, valorização da diversidade e incitando o respeito às diferenças sem injúrias de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, etc.

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE ITABERABA- BAHIA.

A Educação Especial é uma modalidade transversal a todos os níveis e todas as modalidades de ensino pela Lei 7.853/89, regulamentada pelo Decreto nº 3.298/99. E, em conformidade com a resolução nº 2/2001 as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (CNE/CEB nº 2/2001) instiga os sistemas de ensino a promover a inclusão e instituírem-se para atender as necessidades educacionais dos estudantes.

Mediante ao exposto, o Regimento Escolar Municipal orienta a Educação Especial no Município a proporcionar aos estudantes, público da Educação Especial, recursos e atendimentos especializados que complementam ou suplementam o atendimento educacional realizado nas classes comuns do ensino regular e, extraordinariamente, nas classes especiais do ensino regular e do Centro de Atendimento Educacional Especializado - CEAPE. O atendimento especializado assume caráter de complementaridade nos casos de estudantes com deficiência e transtorno global do desenvolvimento e de complementaridade nos casos de estudantes com altas habilidades/superdotação. Nesse âmbito, a Educação Especial tem por objetivo:

- I. atendimento educacional, preferencialmente em classes comuns da Educação Básica nas diversas etapas e modalidades de ensino;
- II. apoio à inclusão dos alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, por meio do atendimento educacional especializado em salas de recursos na própria instituição educacional ou por meio de professor itinerante em instituições educacionais que não tenham sala de recursos;
- III. atendimento educacional em classes especiais no ensino comum, em caráter temporário e transitório, para os alunos que ainda não obtiveram indicação para inclusão;
- IV. atendimento educacional em instituições especializadas de Educação Especial

A Educação Especial no município de Itaberaba, conforme o acordo com o Plano Municipal de Educação (2015-2024), a Modalidade de Educação Especial é oferecida pelo município na rede regular de ensino em um processo de inclusão gradativa e efetuado mediante a oferta de:

- Escolas regulares com atendimento em todas as modalidades de ensino para estudantes com deficiência;
- Atendimento educacional especializado em centro de Apoio Pedagógico em Educação Especial (CEAPE) e salas de recursos multifuncionais para estudantes com deficiência intelectual, sensorial, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

A política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, ressalta que a Educação Especial atuará de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais dos estudantes com transtornos funcionais específicos (dislexia, dislalia, disgrafia, disortografia, hiperatividade, dentre outros).

Conforme o Plano Municipal de Educação (PME) do município de Itaberaba, em 2011, o município foi contemplado com a liberação de 19 (dezenove) salas de recursos Multifuncionais (...), implantadas 9 salas de recursos nas escolas da rede Municipal de Ensino entre os anos de 2012 e 2015. Atualmente a rede conta com 16 (seis) salas implantadas até 2021. Dentre essas salas implantadas 15(quinze) são para o atendimento de deficiência intelectual e 1(uma) sala de recurso para o atendimento em surdez e DA(deficiência auditiva). Nesse âmbito, ainda contamos com um Centro de Apoio Pedagógico em Educação Especial - CEAPE, que além de atender estudantes das Redes Municipal, Estadual e Particular, estende suas atividades a pessoas não incluídas nas escolas e o AEE para estudantes com cegueira e baixa visão.

Ainda conforme o PME, estas salas foram adquiridas através da implementação do plano de Ações articuladas (PAR) e através do plano de desenvolvimento da Educação (PDE), apresentado pelo Ministério da Educação. As Salas de Recursos Multifuncionais implantadas nas escolas da Rede Municipal de Ensino as quais têm por objetivo oferecer atendimento educacional especializado para estudantes da própria escola ou de escolas da região, no contraturno escolar.

O Atendimento Educacional Especializado – AEE, de caráter complementar ou suplementar, fundamenta-se nas Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, instituídas pela Resolução nº 4, de 02 de outubro de 2009 do Conselho Nacional de Educação. Estas Diretrizes orientam à construção do Projeto Pedagógico da Escola, bem como, estabelecem as atribuições do professor AEE.

O Projeto Pedagógico da escola, sendo um dos instrumentos de identidade da escola, ele oportuniza a transformação e emancipação social. Nessa reflexão, também foi

instituída, a Semana da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla, no dia 02 de Julho de 2017 como uma Lei Municipal nº 1480, comemorada de 21 a 28 de agosto de cada ano. Assim,

“ As comemorações da Semana Municipal devem incluir na programação conteúdo para conscientizar a sociedade sobre as necessidades específicas de organização social e de políticas públicas para promover a inclusão social desse segmento populacional, e para combater o preconceito e a discriminação.(Lei 1480, Art. 2)

À luz dos princípios educacionais, construídos coletivamente, ressalta-se a validação de práticas educativas cotidianas de toda comunidade escolar na busca de uma educação mais inclusiva, ratificando o compromisso com a conquista dos direitos e cidadania da pessoa com deficiência. Nesse contexto da proposta de uma sociedade mais democrática, participativa e acolhedora, a Semana da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla propõe debates e reflexão social no dever de igualdade, conscientizando-a sobre as necessidades específicas de organização social e de políticas públicas para promover a inclusão.

Ainda nesse âmbito, leis federais que regulamentam e asseguram direitos à comunidade surda em todo o país, leis municipais também são criadas para fortalecer essas garantias. Do mesmo modo, no município de Itaberaba – Bahia, a Lei nº 1.190 de 08 de junho de 2010 oficializa, no âmbito municipal, a Língua Brasileira de Sinais, o Poder Público Municipal deverá dar o devido apoio ao uso e difusão dessa língua com vistas à inclusão social, educacional e cultural dos surdos do município. E a Lei nº 1.192 de 08 de junho de 2010 que reconhece a profissão Intérprete da Língua Brasileira de Sinais a nível municipal, versando sobre questões relacionadas à sua atuação, formação e perfil desse profissional.

Uma grande referência na Educação especial no nosso município é o Centro de Apoio Pedagógico em Educação Especial – CEAPE foi criado pelo Decreto Municipal nº 201 de 10 de agosto de 2009, suas atividades estão fundamentadas na Portaria MEC, nº 243, de 15 de abril de 2016, que estabelece os critérios para o funcionamento, avaliação e supervisão de instituições públicas e privadas que prestam atendimento educacional aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Com a sanção da Lei Municipal nº 1.585, de 07 de agosto de 2020, os estudantes com Transtornos do Déficit de Atenção /Hiperatividade e os estudantes com Transtornos de Aprendizagem passaram a ser público da educação especial no âmbito municipal, cabendo ao CEAPE o atendimento multidisciplinar desses estudantes.

O documento do Ministério da Educação denominado Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008) conceitua a Educação Especial como uma modalidade de educação que perpassa todos os níveis, etapas de ensino e define como seu público, os estudantes com deficiência intelectual, sensorial, **transtornos globais do desenvolvimento**¹ e altas habilidades/superdotação.

1 O termo “TGD” a partir de 2013, foi substituído por Transtorno do Espectro Autista (TEA) com o DSM-V (Manual de

São considerados estudantes com deficiência aqueles que apresentam impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que ao interagir com diversas barreiras tendem a restringir a sua participação plena e efetiva no contexto escolar e social. A deficiência na perspectiva inclusiva se refere às barreiras que podem estar presentes na arquitetura, na comunicação, nos meios de transporte e até nas atitudes. Assim, a deficiência resulta da combinação entre os impedimentos da pessoa e a falta de acessibilidade dos espaços que impede o direito de participação de todos no aspecto da vida

O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) reúne desordens do desenvolvimento neurológico presentes desde o nascimento ou começo da infância. São elas: Autismo Infantil Precoce, Autismo Infantil, Autismo de Kanner, Autismo de Alto Funcionamento, Autismo Atípico, Transtorno Global do Desenvolvimento sem outra especificação, Transtorno Desintegrativo da Infância e a Síndrome de Asperger. Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM-5, as pessoas dentro do espectro podem apresentar déficit na comunicação social ou interação social (como nas linguagens verbal ou não verbal e na reciprocidade socioemocional) e padrões restritos e repetitivos de comportamento, como movimentos contínuos, interesses fixos e hipo ou hipersensibilidade a estímulos sensoriais.

Aos estudantes com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas (combinadas ou isoladas): intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes.

ESCOLA REGULAR - ESPAÇO ACESSÍVEL PARA TODOS

A partir das recomendações legais e direitos constituídos, a escola deve assegurar a inclusão das diversidades, sendo, um ambiente planejado para proporcionar a todos os estudantes o acesso, a permanência e o aprendizado qualificado, independente de suas características físicas, cognitivas, sociais ou culturais. A inclusão deve ser efetivada por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem quaisquer barreiras tornando-se um ambiente de equidade funcional para todos. Assim, a Secretaria Municipal de Educação, atuará junto à escola regular para garantir:

- Acesso, equidade, aprendizagem e permanência de todos os alunos com deficiência e transtornos funcionais no ensino comum;
- Transversalidade do ensino especial em todas as modalidades de ensino ofertadas pelo município;
- Educação bilíngüe para estudantes surdos;

Diagnóstico) e estatísticas de Transtornos Mentais 5ª edição ou DSM-5 é um manual diagnóstico e estatístico feito pela Associação Americana de Psiquiatria para definir como é feito o diagnóstico de transtornos mentais usados por profissionais da área.

- Oferta do atendimento educacional especializado nas salas de recursos multifuncionais e Centro de Apoio em Educação Especial (CEAPE);
- Formação continuada de professores para Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas salas de recursos multifuncionais e no CEAPE;
- Formação contínua dos professores e profissionais da educação e comunidade escolar;
- Interlocução entre os professores da classe comum e os profissionais do CEAPE e Sala de Recursos Multifuncionais para garantir troca de informações pedagógicas referentes aos alunos;
- Itinerância pedagógica dos profissionais do AEE para implementação das ações na escola comum.
- Articulador pedagógico para acompanhamento, avaliação e aperfeiçoamento das ações pedagógicas implementadas nas salas de recursos, garantindo a eficiência do processo educacional dos estudantes público da Educação Especial;

Matrículas na Escola Regular

Os estudantes que é público da Educação Especial, além das matrículas em classes comuns do ensino regular, têm direito a matrícula no AEE realizado na sala de recursos multifuncionais. Se a escola não possuir sala de recursos multifuncionais, o estudante deverá ser encaminhado para matrícula no AEE de outra escola da própria rede ou para o CEAPE.

O Título II, Art.134 do Regimento Escolar do município de Itaberaba, preconiza que os dirigentes escolares devem deliberar referente a todas as situações das matrículas após exame da documentação, observando os requisitos específicos de cada modalidade de ensino. Nos casos de imprecisão referente à matrícula do estudante com deficiência, deverá buscar orientações na Coordenação de Gestão e Organização do Ensino na Secretaria de Educação. As orientações serão de acordo a portaria de matrícula do ano vigente, conforme o ano de escolaridade que o estudante frequentou dentro dos princípios do educar respeitando a diversidade.

Diante do desafio de incluir e atender os estudantes que apresentam necessidades educativas especiais, as escolas municipais deverão viabilizar as seguintes recomendações:

- ao formar as turmas, no início de cada ano letivo, a direção e equipe técnica pedagógica da escola, devem distribuir os estudantes público da Educação Especial pelas várias classes, conforme ano de escolaridade em que deverá frequentar;
- na organização das turmas o número de estudantes deverá ser reduzido em 2 (dois) para cada estudante com deficiência matriculado;
- a matrícula do estudante com deficiência, respeitará o limite máximo de dois alunos por turma, havendo exceção para os estudantes surdos;

- caso a matrícula do estudante com deficiência seja correspondente à última vaga da turma, não haverá redução do número de estudantes, salvo quando houver transferência, remanejamento ou evasão, não sendo permitida a substituição dessas vagas;
- no caso das classes comuns com estudantes surdos matriculados, além do atendimento curricular específico, a língua portuguesa será a segunda língua para este público e será garantido o intérprete de libras, para atuação em sala de aula;
- professor guia-intérprete, para atuação junto ao estudante surdocego;
- professor itinerante, para atuação junto aos alunos cegos e surdocegos e professores especialista para apoio nas unidades escolares que não possuem atendimento educacional especializado.
- orientação às famílias no momento da matrícula para efetivarem a também a matrícula no atendimento educacional especializado no contraturno da sala comum.

Condições de Acessibilidade na Escola

Descrição das condições de acessibilidade da escola: arquitetônica (banheiros e vias de acesso, sinalização tátil, sonora e visual); pedagógica (livros e textos em formatos acessíveis e outros recursos de tecnologia assistiva disponibilizados na escola); nas comunicações e informações (tradutor/intérprete de LIBRAS, guia intérprete e outros recursos e serviços); nos mobiliários (classe escolar acessível, cadeira de rodas e outros); e no transporte escolar (veículo rebaixado e com rampa para acesso aos usuários de cadeira de rodas, de muletas, andadores e outros).

CLASSE COMUM

A rede municipal de educação denomina classe comum, como um espaço de aula em uma unidade de ensino regular adequado ao processo ensino e aprendizagem de todos os estudantes.

Ação pedagógica na classe comum

Consciente que a sala de aula é um espaço comum a todos os estudantes, é necessário refletir sobre o fazer pedagógico de forma que o currículo desenvolvido, venha atender todas as diversidades, partindo do ambiente físico adequado até a garantia de estratégia metodológicas, recursos didáticos, atividades e o processo avaliativo adaptados.

O professor precisa estar apto a flexibilizar o processo educativo às necessidades específicas dos estudantes com deficiência, altas habilidades/superlotação ou Transtorno

do espectro autista, de modo que as competências e habilidades desenvolvidas ocorram a partir da perspectiva do potencial do estudante e não do seu déficit.

A Educação Especial Inclusiva é idealizada para possibilitar que todos os estudantes de acordo suas possibilidades, consolidar suas aprendizagens utilizando, processos adequadamente adaptados, sem prejuízos na programação do currículo, a ser desenvolvido em cada etapa do ensino.

É indispensável pontuar que como posto no inciso II, §1º, Art. 14 do Decreto nº 5.626/05, se tratando dos estudantes surdos, a primeira língua de instrução para aquisição dos conteúdos é a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), e o componente curricular de Língua Portuguesa, na sua modalidade escrita, constitui-se numa segunda língua.

Há também especificidades na ação pedagógica na cegueira que refere-se a metodologia dos componentes curriculares para estudantes cegos, desta forma a metodologia das aulas, atividades e avaliações deverão ser adaptadas.

Diante da diversidade e níveis de cognição que temos dos estudantes com Deficiência Intelectual e Transtornos do Espectro autista, há pontos fundamentais que precisam ser considerados na elaboração do currículo e planejamento do professor. Faz-se necessário uma abordagem funcional considerando as necessidades educativas deste público tais como: comunicação, linguagem, processamento e capacidade sensorial, cognição e principalmente interação e comportamento social.

No caso dos alunos com altas habilidades/superdotação, é necessário conhecer sua competência emocional, comportamental e cognitiva para junto ao currículo, elaborar um plano com flexibilização e intervenção que respeite seu ritmo de aprendizagem sem subjugar ou fazer avanços inoportunos no trabalho pedagógico. A direção a seguir é para aproveitar suas potencialidades sem exigir que o estudante desenvolva ou estude conteúdos que não possibilitem desafios na construção da aprendizagem significativa, aproveitando seus interesses. Desta forma, a intervenção do professor, partirá da identificação das necessidades educativas especiais do estudante para criar estratégias adaptativas que valorizem suas habilidades preservadas e promovam seu avanço.

É salutar compreender que o estudante com altas habilidades ou superdotação deve conviver com seus pares etários e tenha um atendimento especializado e suplementação curricular que atenda às suas necessidades cognitivas. Este estudante também tem legalmente de acordo no Art. 59, da LDB Inciso II o direito à flexibilidade temporal, podendo avançar no processo de escolaridade para conclusão do ensino fundamental.

A Deficiência Múltipla é a associação de duas ou mais deficiências, podendo ser de natureza sensorial, intelectual, física, comportamental e/ou emocional. Observa-se que a surdocegueira, não é mais caracterizada como deficiência múltipla, por ser um tipo de deficiência única.

A flexibilização para o estudante com deficiência múltipla recomenda-se a utilização de atividades de interação com o meio ambiente, estimulação sensorial, a comunicação e

a motricidade. A família, o professor do AEE e os demais profissionais que acompanham o estudante, devem manter interlocução para a efetivação de um trabalho colaborativo para melhor atender as necessidades do estudante.

Orientação Curricular

As Diretrizes da Educação Inclusiva no Estado da Bahia, publicadas em 2017 nos alicerça quanto à flexibilização curricular para o estudante com deficiência incluídos na classe comum ao pontuar aspectos importantes como:

- **Temporalidade:** considerar o tempo que o estudante necessita para atingir os objetivos educacionais e efetivar suas tarefas. Viabilizar tempo adicional nos momentos avaliativos.
- **Organização da classe:** posicionar o estudante na turma de modo que não esteja isolado e tenha a colaboração dos colegas no processo de ensino e aprendizagem.
- **Conteúdos e objetivos:** oferta de sistema aumentativo e alternativo de comunicação, retomada de conteúdos para garantir a aprendizagem através da mediação do professor.
- **Procedimentos didáticos, recursos pedagógicos e atividades:** selecionar conforme as especificidades educacionais do estudante. **Avaliação:** oferta de instrumentos de avaliação acessíveis à linguagem do estudante.
- **A avaliação como um processo contínuo, intenso que deve ocorrer em vários momentos da prática pedagógica.** As anotações e registros diários sobre o desempenho do estudante devem fazer parte da rotina do professor, de modo que os aspectos qualitativos complementam os quantitativos. Desse modo, é importante considerar o processo de aprendizagem do estudante e as suas produções, realizadas em situações formais e não formais, não se restringindo apenas aos momentos de aplicação de testes e provas como referências na análise dos seus avanços e lacunas. Assim, propõe-se que cada docente oportunize diferentes tipos de instrumentos e procedimentos avaliativos, contemplando as características culturais e individuais dos estudantes, atentando tanto para os modos como interagem, comunicam-se e se comportam, quanto aos saberes de que dispõem.

Nessa mesma perspectiva o Regimento Escolar Municipal, regulamenta e orienta a Educação Especial Inclusiva no Município em seu Capítulo IX referente à Orientação Curricular:

Art. 75 - A organização curricular da Educação Especial segue as Orientações Curriculares da Educação Básica e as Diretrizes Pedagógicas da Secretaria de Educação, sendo estruturada de forma a atender aos alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, observando:

I - a introdução e adaptação de conteúdos, considerando a condição individual do aluno;

II - a modificação metodológica dos procedimentos, da organização didática e da introdução de métodos;

III - a temporalidade, com a flexibilização do tempo para realizar as atividades e o desenvolvimento de conteúdos;

IV - a avaliação e promoção com critérios diferenciados, de acordo com as adequações e em consonância com o projeto pedagógico da instituição educacional, respeitada a frequência obrigatória.

Adaptações Curriculares

Adaptações curriculares são flexibilizações realizadas no currículo regular para torná-lo adequado às necessidades do público da educação especial. Fazer adaptações não significa criar um novo currículo, nem também omitir conteúdos, deixando-o empobrecido, a dinâmica da flexibilização, é um currículo fluído sem perdas ou exageros, para atender a todos os estudantes.

As adaptações curriculares são conjunto de ajustes feitos em uma ou várias partes do currículo (objetivos, conteúdos, metodologia, atividades, processo de avaliação e recursos) para assim, criar possibilidades individuais de aprendizagem para o estudante com necessidades educativas especiais.

Em muito importante a compreensão de que não existem manuais com modelos prontos, a flexibilização é feita para trabalhar com a necessidade específica do estudante, por isso é importante conhecer o estudante para adaptar o currículo.

Segue propostas e orientação de adaptação curricular para a Educação Inclusiva (Ver Anexo).

Avaliação do Estudante com Deficiência na Classe Comum

A avaliação é parte integrante e inseparável do processo de ensino e aprendizagem. Desta forma, o projeto político pedagógico da escola deve conceber a avaliação como um processo contínuo, por meio do qual, as estratégias pedagógicas são definidas, orientadas ou aprimoradas, de acordo com as especificidades educacionais dos estudantes. O processo de avaliação deve ser assim, diversificado, objetivando o aprendizado e não a classificação, retenção ou promoção dos estudantes. Cabe à escola propor estratégias que favoreçam a construção coletiva do conhecimento por todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

O regimento Escolar Municipal, Seção VI - da Educação Especial orienta:

Art. 108 - O processo de avaliação dos alunos com deficiência, com transtorno global do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação deve considerar, além das características individuais, o tipo de atendimento educacional especializado respeitando as especificidades de cada caso, em relação à necessidade de apoio, de recursos e de equipamentos.

§1º A avaliação do aluno com deficiência, com transtorno global do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, nos diferentes contextos de oferta de Educação Especial, deve ser realizada de forma processual, observando o desenvolvimento biopsicossocial do aluno, sua funcionalidade, características individuais, interesses, possibilidades e respostas pedagógicas alcançadas, com base no currículo adotado.

§ 2º No caso dos alunos surdos, deve-se considerar, no momento de avaliação de produção escrita, a utilização da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, como primeira língua.

§ 3º Quando se utilizar o currículo adaptado, a avaliação dos alunos da Educação Especial será a mesma adotada para os demais alunos da turma, observadas as adequações curriculares necessárias.

§ 4º Quando adotado currículo funcional, no Centro de Apoio Pedagógico, deverá ser utilizado recurso que favoreça a autoavaliação e o registro sistematizado do desempenho alcançado pelo aluno ao longo do processo educacional.

Art. 109 - O resultado do processo avaliativo da aprendizagem do aluno é expresso por meio de relatórios e de registros no diário de classe.

Art. 110 - Em se tratando de alunos da Educação Especial incluídos na classe comum, o processo de avaliação deve considerar a utilização de critérios de avaliação e de promoção diferenciados, compatíveis com as adaptações realizadas.

Art. 111 - Os estabelecimentos educacionais em parceria do Centro de Apoio Pedagógico assegurarão terminalidade específica do Ensino Fundamental àqueles alunos que, pelas suas deficiências, não puderem atingir o nível de escolaridade exigido.

Parágrafo Único: A certificação da terminalidade específica deve ser fundamentada em avaliação pedagógica e registrada de forma descritiva, incluindo as competências alcançadas pelo aluno com grave deficiência intelectual e múltipla.

Na perspectiva da Educação Especial Inclusiva, entende-se que é possível avaliar, com equidade, os alunos com deficiências. Se analisarmos com atenção, tudo o que se diz da avaliação do estudante com deficiência, adequa-se para avaliar todos os estudantes com ou sem deficiência, porque a principal exigência da inclusão escolar é que a escola seja de qualidade para todos. Uma escola de qualidade é aquela que sabe utilizar as diferenças para oportunizar aos alunos a convivência com seus pares em suas singularidades e especificidades.

SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

Sabendo que o nosso sistema de educação deve assegurar um ensino de qualidade a todos, como está previsto no Artigo 205 da Constituição Federal, faz-se necessário ações que viabilizassem o acesso da população, de maneira geral, à educação, na tentativa de torná-la inclusiva. Dessa forma, medidas foram tomadas para que os estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista e altas habilidades ou superdotação tivessem condições plenas de frequentar a escola e usufruir dos seus processos. Uma dessas medidas foi a implantação de Salas de Recursos Multifuncionais nas escolas, garantindo um atendimento especializado, voltado às necessidades educacionais desses alunos.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) complementa e/ou suplementa a formação do estudante, visando a sua autonomia na escola e fora dela, constituindo oferta obrigatória pelos sistemas de ensino. É realizado, de preferência, nas escolas comuns, em um espaço físico denominado Sala de Recursos Multifuncionais.

O atendimento nas Salas de Recursos Multifuncionais, destina-se aos estudantes público da educação especial, conforme estabelecido na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e no Decreto N.6.571/2008. Assim, as salas de recursos multifuncionais na Rede Municipal de Ensino de Itaberaba são definidas como ambientes munidos de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos para a oferta do Atendimento Educacional Especializado, sendo um serviço de natureza pedagógica que complementa e/ou suplementa o atendimento educacional realizado nas escolas municipais contempladas com este serviço.

O profissional que atua na SRM deve ser um professor especializado, com graduação, pós graduação e/ou formação continuada que o habilite para atuar no atendimento do público da Educação Especial, prestando um serviço de natureza pedagógica que favoreça o desenvolvimento desses estudantes.

Esse professor realiza a coleta dados referentes aos estudantes que irão usufruir do serviço, estabelecendo comunicação direta com a família dos estudantes, equipe técnico-pedagógica e administrativa, referentes à vida escolar, histórico clínico e dados comportamentais do estudante atendido na SRM, e com o professor da sala de aula regular de forma a identificar as necessidades específicas do estudante, objetivando a construção do Plano Educacional Individualizado do mesmo.

Os critérios para o ingresso dos estudantes à SRM são: fazer parte do público-alvo, está matriculado na rede regular de ensino e ser indicado pela professora da sala regular, direção e equipe técnico-pedagógica da escola, em parceria com a equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, responsável pela Educação Especial.

De acordo com a Nota Técnica – SEESP/GAB/Nº 11/2010, o AEE é realizado prioritariamente na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou de outra escola, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns. A elaboração

e execução do Plano de AEE são de competência dos professores que atuam nas salas de recursos multifuncionais em articulação com os demais professores do ensino comum, com a participação da família e em interface com os demais serviços setoriais, conforme disposto no art.9º. O art. 10º determina que o Projeto Político Pedagógico da escola deve institucionalizar a oferta do AEE, prevendo a sua organização.

O Atendimento Educacional Especializado poderá ser realizado de forma individual ou em pequenos grupos, conforme os Planos Educacionais Individualizados feitos pelo professor da sala de recursos multifuncionais. Os atendimentos realizados em grupos deverão ser organizados por faixa etária e/ou conforme as necessidades pedagógicas.

O Plano Educacional Individualizado visa favorecer a gradativa autonomia e independência do aluno. O atendimento pedagógico especializado realizado na sala de recursos deve constituir um conjunto de procedimentos específicos, de forma a desenvolver o processo cognitivo, motor e sócio afetivo, necessários para apropriação e produção de conhecimentos.

Os atendimentos são organizados com 2 (dois) encontros semanais, com duração no mínimo de 1 (uma) hora cada. Além do atendimento aos estudantes da educação especial, cabe ao professor da SRM realizar encontros periódicos com os professores da sala de aula, promovendo a interlocução, quando ambos trocam informações referentes ao acompanhamento do aluno e, cabe também à ele, as orientações para promover o desenvolvimento do estudante.

Nesse processo do AEE, essas são algumas das atribuições do professor especializado: elaborar o plano diário de atendimento e o registro diário do desenvolvimento do aluno; produzir materiais didáticos e pedagógicos acessíveis; realizar a avaliação contínua dos estudantes, registrando, através de relatório descritivo, o seu processo de desenvolvimento; orientar as famílias.

Quanto ao registro de avaliação do AEE, semestralmente, os avanços e necessidades do aluno devem ser registrados em Relatório de Acompanhamento Pedagógico, elaborado pelo professor com o apoio da equipe de coordenação. Esse relatório deve contemplar os seus avanços nas atividades do AEE e o seu desenvolvimento no processo de escolarização na classe comum.

O público do Atendimento Educacional Especializado

São considerados alunos com deficiência aqueles que apresentam impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que ao interagir com diversas barreiras tendem a restringir a sua participação plena e efetiva no contexto escolar e social. São alunos públicos alvo para o atendimento educacional especializado na Sala de Recursos Multifuncionais, conforme a Nota Técnica N°11 / 2010 / MEC / SEESP / GAB as definições apresentadas são as seguintes:

- Alunos com deficiência: com impedimentos de longo prazo de natureza física (DF), intelectual (DI) ou sensorial que podem ter obstruído/dificultada sua participação plena e efetiva na sociedade (ONU, 2006).
- Alunos com transtornos globais do desenvolvimento (TGD) – aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger (que atualmente se enquadram em – Transtorno do Espectro Autista), Síndrome de Rett, Transtornos Desintegrativo da Infância (psicose infantil) – (MEC/ SEESP, 2008).
- Alunos com altas habilidades ou superdotação – aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criatividade. (PISRM, MEC- SEE, 2010, p.07)

Organização da Ação Pedagógica nas Salas de Recursos Multifuncionais

A rua de acesso à inclusão não tem fim porque ela é , em sua essência, mais um processo do que um destino. A inclusão representa, de fato, uma mudança na mente e nos valores para as escolas e para a sociedade como um todo (MITTLER, 2003, p. 36).

A ação pedagógica sistematizada no Atendimento Educacional Especializado- AEE, é pautada considerando atender as necessidades educacionais especiais dos estudantes com deficiência, ou seja, as áreas que demandam por intervenções definidas conforme as especificidades de cada indivíduo. Essa intervenção é construída tomando como parâmetro propiciar ao estudante público alvo da Educação Especial Inclusiva, a aquisição de habilidades específicas que possibilitaram a diminuição de barreiras para o acesso e acompanhamento dos conhecimentos pautados no currículo da sala de aula comum.

Assim, ao tratar da ação pedagógica do professor de AEE, Mantoan (2010) enfatiza:

O professor de AEE é um profissional que atua sobre as peculiaridades de certos alunos, provendo recursos, meios, equipamentos, linguagens e conhecimentos que os apoiam no acesso e participação no ensino comum. Seu trabalho vai além do ensino de técnicas, códigos, manuseio, treino de uso dos recursos que dão suporte à sua escolarização nas turmas comuns e não visam a aprendizagem de conteúdos das áreas curriculares [.]. Esse professor pesquisa, estuda cada um dos alunos que lhe encaminhado e decide, organiza, cria, desenvolve recursos para além do que já existe de suportes de todo tipo, que possam suprir as necessidades de cada um (MANTOAN, 2010, p.14)

Visando atender às necessidades dos alunos, o professor do AEE, elabora as atividades, pensando nos recursos que irá utilizar. Poderá haver a necessidade de adaptação, para que se torne acessível.

Nessa perspectiva, a oferta de serviços e recursos nesse atendimento visa:

- Atender estudantes com necessidades educacionais especiais (NEE), para aprimorar seu processo de aprendizagem, buscando reduzir dificuldades que os mesmos encontram na sala de aula do Ensino Regular, como em sua vida de maneira geral, tendo assegurado o direito à educação, de maneira que respeite suas especificidades.
- Atender individualmente, ou em pequenos grupos, estudantes com deficiência, para melhorar o seu desempenho em sala de aula, bem como em todas as esferas sociais;
- Identificar as principais dificuldades e potencialidades de cada aluno;
- Oportunizar e/ou produzir recursos pedagógicos, considerando as necessidades específicas dos alunos, para contribuir no seu processo de autonomia e de aprendizagem;
- Promover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino comum;
- Assegurar condições para a continuidade dos estudos nos demais níveis de ensino;
- Avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento das necessidades educacionais especiais;
- Cooperar e apoiar os professores que têm em sua sala de aula do ensino comum alunos com necessidades educacionais especiais;
- Auxiliar os professores na busca por alternativas para a realização de uma educação de qualidade com os estudantes público alvo da educação especial;
- Realizar um trabalho coletivo com todo grupo escolar para que a inclusão ocorra efetivamente;
- Promover encontros formativos com professores do Ensino Fundamental o qual os estudantes da SRM estão matriculados, para troca de informações, esclarecimentos sobre o processo de aprendizagem;
- Promover o diálogo aberto escola-família, para troca de informações, encaminhamentos e esclarecimentos quanto ao processo de aprendizagem do estudante com deficiência especial.

A organização da ação pedagógica que considera as especificidades do estudante abarca: a aplicação de currículo funcional e atividades adaptadas; a produção de material didático, estratégias para o desenvolvimento dos processos mentais, através de atividades cognitivas que desenvolvam as funções mentais superiores e funções executivas; estratégias para autonomia no ambiente escolar e na vida social; informática acessível; Comunicação Aumentativa e Alternativa e uso dos recursos de Tecnologia Assistiva – TA; enriquecimento e aprofundamento curricular.

Essa intervenção, como já afirmado, é definida de acordo as necessidades educacionais do estudante e é conduzida por meio das seguintes áreas:

Comunicação – envolve oportunidades de comunicação verbal e visual, expressão, intercâmbio social e uso da linguagem como instrumento do pensamento, processos de leitura, escrita e oralidade, esperados para qualquer estudante, promovendo a invenção de hipóteses e reinvenção do conhecimento de modo que seja capaz de partilhar conteúdos de sua própria experiência.

Cognição – trata-se da oferta de condições para construção do conhecimento e suporte à aprendizagem considerando o estágio de desenvolvimento e o quadro de recursos intelectuais disponível. Tais condições demandam o uso de estratégias que visam o desenvolvimento de processos mentais através da estimulação das funções mentais superiores e das funções executivas. Nessa atuação estão presentes alguns processos como a atenção, percepção, memória, associação, raciocínio, imitação, imaginação, linguagem e pensamento.

Enriquecimento curricular – refere-se a exposição de áreas de interesse como forma de complementação\suplementação de conhecimentos do estudante por meio de atividades e práticas pedagógicas desafiadoras que promovam o aumento das experiências de aprendizagem

Tecnologia Assistiva - envolve a oferta de serviços e recursos intencionalmente organizados e adaptados para favorecer a eficácia nas funções inerentes ao desempenho dos estudantes e o desenvolvimento de hábitos para uma vida independente e cidadã.

Arte – Envolve a exploração de diferentes linguagens como meio para construção dos saberes, produção, comunicação e expressão de idéias. O trabalho pedagógico pressupõe a apresentação de estímulos à construção da identidade, desenvolvimento afetivo, da sensibilidade, criatividade, imaginação, interação, planejamento senso estético, à capacidade de se relacionar e de se adaptar melhor na sociedade.

Psicomotricidade: Diz respeito ao trabalho relacionado ao esquema e à imagem corporal, ou seja, envolve a relação do indivíduo consigo mesmo, com os outros e com o mundo. Essa intervenção tem finalidade pedagógica e psicológica ao utilizar os parâmetros da motricidade com a intenção de incentivar a consciência corporal, a cooperação, a participação, o compromisso e o comportamento do indivíduo com seu corpo por meio de seu movimento.

Avaliação nas Salas de Recursos Multifuncionais

A avaliação é um processo contínuo e de total relevância na construção de conhecimento, servindo de base para todo o planejamento do professor do AEE. Através dela são coletados dados essenciais para a efetivação da aprendizagem e o desenvolvimento das competências necessárias de cada aluno.

Considerando que o planejamento de um trabalho dessa natureza dá-se de forma compartilhada, uma vez que são de competência dos professores que atuam nas salas de recursos multifuncionais em articulação com os demais professores do ensino comum, com a participação da família e em interface com os demais serviços setoriais, igualmente a avaliação da ação, não poderá ser diferente correspondendo dessa forma com as etapas prevista no planejamento.

Nesse sentido, a avaliação não está desconectada do planejamento, implica uma relação dialógica representada através dos resultados das intervenções propostas com vistas às novas reformulações e conseqüentemente demanda também, uma articulação com os diferentes segmentos envolvidos nesse processo.

No que tange a operacionalização da ação avaliativa com uso de instrumentos avaliativos dar-se através da observação diária, registro e avaliação do estudante durante o desenvolvimento do trabalho, verificando os resultados que vão sendo alcançados, reestruturando os objetivos quando necessário. Esse processo é realizado mediante acompanhamento individual do estudante.

A partir da coleta de dados e entrevista individual deve-se utilizar diversas formas e instrumentos de avaliação pensando nas especificidades, para que sejam identificadas as habilidades e obstáculos que venham a atrapalhar o processo de desenvolvimento do estudante, traçando assim estratégias e adaptações para que as metas sejam alcançadas.

EDUCAÇÃO DOS SURDOS E PROPOSTA DE EDUCAÇÃO BILÍNGUE

“A surdez consiste na perda maior ou menor da percepção normal dos sons. Verifica-se a existência de vários tipos de pessoas com surdez, de acordo com os diferentes graus de perda da audição” (MEC, 2006). O Art. 70º da Lei nº 5.296/2004, retomando o Art.4º da Lei nº 3.298/99 considera “ II - deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz.”

Os direitos da pessoa com deficiência auditiva ou surda, no que se refere à inclusão destes em escolas de ensino regular na rede pública, estão assegurados por determinações que vão desde o nível municipal ao nível federal, referenciados e apoiados também em determinações internacionais. Versando sobre os direitos assegurados à pessoa com deficiência, o ponto 3 do Art. 24 da Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, (2009) determina como sendo obrigação a:

[...] b) Facilitação do aprendizado da língua de sinais e promoção da identidade linguística da comunidade surda.

c) Garantia de que a educação de pessoas, em particular crianças cegas, surdocegas e surdas, seja ministrada nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados ao indivíduo e em ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social.

(CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, Artigo 24, 2009)

Nessa perspectiva, a escola deve buscar adequar-se às necessidades do estudante. Portanto, cabe ao sistema de educação respeitar, (re)conhecer, contemplar e favorecer as peculiaridades linguísticas e socioculturais dos surdos.

“As pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comum que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades;” (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. 1994, P. 16)

Em observância aos direitos legais, o estudante surdo, quando incluído em classe regular comum, possui o direito de contar com a mediação linguística de profissional Tradutor Intérprete de Libras/Língua Portuguesa. O Atendimento Educacional Especializado para estudantes surdos incluídos na escola regular comum acontecerá em turno oposto ao da escolarização, de forma complementar e/ou suplementar, dentro de um período adicional de horas de estudo, que deverá contemplar três momentos didático-pedagógicos:

- Atendimento Educacional Especializado em Libras: Fornece a base conceitual da Língua Brasileira de Sinais e do conteúdo curricular estudado na sala de aula comum. Nesse atendimento, ideias e conceitos essenciais referentes aos conteúdos estudados na classe regular comum são abordados diretamente na Libras e devem ser ministrados por professor bilíngue devidamente formado, preferencialmente surdo. O uso de muitas imagens e outros recursos que fomentem as aprendizagens dos estudantes surdos quanto aos conteúdos escolares devem se fazer presentes nesse espaço de ensino.
- Atendimento Educacional Especializado para o Ensino de Libras: Ministra o ensino da Língua Brasileira de Sinais, desenvolve pesquisas e avalia a criação de sinais em termos dessa língua. Esse atendimento educacional fomenta o desenvolvimento linguístico do educando surdo, utilizando-se de livros, dicionários especializados, internet e outros recursos e atividades para qualificar o contato com a língua. Esse trabalho de ensino é realizado por professor e/ou instrutor de Libras (preferencialmente surdo) e deve ser planejado e realizado a partir do diagnóstico do conhecimento que o estudante tem concernente ao(s) uso(s) da Língua de Sinais.
- Atendimento Educacional Especializado para o Ensino de Língua Portuguesa: Trabalha o desenvolvimento de competências gramaticais e linguísticas da língua portuguesa para que o(s) estudante(s) surdo(s) aprenda(m) a gerar sequências linguísticas bem formadas e realizar/compreender/interpretar produções textuais, abrangendo os sentidos das palavras em diferentes contextos de enunciação, respeitando e explorando a estrutura gramatical dessa língua. Para os surdos que utilizam a Libras como primeira língua (L1) o aprendizado e uso do português se dá como o de uma segunda língua (L2), na modalidade de língua escrita. No entanto, esse atendimento educacional deve ser organizado para atender também educandos que optarem pela aprendizagem da língua portuguesa na modalidade oral, onde o professor de português oferece ao(s) aluno(s) pistas fonéticas para a fala e a leitura labial. O ensino da língua

portuguesa para surdos deve ser ministrado por professor bilíngue (Libras/Português) formado, preferencialmente, em Língua Portuguesa, que conheça os pressupostos linguísticos e teórico-metodológicos que norteiam esse trabalho e deve ser ofertado desde a educação infantil, pois podem acontecer obstáculos no desenvolvimento da comunicação escrita quando esse trabalho é iniciado de forma tardia.

O Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos organizado em três momentos didático-pedagógicos para estudantes com surdez conforme explicitado acima devem acontecer todos os dias, seguindo organização proposta pela Secretaria Municipal de Educação, e seguindo um cronograma de atendimento elaborado pela equipe de professores especialistas juntamente com a equipe administrativa da escola. O planejamento dos atendimentos pedagógicos especializados deve acontecer em parceria e de maneira articulada com os professores da sala regular comum, quando este for o caso, perpassando pela seleção de conteúdos e objetivos, escolhas didático-metodológicas, levantamento de recursos didáticos para o ensino e avaliação das aprendizagens.

Quanto aos recursos didáticos para o ensino, o ambiente precisa contar com materiais que contemplem as necessidades didático-pedagógicas para o ensino da Libras, em Libras, e ensino da Língua Portuguesa para surdos, tais como painéis com fotos e gravuras relacionados aos temas das aulas, mural de avisos e notícias, dicionário ilustrado atualizado, cadernos de registros, livros e amplo acervo textual em língua portuguesa. As novas tecnologias devem se fazer presentes no processo de ensino do estudante surdo, utilizando-se de internet e computadores na Sala de Recursos, recursos midiáticos e desenvolvimento de vídeo libras. Outros recursos também podem ser explorados, tais como teatro, maquete, glossário ilustrado, jogos e materiais desenvolvidos pelo professor para realização do trabalho de ensino. Faz-se necessário usar a criatividade para desenvolver e elencar recursos lúdicos que tornem as aulas dinâmicas, interativas, envolventes e funcionais para o alcance dos objetivos pedagógicos propostos.

O trabalho de ensino pedagógico com os estudantes com surdez tanto nas escolas comuns quanto em classe(s) e/ou escola bilíngue deve acontecer em um ambiente bilíngue, ou seja, em um espaço em que se utilize a Língua de Sinais e a Língua Portuguesa. Todos os profissionais que trabalham direta ou indiretamente com os estudantes surdos focalizam suas observações nos seguintes aspectos: sociabilidade, cognição, linguagem (escrita, visuoespacial, oral), afetividade, motricidade, aptidões, interesses, talentos e habilidades. A avaliação das aprendizagens do aluno surdo, surdocego ou com deficiência auditiva no Atendimento Educacional Especializado (AEE) realizado em Sala de Recursos Multifuncional (SEM) é realizada de maneira qualitativa e permanente com registros em relatórios pedagógicos individualizados dentro de períodos semestrais, contendo os dados referentes ao processo de ensino-aprendizagem desses estudante. No ensino regular os aspectos quantitativos dentro do processo avaliativo do(s) estudante(s) com surdez são mensurados de maneira comum a toda a rede municipal de educação.

O Tradutor Intérprete de Libras (TILS) educacional é aquele profissional que atua na mediação do par linguístico Língua Portuguesa/Língua de Sinais, no âmbito educacional, e é indispensável para garantir a inclusão dos surdos. As diferentes modalidades em que uma língua pode se expressar devem ser consideradas nos processos de tradução e interpretação. Questões relacionadas à formação, perfil profissional e atuação desse profissional são tratadas por legislação específica.

A Lei nº 12.319/2010 especifica que são atribuições do Tradutor Intérprete de Libras:

I - efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;

II - interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares;

[...]

Considerando a importância do Tradutor Intérprete de Libras/Língua Portuguesa na esfera educacional, observa-se a necessidade de um trabalho de parceria e colaboração entre esse profissional e o(s) professor(es) regente(s), quando houver estudante surdo incluído. É importante que esse profissional participe dos momentos de planejamento, para que ele também possa se preparar para desempenhar as suas funções relacionadas à mediação linguística. O intérprete educacional precisa estar bem informado concernente a conteúdos, projetos e atividades que serão desenvolvidas com educando surdo incluído. Cada professor(a) tem sua(s) metodologia(s) de ensino e é atribuído ao intérprete educacional mediação a comunicação. No entanto, para que esse trabalho possa acontecer efetivamente de modo que não haja perda ou até mesmo distorções das informações transmitidas para o surdo – o que geraria prejuízo em suas aprendizagens - é importante que o profissional TILS esteja a par quanto qualquer ação educacional que possa acontecer tanto em sala de aula, quanto na instituição de ensino como um todo o vídeos, músicas e slides. Essa articulação com esse profissional deve acontecer, tanto com o(s) professor(es) regente(s) quanto com gestão e coordenação escolar, quanto necessário.

Considerando que a Lei nº 10.436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio legal de comunicação e expressão, e determina que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, assim como também o Decreto nº 5.626/05 dispõe sobre a inclusão da Libras como componente curricular, a disciplina Libras deverá fazer parte do currículo das escolas municipais da rede regular que possuem educandos surdos, surdocegos ou com alguma deficiência auditiva que dificulte a comunicação na língua oral/auditiva, ministrada por professor de Libras devidamente formado para o exercício da profissão, segundo a legislação vigente.

Ainda no Capítulo IV do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) Art. 58, lemos que “No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, [...]”. Sabe-se que as línguas de sinais são línguas que se desenvolveram naturalmente ao longo da história, fazendo parte da cultura de comunidades surdas. Esse artefato linguístico da cultura surda, repleto de história(s), deve ser respeitado dentro do processo educacional.

A aquisição linguística precoce favorece o desenvolvimento das capacidades do estudante surdo. Enquanto, a aquisição linguística tardia gera perdas e atrasos nas aprendizagens. Por isso, o apoio da escola é tão importante nessa fase em especial. Nestas condições, adquirindo a LIBRAS, ela se tornará capaz de significar o mundo”. Diante do exposto, proponho que isso possa ser feito na sala do AEE.

O modelo de educação bilíngue para surdos no processo de ensino-aprendizagem da pessoa surda acontece diretamente na sua língua, a saber, a Libras. Nessa perspectiva, a língua portuguesa assume lugar de segunda língua (L2) no processo educacional dos estudantes surdos, e em modalidade de língua escrita. Numa perspectiva de educação bilíngue, a língua e a cultura do surdo é valorizada, e o aprendizado da língua portuguesa escrita fomentado, uma vez que essa proposta pedagógica estimula o desenvolvimento cognitivo do sujeito surdo, por potencializar sua aquisição linguística, cultural e de acesso à informação. Concernente a educação bilíngue, Quadros (2005) esclarece que:

A educação de surdos em uma perspectiva bilíngue deve ter um currículo organizado em uma perspectiva visual espacial para garantir o acesso a todos os conteúdos escolares na própria língua da criança, a língua de sinais brasileira. É a proposição da inversão, assim está-se reconhecendo a diferença. A língua passa a ser, então, o instrumento que traduz todas as relações e intenções do processo que se concretiza através das interações sociais. Os discursos em uma determinada língua serão organizados e, também, determinados pela língua utilizada como a língua de instrução. (QUADROS, 2005, p.24)

Na educação bilíngue, o estudante surdo continua aprendendo a língua portuguesa, mas é nesse cerne que há a inversão, pois todos os estudos dos conteúdos escolares são ministrados diretamente em língua de sinais por professor bilíngue, o que favorece o desenvolvimento das aprendizagens do estudante surdo. Vale salientar que o termo “bilíngue” reside no fato do surdo aprender como primeira língua (L1) a libras e a segunda língua (L2) a modalidade escrita da língua portuguesa.

Os livros didáticos, atividades, textos e outros materiais disponibilizados pelo sistema educacional em Língua Portuguesa serão adaptados para vídeo libras, possibilitando ao educando surdo usuário da Libras o acesso às informações na sua própria língua com suporte necessário para edição de vídeo, manuseio das ferramentas tecnológicas e midiáticas necessárias para a criação dos materiais pedagógicos para ensino dos estudantes surdos ou com deficiência auditiva.

A proposta do modelo de educação bilíngue para surdos em Itaberaba-Ba parte do pressuposto de que todos os funcionários da escola saibam Libras - porteiro, cozinheira, merendeira, a direção, coordenação e secretaria escolar, professores, auxiliares de serviços gerais, demais profissionais de apoio e todos os agentes educacionais envolvidos. Para tal, a Secretaria Municipal de Educação (SMED) deve promover os cursos de qualificação necessários para a preparação desses recursos humanos. A SMED deve promover, em parceria com outras IES, cursos de capacitação profissional e formação continuada que verse sobre a Libras, cultura surda, pedagogia visual e/ou outras temáticas que dêem suporte à atuação docente.

Pensando em metodologias de ensino para estudantes surdos ou estudantes com deficiência auditiva, considera-se uma Pedagogia Visual, pautada na visualidade, explorando recursos que favoreçam esse caminho neurossensorial, tais como uso de imagens, gravuras, vídeos, outras representações visuais, etc. Dessa forma, o professor da sala regular (bilíngue ou não) tenha conhecimento acerca das pedagogias visuais e consciência de que ele deve compreender mais sobre seu poder construtivo para utilizá-las de maneira eficiente. O professor da sala de aula regular (bilíngue ou não) que ensina estudantes surdos, surdocegos ou com deficiência auditiva, deve buscar um olhar sensível e saber identificar possíveis barreiras que estejam dificultando as aprendizagens desses estudantes, para então desenvolver novas estratégias didático-metodológicas em suas práticas que possam favorecer o processo de ensino-aprendizagem. A avaliação deve ser adaptada considerando a Libras enquanto primeira língua (L1) do estudante surdo, e a língua portuguesa escrita sua segunda língua (L2).

A escola, em parceria com a Secretaria de Educação, pode promover formas de apoiar e orientar as famílias dos estudantes público-alvo da educação especial no município. Cursos, seminários e outros eventos/momentos de caráter instrucional sobre as Libras e Educação dos estudantes surdos devem ser ações implementadas na rede municipal de educação.

CENTRO DE APOIO PEDAGÓGICO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL- CEAPE

O CEAPE foi criado pelo Decreto Municipal nº 201 de 10 de agosto de 2009 e suas atividades estão fundamentadas na Portaria MEC, nº 243, de 15 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 18 de abril de 2016, a qual estabelece os critérios para o funcionamento, a avaliação e a supervisão de instituições públicas e privadas que prestam atendimento educacional a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

O CEAPE além de oferecer o Atendimento Educacional Especializado – AEE, também oferta Oficinas Pedagógicas para pessoas que possuem déficit intelectual acentuado, não matriculadas na rede regular de ensino, buscando por meio deste serviço, desenvolver

um trabalho específico de acordo ao diagnóstico de cada estudante, através de atividades em grupos e/ou individualizadas nas áreas de Atividades da Vida Autônoma (AVA), Arte e Práticas Desportivas, proporcionando aos educandos a aquisição de hábitos e atitudes de vida social e o desenvolvimento físico, psíquico, cognitivo e emocional, promovendo assim uma melhor aprendizagem e participação desses educandos em busca de sua autonomia; O Centro também oferece atendimento para pessoas cegas, ou com visão subnormal da comunidade local que necessitam de atendimentos específicos, mesmo não estando matriculadas na escola regular.

Considerando o enfoque complementar do AEE ao público com Deficiência Intelectual, ao receber o estudante, o professor realiza entrevista familiar, avalia suas potencialidades e necessidades para, a partir dessas informações, elaborar seu Plano de Desenvolvimento Individual - PDI, a fim de intervir e mediar para que o educando possa construir o seu conhecimento, dentro do quadro de recursos intelectuais que lhe é disponível, tornando-se agente capaz de produzir significado/conhecimento contribuindo para seu desenvolvimento integral. As atividades desenvolvidas respeitam as particularidades do educando, visando sua autonomia.

A avaliação realizada pelo AEE acontece de forma contínua, procura-se conhecer não apenas os progressos, mas também as estratégias de trabalho utilizadas pelos estudantes. Entre os diferentes instrumentos de avaliação, estão: fichas avaliativas, relatórios semestrais com observações individuais e coletivas, além dos portfólios onde estão contidas todas as observações e construções dos alunos durante a execução das atividades.

Salienta-se a parceria entre os professores do AEE e os professores da sala comum, o que tem sido imprescindível para a eliminação de barreiras no campo pedagógico e progresso dos estudantes em comum. A interlocução entre Centro e Escola regular por meio do professor do AEE e o professor da sala comum, busca estabelecer articulação para cumprir o objetivo de acompanhar e apoiar o estudante, fornecendo meios que proporcionem ou ampliem suas habilidades funcionais, promovendo sua inclusão escolar e social.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) para pessoas com deficiência visual, associada ou não a outras deficiências, tem por finalidade identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos de acessibilidade para garantir aos alunos, acesso aos meios específicos necessários à sua autonomia. Os atendimentos são ofertados, no contraturno à escola regular para estudantes cegos, de visão subnormal, ou com surdocegueira, dos anos iniciais ao ensino superior (crianças, jovens e adultos); em um espaço contendo um acervo de materiais e equipamentos específicos necessários ao processo de ensino e aprendizagem, ofertado por profissionais qualificados de acordo à demanda e às áreas específicas, sendo estes, habilitados na área de deficiência visual, tendo o domínio do Braille, Soroban, técnicas de Orientação e Mobilidade, informática, equipamentos especializados, etc.

Quanto ao espaço físico, no CEAPE contamos com sala para produção Braille e adaptação de material (relevo); salas para apoio didático pedagógico, sala para os recursos tecnológicos (impressora Braille, computador etc.) e sala para Atividades da Vida Autônoma – AVA.

Conforme orientações dos documentos oficiais do Ministério da Educação, das Diretrizes da Educação Inclusiva no Estado da Bahia, assim estão organizados os atendimentos ofertados no Núcleo Visual:

- **Atendimento aos alunos com baixa visão:** O atendimento é direcionado ao uso de recursos ópticos e não ópticos, ampliados, necessários para adequar às condições para a aprendizagem. Seu planejamento se dá conforme avaliação funcional, observando o potencial da visão.
- **Atendimento aos alunos com surdocegueira:** Direcionado à comunicação, à informação, e à mobilidade, permitindo, assim, a autonomia do indivíduo.
- **Aprendizagem do Sistema Braille/ Ensino do Código Braille:** Visa à alfabetização da pessoa com deficiência, através do Sistema Braille, facilitando o acesso ao conhecimento da cultura letrada e promovendo, dessa forma, a sua autonomia. É realizado respeitando as etapas do desenvolvimento do educando e acontece de maneira gradual e individual.
- **Ensino do Soroban:** Consiste no desenvolvimento de habilidades relacionadas ao ensino da matemática, estimulando as funções cognitivas.
- **Programa de Orientação e Mobilidade - OM:** Ensina as técnicas de locomoção com utilização de guia vidente e com bengala longa, e condutas para modalidade com guia vidente.
- **Atividades da Vida Autônoma- AVA:** São criadas vivências educativas funcionais que habilitem a pessoa com deficiência a desenvolver o autocuidado, promovendo, assim, autoconfiança e independência.
- **Informática:** Presta atendimento aos educandos através de programas com leitores de telas, permitindo aos mesmos, acesso fácil às informações.
- **Produção de Tecnologia Assistiva:** Desenvolve ações na produção de materiais ampliados, em relevo, Braille, áudio etc.
- **Itinerância:** Trabalho realizado com professores e coordenadores da escola regular, assessorando o processo de inclusão.
- **Interlocução Pedagógica:** Atendimento aos profissionais da rede regular, dando suporte pedagógico.
- **Brailista:** Profissional que trabalha com produção, impressão e revisão braille.
- **Revisão Braille:** Consiste em revisar os textos de atividades em Braille, permitindo a qualidade para melhor aproveitamento por parte do leitor.

- **Revisor de material Braille:** Deve ser realizado por um profissional cego usuário do Sistema Braille, com vasto conhecimento da Língua Portuguesa e domínio das técnicas do Braille (acompanhado por um assistente vidente).
- **Ledor e audiodescritor:** Profissional fundamental que possibilita a compreensão de conteúdos audiovisuais por pessoas com deficiência.
- **Escrita cursiva:** Oportuniza a pessoa com deficiência visual a assinar o nome de próprio punho.

A Psicopedagogia é um ramo de conhecimento de caráter inter e transdisciplinar que se dedica ao processo de aprendizagem humana levando em consideração o sujeito, a família, a escola, a sociedade e o contexto sócio histórico, utilizando métodos, procedimentos e recursos específicos, fundamentados em diferentes referenciais teóricos. De acordo com a Associação Brasileira de Psicopedagogia, o objetivo da área é promover a aprendizagem, contribuindo para os processos de inclusão escolar e social; compreender e propor ações frente às dificuldades de aprendizagem; mediar conflitos relacionados aos processos de aprendizagem. No que tange aos serviços prestados no Centro de Apoio Pedagógico em Educação Especial - CEAPE, no município de Itaberaba, o núcleo psicopedagógico formado por profissionais da área – psicopedagogas, visando atender indivíduos com dificuldades de aprendizagem e transtornos funcionais das Redes Municipal, Estadual e Privada a partir de uma atuação institucional, baseia-se em recursos diagnósticos, corretores e próprios, realizando intervenção e/ou encaminhamento para outro profissional, buscando ainda atuar de forma preventiva.

Ao pensar os serviços psicopedagógicos no Centro, demanda-se ainda atender aos profissionais da Rede Regular – professores que atuam com os educandos com dificuldades e transtornos de aprendizagem, visando contribuir com a sua formação através de interlocuções no decorrer do ano letivo, para que juntos (Escola e Centro de Atendimento Especializado) possam estar em consonância com a melhoria do ensino frente às dificuldades específicas de cada educando, considerando-se que as pessoas se modificam continuamente transformando o contexto no qual se inserem. Esse dinamismo exige uma atuação pedagógica voltada para alterar a situação de exclusão, enfatizando a importância de ambientes heterogêneos que promovam a aprendizagem de todos os alunos.

O Serviço Psicológico em Educação Especial tem como principal atribuição aplicar conhecimentos psicológicos na Educação Especial, concernentes ao processo de ensino e aprendizagem, referentes ao desenvolvimento humano, às relações interpessoais e à integração família-comunidade-CEAPE, para promover o desenvolvimento integral do educando.

Ao se buscar a efetivação de uma educação especial inclusiva, os serviços em Educação Especial, direciona-se para o atendimento das necessidades dos educandos,

público-alvo da educação especial, oportunizando-os o acesso ao saber, a construção do conhecimento, a autonomia e o seu desenvolvimento. Assim, é imprescindível que o CEAPE atenda às leis de acessibilidade, fazendo as adaptações do espaço para garantir não só a autonomia, mas a segurança e cidadania da pessoa com deficiência.

Sobre a estrutura do espaço do CEAPE para o deficiente visual, “a Lei nº 7.853/ 89 e o decreto nº. 3.298/99 promove a Política Nacional que visa a integração da pessoa com deficiência visual, por meio de normas de acessibilidade”. Um espaço acessível é também inclusivo, comunicativo – pois informa, localiza e direciona, dando autonomia à pessoa com deficiência visual. Existem diferentes tipos de sinalização de acordo com a norma ABNT NBR 9050, como: pisos táteis que têm como função, alertar quanto às mudanças de direção e presença de obstáculos; placas de sinalização que apresentam informações em braille e atende as exigências como a altura e distância dos caracteres, tipo de fonte, altura do relevo, entre outros e mapas táteis que permitem que as pessoas com deficiência visual (cegueira e baixa visão) se localizem através dos textos em braille, pelas cores e símbolos.

PRINCÍPIOS NORTEADORES PARA A (RE) ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

PRINCÍPIOS NORTEADORES PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA DA ESCOLA

Fundamentadas na Base Nacional Comum Curricular, Documento Curricular Referencial da Bahia, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Regimento Escolar das Escolas Municipais de Itaberaba e nas demais normas vigentes, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação e pelo Conselho Municipal de Educação de Itaberaba, este Documento Referencial Curricular Municipal de Itaberaba, abrange todas as atividades educacionais a serem desenvolvidas, tanto no ambiente escolar quanto fora dele, possibilitando ao estudante situar-se como cidadão no mundo, como produtor de cultura e como promotor do desenvolvimento.

Em sua construção e elaboração foram considerados os seguintes aspectos:

- Princípios pedagógicos estabelecidos legalmente;
- Competências e habilidades, expressas por meio das aprendizagens esperadas para cada ano, procedimentos/metodologias e aprendizagens significativas;
- Matriz Curricular da Educação Infantil, do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, Anos Finais e Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas;
- Métodos, técnicas e materiais de ensino e de aprendizagem adequados aos estudantes e às habilidades, funcionalidades e competências a serem desenvolvidas;
- Formas diversificadas de avaliação.

Com este Documento Referencial Curricular Municipal, a Secretaria Municipal de Educação tem o objetivo de subsidiar e nortear as Unidades Escolares Municipais na elaboração do Projeto Político Pedagógico – PPP, orientador da prática educativa. Consequentemente, deve fundamentar o planejamento das atividades pedagógicas, elaborado pelos professores, sob a coordenação de integrantes da Direção Escolar e Coordenadores Pedagógicos da instituição educacional, em consonância com o Projeto Político Pedagógico (PPP).

Além deste Documento Referencial Curricular Municipal, a elaboração do Projeto Político Pedagógico, de responsabilidade do estabelecimento educacional, realizada com a participação da comunidade escolar, deve observar o diagnóstico da realidade socioeconômica e cultural da comunidade escolar, considerando os resultados do trabalho realizado e, em especial, do rendimento escolar, bem como os recursos humanos, materiais e financeiros do estabelecimento educacional e da comunidade.

Nesse sentido, e em conformidade com a Resolução do Conselho Municipal de Educação e com o Regimento Escolar das Escolas Municipais de Itaberaba, o Projeto Político Pedagógico deve contemplar:

- Origem histórica, natureza e contexto do estabelecimento;
- Fundamentos norteadores da prática educativa;
- Missão e objetivos institucionais;
- Organização pedagógica da educação e do ensino oferecido;
- Organização curricular;
- Objetivos da educação e ensino e metodologia adotada;
- Processos de avaliação da aprendizagem e de sua execução;
- Infraestrutura, contendo as instalações físicas, equipamentos, materiais didático-pedagógicos, sala de leitura, laboratórios, pessoal docente, de serviços especializados e de apoio;
- Gestão administrativa e pedagógica; e
- Matriz Curricular, que deve constituir anexo dos pareceres de aprovação da Proposta Pedagógica.

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, OS OBJETIVOS E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, DO ENSINO FUNDAMENTAL, EDUCAÇÃO DO CAMPO, EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS, ADULTAS E IDOSAS E EDUCAÇÃO ESPECIAL

O Planejamento do Projeto Político Pedagógico das Escolas do Ensino Fundamental – precisa considerar a organização e os objetivos do Ensino Fundamental, conforme Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, a Lei 11.274/2006, na Resolução CNE/CEB nº 04/2010 e Regimento Escolar das Escolas Municipais de Itaberaba.

A Educação Infantil oferta o atendimento às crianças de zero a cinco anos e onze meses em duas etapas. Creche e Pré escola. Na Creche estrutura-se o berçário (Grupo 1) e Creche (Grupos 2 e 3), com duração de três anos. Na Pré escola estrutura se com o (Grupo 4 e 5) com duração de dois anos.

O Ensino Fundamental, em regime anual, com duração de nove anos, estrutura-se em cinco Anos Iniciais e quatro Anos Finais, com a seguinte organização:

- Bloco Inicial de Alfabetização – BIA, com duração de dois anos e com início aos seis anos de idade.
- 3º ao 5º anos;
- 6º ao 9º anos.

Uma vez que a Educação Básica tem por objetivo proporcionar o desenvolvimento integral do estudante, assegurando-lhe formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecendo-lhe os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, o Ensino fundamental tem por objetivos:

- A formação básica do cidadão, assegurando-lhe a formação comum indispensável ao exercício da cidadania, bem como os meios para progredir em estudos posteriores;
- Proporcionar o desenvolvimento integral do estudante e de sua participação na produção do bem comum;
- Promover a compreensão dos direitos individuais e coletivos, do cidadão, do Estado, da família, e dos grupos que compõem a comunidade;
- O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- A fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS, ADULTAS E IDOSAS - EPJAI

A Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas, possui duração de quatro anos, e está estruturada em dois Tempos Formativos e quatro Eixos, por meio da seguinte organização:

Tempo Formativo I

Eixo I - (1º ao 3º Ano)

Eixo II - (4º e 5º Ano)

Tempo Formativo II

Eixo III - (6º e 7º Ano)

Eixo IV - (8º e 9º Ano)

Essa organização da modalidade encontra-se legalizada através de Portaria Municipal, e seu objetivo não é equiparar a Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas, mas utilizar esta referência como analogia para situações de documentação escolar, como transferência para outro Município ou Estado, histórico escolar, etc.

ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial no município de Itaberaba, conforme o acordo com o Plano Municipal de Educação (2015-2024), a Modalidade de Educação Especial é oferecida pelo município na rede regular de ensino em um processo de inclusão gradativa e efetuado mediante a oferta de:

- Escolas regulares com atendimento em todas as modalidades de ensino para estudantes com deficiência;
- Atendimento educacional especializado em centro de Apoio Pedagógico em Educação Especial (CEAPE) e salas de recursos multifuncionais para estudantes com deficiência intelectual, sensorial, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

A política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, ressalta que a Educação Especial atuará de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos com transtornos funcionais específicos (dislexia, dislalia, disgrafia, disortografia, hiperatividade, dentre outros).

ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

A Educação do Campo, modalidade de Educação Básica, a oferta de organização pedagógica da rede municipal de ensino na sede é semelhante à oferta no campo. Há porém as especificidades curriculares e agrupamentos das turmas multisseriadas.

Diante disso, define-se pela vinculação das questões inerentes à vida e trabalho do homem do campo, a partir da realidade de vida pelos estudantes residentes no meio rural, com conteúdos e questões trabalhadas no contexto curricular, onde as escolas se atentam para suas reais necessidades e especificidades enquanto escolas do campo, transversalizando as necessidades e peculiaridades da vida rural.

São muitos os obstáculos enfrentados no atendimento à Educação do Campo . As condições socioeconômicas-culturais nas quais estão envolvidos nossos estudantes e pais são fatores preponderantes no processo ensino e aprendizagem.

A oferta educativa na área rural de Itaberaba permite que a educação do campo no município não siga uma organização homogênea e única. No município convivem diversos modelos de escola do campo. Há escolas **Multisseriadas**, **escolas bisseriadas**, **escolas seriadas e escolas nucleadas**. Definição da identidade da escola do campo refere-se ao acesso do/a estudante à escola, bem como exige a formatação de currículos, metodologias e formas de gestão que atendam as demandas, as especificidades e as necessidades históricas de educação dos diferentes povos e contextos do campo. E a Resolução CNE/CEB nº 01/2002, em seu artigo 3º, reafirma o direito de todos à educação, colocando a necessidade de garantir a universalização do acesso dos povos do campo à educação básica e à educação profissional de nível técnico.

Seguindo esta direção a Resolução N° 104/2011-CEE, em seu artigo 5º, considera que a educação do campo:

I - Destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais diversas formas de produção da vida: indígenas, afrodescendentes, quilombolas, agricultores familiares, extrativistas, quebradeiras de coco, readeiras, pescadores artesanais, ribeirinhas, ciganos, artesãos, assentados e acampados da reforma agrária, entre outros;

Embora a Resolução N° 104/2011-CEE se destina às populações rurais, vale salientar que no município de Itaberaba, atendemos os seguintes povos: afrodescendentes, agricultores, readeiras, pescadores, artesanais, assentados e acampados. Diante disso, tudo que abrange a educação na Escola do Campo, como o currículo, a avaliação, as metodologias, projetos e as atitudes tomadas no dia-a-dia, são constituídos a partir dos princípios abaixo:

Didático - Pedagógico

Aprender a fazer:

- Os professores e a comunidade tomam a escola nas mãos, definindo o papel estratégico na educação dos estudantes, organizando juntas as ações para atingir os objetivos que se propõem.
- A dimensão técnica – científica, evidenciada pelo domínio dos fundamentos tecnológicos vinculados ao conteúdo de cada disciplina, de modo a aperfeiçoar os processos tecnológicos que sustentam o desenvolvimento econômico e social cobrados na sociedade atual;
- Da relação professores/estudantes/conteúdos de construção da aprendizagem através de atividades planejadas em conjunto, cuidadosamente pensadas na realidade vivida por todos;
- Do aproveitamento do conhecimento adquirido pelo estudante vivido no seu cotidiano, dentro de seu contexto e em sua globalidade, visto que nenhum ser humano é uma tabula rasa.

Epistemológico

Aprender a aprender:

- Educar parte do princípio: prática- teoria- prática, em busca da construção de uma sociedade justa, igualitária, vivenciadora de valores e conhecimentos socialmente úteis, almejando o desenvolvimento integral do ser humano, sujeitos do contexto social e capazes de transformar o ambiente em que vivem.
- Na escola o aluno contempla a sua formação global, visando o desenvolvimento harmonioso de sua personalidade, através de técnicas modernas de aprendizagem, objetivando seu crescimento e dando-lhe oportunidade de tornar-se um ser humano capaz de continuar sempre aprendendo;

- Os sujeitos possuem história, participam de lutas sociais, sonham, têm nomes e rostos, lembranças, gêneros, raças e etnias diferenciadas. Cada sujeito individual e coletivamente se forma na relação de pertença à terra e nas formas de organização solidária.
- O conhecimento não é visto como algo situado fora do indivíduo, a ser adquirido por meio de cópia do real, tampouco como algo que o indivíduo constrói independentemente da realidade exterior, dos demais indivíduos e de suas próprias capacidades pessoais. É, antes de tudo, uma construção histórica e social, na qual interferem fatores de ordem cultural e psicológica.
- O ensino baseia-se em situações em situações didáticas de uso pragmático e social da vida cotidiana, considerando o desenvolvimento e o processo de aprendizagem do estudante.
- Os conhecimentos que os pais, os estudantes, a comunidade local possuem precisam ser levados em conta, e resgatá-los dentro da sala de aula num diálogo permanente com os saberes produzidos nos diferentes componentes curriculares. Constitui-se instrumento de observação da necessidade a partir dos quais estes saberes precisam ser ampliados para contribuir para uma melhor qualidade de vida.
- O conhecimento e os saberes, as atitudes, valores e comportamentos construídos no processo educativo são instrumentos de mediação disponíveis para que o(a) professor(a) promova aprendizagens, devendo ser traduzido e adequado às possibilidades e necessidades dos estudantes.
- O trabalho com os conhecimentos sistematizados coloca a população da zona rural em condições de uma efetiva participação nas lutas sociais. Assim sendo, não basta ter como conteúdo escolar as questões sociais atuais, mas que é necessário que se tenha domínio de conhecimento, habilidades e capacidades mais amplas para que os estudantes possam interpretar suas experiências de vida e defender seus interesses de classes.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Eunice M. L. Soriano. **Tendências e Desafios da Educação Especial**. Editora: SEESP - MEC - Brasília - DF – 1994.

ARROYO, Miguel G. *Imagens Quebradas: Trajetórias e tempos de alunos e mestres*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO A ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL. Disponível em <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/atendimento-educacional-especializado-a-alunos-com-deficiencia-visual/14238> Acesso em: 02 de agosto, 2020.

BAHIA, **Diretrizes da Educação Inclusiva no Estado da Bahia**. Salvador: Secretaria da Educação - SEC, 2017.

_____. Secretaria da Educação. Superintendência de Políticas para Educação Básica. União Nacional dos Dirigentes Municipais da Bahia. **Documento Curricular Referencial da Bahia para Educação Infantil e Ensino Fundamental** – Superintendência de Políticas para Educação Básica. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Bahia Salvador: Secretaria da Educação, 2019. 475p.

_____. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL. **Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu: Perfil Sintético**. 2015. Disponível em: <http://www.portalsdr.ba.gov.br/intranetsdr/model_territorio/Arquivos_pdf/Perfil_Piemonte%20do%20Paragua%C3%A7u.pdf> Acesso em: 14/08/2020.

BARBOSA, C. S. **Desenvolvimento infantil à luz da Neuropedagogia: Fundamentos e práticas**. Claudinéia da Silva Barbosa. in *Trânsitos sociopolíticos, educacionais, arquitetônicos e culturais* / Rafael Fontes Cloux, Leice Daiane de Araújo Costa, Girley Oliveira dos Santos (Orgs.) – Salvador (BA): Kawo-Kaliyesile, 2018.

_____. **Olhar sensível sobre o desenvolvimento na infância: Pesquisas sobre a prática pedagógica**. Claudinéia da Silva Barbosa. Itaberaba – Bahia 2014. ISBN 978-85-918598-01.

BATISTA, Cristina Abranches Mota, **Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental**. [2. ed.]/Cristina Abranches Mota Batista, Maria Teresa Egler Mantoan. – Brasília: MEC, SEESP, 2006.

BERNARDINO, Elidéa Lúcia. *Absurdo ou lógica?: a produção linguística do surdo*. Belo Horizonte: Editora Profetizando vida, 2000.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: Ministério da Justiça Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, 2. ed., 1997.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). *Educação é a Base*. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

_____. **Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais**, 2010. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: SEESP/MEC, 2009.

_____. Ministério da Educação, Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018

_____. Ministério Da Educação/Secretaria De Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf> Acesso em: 08 de maio de 2019.

_____. Ministério Da Educação/ Conselho Nacional De Educação/ Câmara De Educação Básica. Resolução nº 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009. Disponível em: <http://www.crb8.org.br/leis-de-acessibilidade-no-brasil-sinalizacao-obrigatoria-para-deficientes-visuais/Acesso> em 05 de agosto de 2020.

_____. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em 08 de jul. de 2020.

_____. **Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009** – Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo facultativo, assinado em Nova York, em 30 de março de 2007. Organização das Nações Unidas – ONU. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm – Acesso em 11 fev. 2020/ 10 h 30 min.

_____. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. MEC / Secretaria de Educação Especial: Brasília, 2001.

_____. **Ensino fundamental de nove anos: orientações gerais**. Brasília: MEC, 2004.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente do Brasil**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

_____. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Lei nº 9.475/97** que altera o art. 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Lei nº 9.934, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____. **Lei Federal 10.436 de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

_____. **Lei Federal nº 11.796 29 de outubro de 2008**. Institui o dia 26 de setembro como o Dia Nacional dos Surdos e dá outras providências.

_____. **Lei Federal nº 12.319 de 01 de setembro de 2010**. Regulamenta a profissão do Tradutor Intérprete e dá outras providências

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

_____. Ministério da Educação / Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 08 de maio de 2020.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação/ Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Disponível em: <http://www.crb8.org.br/leis-de-acessibilidade-no-brasil-sinalizacao-obrigatoria-para-deficientes-visuais/Acesso em 05 de agosto de 2020>.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde na escola** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. — Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 96 p.: il. — Série B. Textos Básicos de Saúde (Cadernos de Atenção Básica; n. 24).

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil** / Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica – Brasília: MEC/SEB, 2009.

_____. Ministério de Educação. Secretaria de Educação Especial. **Educação Especial no Brasil**. Editora: SEESP - MEC - Brasília - DF – 1994.

Educação Especial. **Deficiência Intelectual**. Salvador. SEC/BA, 2010.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular. 2017**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 30 de jul. 2020.

_____. Ministério da Educação. **Deficiência Visual** – MEC. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_dv.pdf. Acesso em 05 de agosto de 2020.

_____. NOTA TÉCNICA Nº 09 / 2010 / MEC / SEESP / GAB: Orientações para a Organização de Centros de Atendimento Educacional Especializado.

_____. NOTA TÉCNICA Nº 11 / 2010 / MEC / SEESP / GAB: **Orientações para a Institucionalização na Escola, da Oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE em Salas de Recursos Multifuncionais**.

_____. NOTA TÉCNICA Nº 13 / 2009 / MEC / SEESP / DPEE: A Educação Especial e sua operacionalização pelos sistemas de ensino.

_____. NOTA TÉCNICA Nº 19 / 2010 / MEC / SEESP / GAB: **Profissionais de apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados nas escolas comuns da rede pública de ensino**.

_____. NOTA TÉCNICA Nº 055 / 2013 / MEC / SECADI / DPEE: **Orientação à atuação dos Centros de AEE, na perspectiva da educação inclusiva**.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais no primeiro e segundo ciclos do Ensino Fundamental.** Brasília: MEC - Secretaria de Educação Fundamental, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 4 de ago. 2020.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Parte I – Bases Legais e Parte II – Linguagens, Códigos e suas Tecnologias.** Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASÍLIA. **Lei de nº 12.796 de 4 de abril de 2013;** 192º da Independência e 125º da República. Publicado no DOU de 5.4.2013.

CALDEIRA, Anna M. Salgueiro. **Ressignificando a avaliação escolar.** In: _____. Comissão Permanente de Avaliação Institucional: UFMG-PAIUB. Belo Horizonte: PROGRAD/UFMG, 2000. p. 122-129 (Cadernos de Avaliação, 3).

CANOAS. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação. **Referencial Municipal Comum Curricular para Educação Infantil e Ensino Fundamental.** Canoas – RS, 2018.

CARRARA, Kester. **Avaliando a avaliação.** In: RAPHAEL, Hélia Sonia; CARRARA, Kester. (Org.) Avaliação sob exame. Campinas São Paulo: Autores Associados, 2002.

CARVALHO, Rosita Edler. **A Nova LDB e a Educação Especial.** Editora: WVA - Rio de Janeiro - RJ – 1997.

_____. **Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico.** Porto Alegre: Mediação, 2008.

CERQUEIRA, Teresa Cristina Siqueira. **O professor em sala de aula: reflexão sobre os estilos de aprendizagem e a escuta sensível.** In: Psic. [online]. jun. 2006, vol.7, no.1, p.29-38. Disponível em: http://pepsic.bvspsi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676731420060001_00005&lng=pt&nrm=iso ISSN 1676-7314. Acesso: 08 de setembro, 2007.

CFP. Conselho Federal de Psicologia – CFP/Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Creppop). **Práticas profissionais dos (as) psicólogos (as) em educação inclusiva.** Brasília: CFP, 2009. 57p.

_____. Conselho Federal de Psicologia. **Resolução CFP nº 13, de 01 de junho de 2007, que Institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro.** Brasília: CFP, 2007.

CAVALCANTI, A; GALVÃO, C. **Terapia Ocupacional: fundamentação e prática.** Ed. Prática; 2007.

CHOMSKY, N. **Linguagem e conhecimento.** Petrópolis: Vozes, 1994.

CORREIA, L. M. **Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares.** Porto: Porto Editora, 1997.

DAMASCENO. **Coleção Por Uma Educação do Campo – Caderno 05 Educação e Escola no Campo,** Ed: 01-Campinas- Editora Papiros,1993.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais,** 1994, Salamanca-Espanha.

Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. MEC / Secretaria de Educação Especial: Brasília, 2001.

DOU. **Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2014**, publicada no Diário Oficial da União em 28/08/2014.

FERNANDES, Edicléa Mascarenhas; CORRÊA Maria Ângela Monteiro. **Processo ensino-aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais: o aluno com deficiência mental.** Rio de Janeiro: INIRIO, 2008.

FERREIRA, Andrea Tereza Brito. **O lúdico na sala de aula.** In: Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: vamos brincar de construir as nossas e outras histórias: ano 02, unidade 04 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2012.

FONAPER. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Religioso / Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso.** – São Paulo: Mundo Mirim, 2009.

FONSECA, Isabel Cristina Saraiva da. **Usemos mais as tecnologias da informação.** Em 25/07/2006. Disponível em: www.observatoriodaimprensa.com.br. Acesso em: 15/09/2020.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler – em três artigos se completam.** São Paulo: Cortez, 1984.

_____. **Educação como Prática da Liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **Educação e mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a uma prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GADOTTI, Moacir. **Pensamento Pedagógico Brasileiro.** 8ª ed revisada e ampliada. Editora Ática: São Paulo, 2009.

GOLDFELD, M. **Breve relato sobre a educação de surdos.** In: _____. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista. São Paulo: Plexus, 2001.

GOULART, C. **Letramento e modos de ser letrado:** discutindo a base teórico-metodológica de um estudo. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 11, n 33, Sept/Dec 2006.

_____. **Palavra e gênero em práticas alfabetizadoras. Revista Intercâmbio.** 12: 165- 173. SP: LAEL/PUC-SP, 2003.

IBGE, **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.**

_____. Censo das Pessoas com Deficiência, 2010. Acessado em 11 fev 2020/ 11 h 50 min

INCLUSÃO. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT. Ministério da Educação. Portal do Governo Brasileiro. **CONCEITUANDO A SURDOCEGUEIRA**. Disponível em: <http://www.ibc.gov.br/paas/308-conceituando-a-surdocegueira>. Acesso em: 02 de agosto de 2020.

ITABERABA. Conselho Municipal de Educação. Secretaria Municipal de Educação. Coordenação de Educação Básica e Apoio Pedagógico. **Diretrizes Curriculares Municipais para Educação Infantil – Revisão 2017**. CME/SMED/CEBAP, 2017. – Itaberaba – BA.

_____. **Lei Municipal nº 1.190 de 08 de junho de 2010**. Oficializa, no âmbito municipal, a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências.

_____. **Lei Municipal nº 1.192 de 08 de junho de 2010**. Reconhece, no âmbito municipal, a profissão Intérprete da Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências.

_____. **Orientações Curriculares para Educação de Jovens e Adultos**. Secretaria Municipal de Educação, 2015.

_____. **Plano Municipal de Educação, Decênio 2015-2024**. Disponível em: <https://sai.io.org.br/Handler.ashx?f=diario&query=2319&c=351>. Acesso em 06 de agosto de 2020.

_____. **Plano Municipal de Educação, Decênio 2015-2024**. Disponível em: <https://sai.io.org.br/Handler.ashx?f=diario&query=2319&c=351>.

_____. **Regimento Escolar das Escolas Municipais**, 2010.

_____. **Regimento Interno da Secretaria Municipal de Educação**. Decreto nº194 de 01 de fevereiro de 2013. Secretaria Municipal de Educação - SMED.

_____. Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Itaberaba. **Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental de 9 anos**. SMED, 2012.

_____. Secretaria Municipal de Educação. Coordenação de Educação Básica e Apoio Pedagógico. Equipe Técnica da Educação Infantil. **Memorial de Educação Infantil em Itaberaba 2012**. – Itaberaba: SMED/CEBAP/ETEI, 2012. Disponível em <http://www.slideshare.net/azulestrelar/memorial-educao-infantil-do-municipio-de-itaberababa-2012>claudinia-barbosa. Acesso em: 21 de julho de 2020.

KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (Org.). **Gêneros textuais: reflexões e ensino**. Palmas e União da Vitória, PR: Kayganguê, 2005.

KLEIMAN, A. B. **O processo de aculturação pela escrita**: ensino da forma ou aprendizagem da função? In: KLEIMAN, A. B.; SIGNORINI, I. (Orgs.). **O ensino e a formação do professor: alfabetização de jovens e adultos**. Porto Alegre: Artmed, 2000, p. 223-243.

_____. **Oficina de leitura: teoria e prática**. 9. ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

LERNER, Délia. **Ler e Escrever na Escola: o real, o possível e o necessário**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

LOUREIRO, Vera Regina. **A política de inclusão escolar no Brasil: Pensando o caso dos surdos**. In: Revista Espaço. Informativo Técnico Científico do INES. Nº 25/26, JAN.DEZ./2006.

LUCKESI, C.C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Educação, ludicidade e prevenção das neuroses futuras: uma proposta pedagógica a partir da biossíntese**. Disponível em: <http://www.luckesi.com.br/artigoseducacaoludicidade.htm>, 2005a. Acesso em: 14 set. 2013.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003 – Coleção cotidiano escolar.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Gêneros textuais: definição e funcionalidade**. In: DIONÍSIO, Angel Paiva; MACHADO, Ana Rachel; Bezerra, Maria Auxiliadora (org.). *Gêneros textuais e ensino*. 5. ed. Lucerna, Rio de Janeiro, 2007. p. 19-36.

MORAN, José. **Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda**. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/metodologias_moran1.pdf. Acesso em: 25 jun. 2020.

PAULON, Simone Mainieri; FREITAS, Lia Beatriz de Lucca; PINHO, Gerson Smiech. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. 48 p.

PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DA BAHIA – **Lei Estadual nº 13.559, de 11 de maio de 2016**.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de Surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

RAMOS, Alice de Moura; CORRÊA, Maria Ângela. **Tópicos em Educação Especial**. V. único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2006.

REVISTA NOVA ESCOLA. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/12953/selecao-especial-de-planos-de-aula-para-voce>. Acesso em: 02/10/2020.

RONICE Muller de. **O bi do bilinguismo na educação de surdos**. In: Eulália Fernandes. (Org.). *Surdez e bilinguismo*. 1ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005, v. 1, p. 26-36.

_____. **Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão/exclusão**. Ponto de Vista (UFSC), Florianópolis, v. 5, p. 81-112, 2003.

SANT'ANNA, I. M. **Por que avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SILVA, Maria das Dores Marques da. Portal Educação. **Atendimento educacional especializado a alunos com deficiência visual**. Artigos. Educação e Pedagogia. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/atendimento-educacional-especializado-a-alunos-com-deficiencia-visual/14238>. Acesso em: 02 de agosto de 2020.

SÃO PAULO. **Referencial sobre Avaliação da Aprendizagem na área da Deficiência Intelectual**/ Secretaria Municipal de Educação – São Paulo: SME / DOT, 2008.

SCHWARTZMAN, J. S. **A inclusão da pessoa com deficiência**. In: SÁ, Nídia Regina Limeira de. (Org.). *Surdos: Qual Escola?*. 1ed. Manaus: EDUA, 2011.

SILVA, Aline Maira da. **Educação Especial e inclusão escolar**: história e fundamentos. Curitiba: IBPEX, 2010.

SKLIAR, Carlos. **A localização política da educação bilíngue para surdos**. In: SKLIAR, Carlos (Org.). *Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos*. 2ª ed. Porto Alegre: Mediação, 1999.

_____. **Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade**. In: Skliar (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998, p. 7-32.

STROBEL, Karin Lílian. **A visão histórica da in(ex)clusão dos surdos nas escolas**. In: Dossiê Grupo de Estudos e Subjetividades. *ETD – Educação Temática Digital*, Campinas, v.7, p. 245-254, jun. 2006 – ISSN: 1676-2592.

TRAMANDAÍ. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. **Referencial Municipal Comum Curricular para Educação Infantil e Ensino Fundamental – Caderno de Matemática – Anos Finais**. Tramandaí – RS, 2019.

VYGOTSKYI, L. S. **A formação social da mente**. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ANEXOS

ANEXO I - PROPOSTAS DE ADAPTAÇÕES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Adaptações para estudantes com Déficit Intelectual
Repita as orientações varias vezes, de forma diversificada para que o estudante com Déficit Intelectual compreenda melhor, pois estudante com esse tipo de deficiência demora um pouco para entender.
É importante reforçar comandos, solicitações e tarefas com modelos que ele possa ver, de preferência com ilustrações grandes e chamativas, com cores, símbolos fáceis de compreender e com materiais concretos para exemplificar conceitos abstratos. O Desempenho do estudante melhora quando as instruções são visuais.
A linguagem verbal deve ser simples.
Quanto ao cumprimento de regras, o ideal é adotar o mesmo tratamento dispensado aos demais (eles tem que cumprir regras assim como os demais estudantes.
Se não conseguem ficar o tempo todo em sala, estabeleça combinados, mas não seja permissivo.
As competências pedagógicas do estudante devem ser percebidas e as atividades devem estar no nível das capacidades do mesmo, com desafios gradativos.
Se possível, é interessante que sejam planejadas pausas entre as atividades, pois o esforço para desenvolver atividades que envolvam funções cognitivas é muito grande, e às vezes, o cansaço faz com que pareçam missões impossíveis para eles; (as vezes uma atividade aparentemente simples aos nossos olhos, podem levar um tempo maior para o aprendente executar);
O empenho e a produção devem ser sempre valorizados (quando se sente isolado do grupo e com pouca importância no trabalho e na rotina escolar, o estudante adota atitudes reativas, como desinteresse, descumprimento de regras e provocações.
Promoção de sensibilização com a comunidade escolar, no que diz respeito a inclusão, utilizando de filmes, dinâmicas, músicas e orientações voltadas para as causas, conceito e identificação de características e maneiras de agir com os estudantes com déficit intelectual.
Associação de modelos, figuras e fotografias a fatos ou coisas reais, proporcionando experiência de aprendizagem para que o estudante possa relacioná-la com experiências anteriores e futuras.
Construção de objetos com blocos lógicos ou outros materiais a partir de observação de modelos, desenhar e pintar.
Expressa pela fala, ou outras formas de comunicação e expressão artística, suas experiências pessoais.
Descrição de objetos, fatos e suas relações.
Uso prazeroso da linguagem, ouvir histórias e versos, fazer histórias e rimas.
Participação de jogos e brincadeiras nas quais gestos imitativos interativos sejam estimulados como em cantigas folclóricas acompanhadas de movimentos combinados, de forma contextualizada.
Expressão de escolhas, planejamentos e decisões, em busca de soluções de problemas em brincadeiras;
Participação da rotina na escola inclusiva em que os estudantes precisam adaptar-se aos horários de chegada, recreio, intervalos, cumprimentos das atividades e saída.
Realização de atividades envolvendo o conhecimento lógico-matemático com o uso de materiais concretos para contagem de objetos, na efetuação de operações fundamentais.
Experimentação e comparação de intervalo de tempo, através das atividades diárias e lúdicas envolvendo Educação física.

**Adaptações para os estudantes com TEA
(Transtorno do Espectro Autista)**

Intervenção no processo de inclusão com o TEACCH - Tratamento e educação para crianças autistas e com distúrbios correlatos da comunicação, que se baseiam na organização do ambiente físico através de rotinas organizadas em quadros, painéis ou agendas e sistemas de trabalho de forma a adaptar o ambiente para tornar mais fácil para a criança compreendê-lo;

Utilização do PECS Sistema de Comunicação através de troca de figuras, que visa ajudar a criança a perceber que através da comunicação ela pode conseguir muito mais rapidamente as coisas que deseja, estimulando-a assim a comunicar-se, e muito provavelmente a diminuir drasticamente o problema de conduta

Uso de técnicas para facilitar a comunicação, computador, integração auditiva integração sensorial e movimento Sherborne Movimento que visa desenvolver o autoconhecimento da criança através da consciência do seu corpo;

Antes da inclusão da criança autista é necessário que seja realizado um atendimento especializado que pode ajudar a criança a desenvolver a consciência de si mesmo, preparando-a para utilizar-se de modelos posteriores

Caso seja dependendo do nível ou grau de autismo da criança, é melhor preparar-se a ter um intérprete por perto, no sentido de desenvolver a consciência desta criança em relação as suas potencialidades.

As rotinas de classe devem ser mantidas tão consistentes, estruturadas e previsíveis quanto possível. Esses estudantes não gostam de surpresas. Devem ser preparadas previamente, quando possível, para mudanças e transições, inclusive as relações à paradas de agenda, culminância de projetos, dias de férias, etc.

Regras devem ser aplicadas cuidadosamente. Muitas dessas crianças podem ser nitidamente rígidas quanto a seguir regras quase que literalmente útil expressar as regras de preferência por escrito, embora devam ser aplicadas com alguma flexibilidade.
A criança aprenderá melhor quando a área de alto interesse pessoal estiver na agenda Os professores podem conectar criativamente as áreas de interesse ao processo de ensino Pode até mesmo usar as áreas de especial interesse como recompensa para criança completar com sucesso outras tarefas em aderência a regras e comportamentos esperados

Muitos estudantes com Asperger respondem bem a estímulos visuais esquemas, mapas, listas, figuras, etc Sobre esse aspecto são muito parecidas com crianças com autismo.

Em geral tentar ensinar baseado no concreto Evitar linguagem que possa ser interpretada erroneamente como sarcasmo, linguagem confusa figuras de linguagem, etc.

Ensino explícito e didático de estratégias pode ser útil para ajudar a criança a ganhar eficiência em “funções executivas” como organização e habilidades de estudo;

Assegurar que todo o corpo da escola (professor de educação física, motorista de ônibus, pessoal da cantina, biblioteca) esteja familiarizado com o estilo e necessidades da criança e tenha adequado treinamento para tratá-lo.

Tentar evitar a luta de forças. Essas frequentemente não entendem demonstrações rígidas de autoridade ou raiva e irão eles próprios tomam-se mais rígidos e teimosos se forçados

Adaptações para os estudantes com Distúrbios de aprendizagem

Não utilizar comentários depreciativos sobre as dificuldades apresentadas pelo estudante.

Respeitar o ritmo do estudante e não o envolver em situações de competições com os demais colegas.

Não colocá-lo em situações geradoras de ansiedades como: Pedir que leia em voz alta na frente da classe ou solicitar que escreva na lousa frases ditadas oralmente.

Evitar comparações com os outros colegas que não apresentam dificuldades

Conversar com o educando sobre as dificuldades explicando-lhe porque ocorre

Estimular as habilidades envolvidas no comportamento leitor, tais como discriminação visual, percepção rápida e análise de palavras conhecimento dos sons das letras, compreensão da leitura etc..

Não exigir do estudante tarefas que este ainda não pode cumprir. À medida que o educando vai progredindo o educador poderá ir solicitando determinadas atividades que o aluno já domina Exemplificando, no caso da leitura o professor poderá ir pedindo que o estudante leia oralmente uma frase curta. Assim que ele for adquirindo confiança e sua leitura vai se tornando mais nítida, vai-se aumentando o tamanho da frase a ser lida até que se chegue à leitura de um parágrafo e de um texto.

Adaptações para os estudantes com TDAH (TRANSTORNO DE DEFICIT DE ATENÇÃO/HIPERATIVIDADE)

Certifique-se de que é realmente com o TDAH que você está lidando. Não cabe ao professor diagnosticar, mas este pode certificar-se de que a criança teve sua visão e audição examinadas recentemente, e que outros problemas médicos tenham sido descartados

Pergunte ao estudante o que pode ajudá-lo. Estes costumam ser muito intuitivos, se você perguntar eles podem lhe dizer como conseguem aprender melhor.

Estabeleça regras. Coloque-as por escrito em um lugar bem visível. Eles se sentirão confiantes sabendo o que se espera deles;

Repita as instruções. Escreva-as. Exponha-as. As pessoas com TDAH precisam ouvir as coisas mais de uma vez;

Faça sempre contato visual. Você pode “o trazer de volta” por meio de contato visual. Um olhar firme pode tirá-lo de um devaneio, possibilitar uma pergunta ou simplesmente proporcionar uma confirmação silenciosa;

Coloque-o sentado próximo a sua mesa. Isso evita que este fique à deriva, o que constitui um tormento para ele.

Tenha um cronograma essencialmente previsível. Afixe-o no quadro-negro ou na carteira do estudante. No caso de alterações, avise e prepare bem o educando com antecedência. Anuncie o que vai acontecer, repetindo várias vezes à medida que o tempo passa. Transições e mudanças são situações difíceis para ele e o perturba.

Elimine ou reduza a frequência de prova com tempo limitado.

Em relação ao dever de casa, preocupe-se mais com a qualidade do que com a quantidade Estes estudantes com frequência precisam de uma redução na carga. Desde que estejam aprendendo os conceitos, devem ter permissão para tal.

Subdivida grandes tarefas em tarefas menores. Grandes tarefas facilmente oprimem o estudante, fazendo com que retroceda com uma resposta emocional do tipo “nunca serei capaz de fazer isto”.

Procure e enfatize o sucesso o máximo possível. Esses alunos precisam ser tratadas da forma mais positiva possível.

Ensine-os pequenos truques, como cartões para refrescar a memória. Qualquer pequeno truque como sugestões, rimas, códigos e coisas desse tipo podem ajudar bastante a melhorar a memória,

Uma vez que muitos estudantes com TDAH aprendem melhor visualmente, se, além de falar, você puder também escrever ou desenhar será melhor ainda. Esse tipo de estrutura põe as idéias em seus devidos lugares,

Simplifique as instruções, as escolhas e programações de horário. Quanto mais simples for o vocabulário, maior será a probabilidade de que ele seja assimilado.

Experimente uma caderneta de anotações, de casa para a escola, e da escola para casa Isso pode realmente contribuir para a comunicação diária entre professores e os pais, evitando assim reuniões para tratar de crises,

Com crianças mais velhas, sugira que escrevam pequenas notas para si mesmas. para lembrarem suas dúvidas sobre o que está sendo ensinado,

Considere a possibilidade de desenvolver alternativas para os alunos que têm dificuldade em escrever à mão, como uso de computador e algumas provas orais; Quando possível é interessante que este educando tenha um “companheira de estudos” .

Com estudantes mais velhos, de ênfase à preparação antes da aula Quanto melhor for a idéia que este tiver do que será discutido em determinado dia, maior será a probabilidade de que domine o assunto em sala;

Adaptações para os estudantes com (TRANSTORNO DE CONDUTA E DESAJUSTE SOCIAL)

Forneça aos estudantes exemplos de comportamentos não agressivos, que podem ser utilizados em situações que poderiam levar à agressão.

Use o role-playing (Técnica de representação de papéis em grupo) para simular tais situações e permite que os alunos exercitem criticamente os diferentes padrões possíveis

Ensine aos alunos respostas aceitáveis e adequadas a ataques físicos e/ou verbais. Lembrar que os alunos necessitam ter um leque de alternativas comportamentais disponíveis para elas se utilizarem na situação do inesperado. Se ele nunca exercitou nenhuma a tendência da agir de forma semelhante àquela com que foi atacado;

- Reconhecer explícita e elogiosamente os alunos que substituem respostas agressivas por comportamentos desejáveis, não agressivos;

No caso de alunos que se mostram retraídos, alheios ao ambiente social, é importante encorajar a interação social de colegas com eles. Importante ressaltar que os colegas é que inicialmente devem ser incentivados e elogiados pelas iniciativas, pois qualquer pressão para interação feita sobre o aluno retraído, pode aumentar esse retraimento.

- Procure designar o aluno para realizar uma atividade ou um projeto em grupo dando a ele tarefas específicas que exijam a cooperação. Parear o aluno retraído com um parceiro mediador, um tutor mais velho ou um adulto voluntário, de forma que estes possam lhe oferecer modelos adequados de participação e que o aluno possa ser positivamente beneficiado quando apresentar comportamento semelhante.

Ensinar comportamentos sociais adequados específicos para todas as crianças como por exemplo, estabelecer contato visual, manter contato visual, responder contato visual, responder a contatos verbais, iniciar contatos verbais, seguir instruções, responder a cumprimentos, cumprimentar pessoas por iniciativa própria, usar formas adequadas para manifestar raiva, etc.

Discutir a conduta indesejada com os demais alunos, buscando promover com eles a compreensão do fenômeno, bem como a compreensão de como se relacionar construtivamente com ele;

Estabelecer, juntamente com os alunos, padrões de conduta para convivência coletiva, bem como a definição de conseqüências para o cumprimento ou o descumprimento do acordado pelo grupo;

Procurar desenvolver uma relação positiva com os alunos que apresentam conduta não adaptativa, recebendo-o sempre com simpatia, batendo papo com ele em momentos apropriados, reconhecendo explicitamente seus ganhos avanços (por menor que sejam) e procurando identificar seus interesses e motivações.

Estabelecer cooperação dos demais alunos em atividades de treinamento de habilidades sociais, de monitoramento profissional e de monitoramento acadêmico. Recorrer à assistência de membros da equipe técnica e de outros profissionais da comunidade, no caso de situações de crise, buscando o suporte necessário para administrá-las

Estabelecer a normatização de procedimentos serem rapidamente adotados, para lidar eficientemente com comportamentos particularmente difíceis. Orientar aos demais alunos sobre como agir para gerenciar o relacionamento com colegas que apresentam condutas não adaptativas, ensinando-os como responder a situações específicas. Estimular o aluno que apresenta essas condutas, assim envolver em todas as atividades cívicas, artísticas, esportivas e sociais da escola juntamente com os demais colegas.

Adaptações para os estudantes com (DEFICIÊNCIA VISUAL)

Normalmente as pessoas utilizam expressões coloquiais, tais como você a “aqui, está vendo aqui, esse aqui”, aquele ali. Essas expressões não têm significação para quem não ver, portanto fale o nome da pessoa, objeto ou ação à qual você está se referindo.

Nas aulas de normas claras de referência, utilizando conceitos espaciais direita, esquerda atrás, na frente em cima, em baixo, etc:

- Evite oferecer tudo nas mãos do estudante. Encoraje seu aluno com cegueira a se locomover pela classe, pedindo que ele se dirija até sua carteira ou a dos colegas;

Explique a rotina de suas aulas

- Peça para o aluno com DV ter sempre sobre a carteira a reglete com o papel para fazer as anotações dos conteúdos das aulas

Não permita que o aluno permaneça durante a aula debruçado sobre a carteira. Estimule seu aluno a manter postura ereta e cabeça erguida. Evite maus hábitos de postura;

- Informe para o aluno com estudante que ele poderá pedir ajuda quando precisar

Se perceber que o estudante não está fazendo as atividades por constrangimento, medo ou insegurança em pedir ajuda, converse com ele em particular e esclareça o papel do professor na classe. Se necessário peça ajuda ao professor de apoio.

- Mantenha sempre as janelas e portas totalmente abertas ou fechadas uma vez que mantendo-as semi-abertas podem-se provocar acidentes

Na sala de aula permita que o aluno sente nas fileiras da frente para que o barulho, não seja empecilho para ele ouvir as explicações.

- Proporcione um ambiente audível para a transmissão dos conteúdos. Ninguém consegue aprender com barulho e tumulto. Por não enxergar o canal auditivo é muito importante no processo de aprendizagem do aluno com deficiência visual. Explique em voz alta tudo que expor no quadro. Permita que o aluno grave a aula para facilitar seu estudo

Quando houver algum empecilho de sua parte para ditar as informações escritas no quadro, solicite a um aluno vidente para sentar junto do aluno com DV e a medida que ele for copiando no caderno poderá ditar para o colega que não enxerga. Entretanto, não atribua esta responsabilidade sempre ao mesmo aluno, envolva todos os alunos videntes nessa colaboração.

Só faça avaliação oral com esse estudante em situação especial. Dentro do possível aplique o mesmo instrumento de avaliação utilizado pelos alunos videntes

Proceda com o seu aluno DV da mesma maneira que procede com o aluno vidente. Não passe a responsabilidade da família do estudante com deficiência para o cuidador ou professor auxiliar. Quando sentir necessidade convide os pais do estudante e converse sobre o desempenho e comportamento do aluno,

<p>O estudante com DV pode necessitar de mais horas para desenvolver uma atividade e diferentes explicações, por parte do professor para a compreensão de um conteúdo. Daí a importância de um trabalho integrado professor da classe regular, professor da sala de recursos.</p>
<p>O material didático como livro, apostilas, gráficos, mapas e outros afins, necessitam ser adaptados pelo professor de apoio para uso do aluno com DV. Portanto, para que o seu aluno DV participe das atividades em sala de aula junto com os colegas videntes é necessário que você informe ou disponibilize com dias de antecedência o material para o professor da sala de recurso possa adaptar ou orientar, já que esses materiais servem como elementos facilitadores do processo ensino aprendizagem,</p>
<p>Mantenha uma postura de absoluta normalidade e igualdade para com a classe como um todo. Não adote atitudes de superproteção diante do aluno DV ele deverá ser tratado com a mais absoluta igualdade no que se refere ao conteúdo programático (respeitando as da sua deficiência), aos deveres, direitos, disciplina e avaliação,</p>
<p>Não solicite do aluno com DV atividades que requeiram o uso da visão para a sua realização, tipo desenho de gravuras, gráficos e mapas. Atividades desse tipo são realizadas pelo professor da sala de recurso e explicadas para ele estudar, portanto avalie o conteúdo e não a apresentação figurativa já que não foi o aluno que fez.</p>
<p>Nas aulas de Artes especificamente voltadas para atividades de expressão gráfico plástica os objetos devem ser apresentados na forma tridimensional, preferencialmente, depois na forma bidimensional em alto relevo O aluno DV poderá reproduzir desenhos em moldes vazados Peça orientação ao professor de apoio para desenvolver suas aulas com o aluno com cegueira.</p>
<p>Existem instrumentos adaptados para o uso do aluno DV nas aulas de desenho geométrico (régua, esquadro, compasso, etc) A orientação para o manuseio desses instrumentos de desenho deve ser feita pelo professor da sala de recursos. Se informe do professor da sala de recursos da sua escola ou procure saber do aluno DV se ele assina o nome utilizando a escrita comum. Caso ele já tenha sido preparado para fazer assinatura utilizando a escrita cursiva, exija que ele assine as avaliações ou atividades antes da entrega da atividade.</p>
<p>O aluno DV deve permanecer na sala de aula regular para a aprendizagem dos conteúdos Permita sua ausência da aula se houver necessidade dele receber um atendimento específico com o professor de apoio ou precisar utilizar algum equipamento especial da sala de recursos;</p>
<p>Não permita que o aluno vidente manuseie os recursos didáticos especiais dos alunos: com cegueira para brincadeiras. Os recursos didáticos específicos são caros e de difícil aquisição.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Diga-se ao aluno DV chamando-lhe pelo nome. Evite que os alunos videntes chamem o colega com DV pela deficiência, tipo "ceguinho" ou "cego".
<p>O estudante com DV não precisa de piedade, mas de respeito. Não o veja como coitadinho.</p>
<p>Proporcione ajuda metodológica ao aluno com cegueira oferecendo-lhe material com as devidas adaptações para que ele desenvolva as atividades comuns ao grupo. Feitas as adequações e adaptações necessárias, o aluno com cegueira não tomará demasiado tempo e você não terá que negligenciar os demais alunos para atender às suas necessidades</p>
<p>Promova atividades em grupo. Esse procedimento além de ajudar o estudante, quando ele não dispõe do material impresso em Braille contribui para a interação com os demais colegas fazendo e não se sentir marginalizado ou segregado na sala de aula</p>
<p>Valoriza as atividades que o aluno com DV desenvolve, mesmo que essas atividades sejam realizadas com níveis de ajuda dos colegas mais adiantados ou com a própria ajuda. Lembre-se que em sala de aula você e os colegas do aluno com deficiência devem servir como agentes mediadores no processo ensino-aprendizagem</p>

**Adaptações para os estudantes com
(DEFICIÊNCIA AUDITIVA)**

Fale frases completas, não exagere na articulação das palavras nem na velocidade da fala;

Abuse dos estímulos visuais, táteis

Solicite que o aluno repita o que lhe foi explicado para que possa certificar-se da compreensão;

Altere as atividades verbais com as atividades motoras, diminuindo assim o cansaço causado pela atenção visual constante do aluno tanto quando há a presença de um intérprete como quanto há necessidade de leitura orofacial;

Utilizar todas as possibilidades sensoriais da criança

Promover jogos que favoreçam a expressão e o intercâmbio comunicativo;

Permitir que a criança surda tenha acesso ao maior número possível de sinais

Estabelecer um diálogo adequado, perguntar e dar tempo para que a criança elabore sua resposta;

Em situações que envolvam o grupo, certificar-se de que a criança surda recebeu a mensagem;

Utilizar a comunicação gestual e a língua de sinais para favorecer a comunicação,

Fazer com que a criança sente-se próximo ao local onde o professor fique com mais frequência;

Fazer com que a criança não se sente próximo à janela;

O professor deve repetir as ordens que a criança não conseguiu acompanhar, e até repeti-las individualmente; O professor deve saber qual é o melhor ouvido da criança e facilitar seu acesso à informação;

Incentivar os estudantes a buscarem e utilizarem materiais visuais.

Promover a participação dos alunos surdos em todas as atividades escolares e extra escolares;

Respeitar as diferentes formas de linguagem e sua função (escrita, oral gestual, visual e corporal);

**Adaptações para os estudantes com
(PARALISIA CEREBRAL)**

Valorizar e seu jeito de aprender e aumentar as suas capacidades de ação interação a partir de suas habilidades

Conhecer e criar novas alternativas para comunicação, escrita, mobilidade, textura brincadeiras, artes, utilização de materiais escolares e pedagógicos

No caso de comprometimento do membro superior:

- Carteira com possibilidade de graduar a altura e a inclinação assim como bordas elevadas para impedir a queda de objetos.
- Fixação de papel a mesa com fita adesiva, taxas ou régua imantada
- Material leve para ampliação do diâmetro de lápis, canetas, talheres e escovas de dente para facilitar a preensão.
- Quadro com letras e números imantados;
- Computador com as devidas adaptações

As condições necessárias a acessibilidade desses alunos são, em sua maioria necessária a todos os demais alunos:

- Cadeira com altura adequada, para que o aluno não fique com os pés pendurados,
- Piso da sala de aula não escorregadio
- Espaço suficiente entre as carteiras para permitir melhor circulação da cadeira de rodas

Dificuldades do estudante com Paralisia Cerebral espástica:

- A aquisição da linguagem e muito dificultada, sendo a fala da maior parte dos alunos rudimentar, com omissões de alguns fonemas.
- Apresentam um enrijecimento da musculatura em geral, dificultando a manutenção da postura na posição sentada e dificultando, também a escrita.

Sugestões de ações pedagógicas:

- As atividades orais como as leituras de textos devem ser substituídas por leitura pelo professor com interpretação de textos escritos
- Podemos colocar um tampo de mesa adaptado na cadeira de rodas. Substituir a escrita com lápis por letras do alfabeto e numerais com uso de computador.
- Utilizar letras e numerais com velcro, ima ou outro material para facilitar o manuseio dos estudantes e substituir a escrita;

Dificuldade do estudante com Paralisia Cerebral Atetóide:

- Possuem dificuldades nas articulações orofaciais, causando prejuízo na estruturação da linguagem oral que é de difícil compreensão.
- Esta forma tem como característica a dificuldade na coordenação dos movimentos.

Sugestões de ações pedagógicas:

- Na leitura oral o professor deve ignorar as omissões, por exemplo, dos encontros consonantais braço/baço: prata/pato. Pela escrita pode se verificar se o estudante tem constituído um encontro consonantal ou não.
- Sentar o aluno com os pés no chão, fazendo um ângulo de 90 e colocar sacos de areia para apoiar os pés. Mantendo essa postura, estaremos inibindo os movimentos involuntários dos membros inferiores.
- Para ajudar o aluno na escrita podemos confeccionar pulseiras revestidas. A presença de um peso nas extremidades (pés e punhos) diminui, por certo tempo, os movimentos involuntários;

Dificuldade do estudante com Paralisia Cerebral Hemiplegia

- Apresenta um lado do corpo comprometido. O professor precisa verificar a dominância lateral do aluno;

Sugestões de ações pedagógicas:

- O professor deverá estimular o uso da mão comprometida. Enquanto a mão não comprometida estiver escrevendo, a outra deverá estar em cima da mesa apoiando o papel. O professor deverá estimular o lado não comprometido, descrevendo as funções do mesmo, para a utilização da escrita e atividades da vida diária;
- Estudantes com lesões cerebrais às vezes apresentam dificuldades nas funções perceptuais, tais como discriminar cor, forma, número, tamanho, natureza e semelhança de objetos. Neste caso, deve-se acrescentar objetivo (s) educacional (is) para esse aluno em particular, com o (s) correspondente (s) conteúdo (s) de estimulação psicomotora.

Sugestões de ações pedagógicas:

- Estudantes com lesões cerebrais às vezes apresentam dificuldades nas funções perceptuais, tais como discriminar cor, forma, número, tamanho, natureza e semelhança de objetos. Neste caso, deve-se acrescentar objetivo (s) educacional (is) para esse aluno em particular, com o (s) correspondente (s) conteúdo (s) de estimulação psicomotora
- Crianças que apresentam dificuldades de apreensão de conceitos podem ser auxiliadas nesse processo se o professor planejar o ensino organizando objetos em categorias enfatizando os aspectos e/ou itens relevantes em um contexto;
- No que se refere às atividades de leitura, recomenda-se que esta seja estimuladas, respeitando as adequações que se fazem necessárias. A leitura silenciosa, por exemplo, pode se tornar fonte de prazer, estímulo do pensamento criador e via de acesso e ilimitadas oportunidades de experiência pessoal para a criança com grandes dificuldades motoras de comunicação oral.
- As crianças que têm grandes dificuldades de desenvolver uma comunicação oral funcional podem ser bastante beneficiadas por formas alternativas de comunicação social tais como por escrito, através do uso de quadros de conversação (cadernos de signos, livros de comunicação os quais são cadernos ou livros que contêm figuras correspondentes a substantivos, adjetivos, verbos, advérbios mais comumente utilizados na coloquial do cotidiano), através do uso de caixas de palavras com figuras, de computador;
- Uso das tecnologias assistivas com tesoura adaptada com arame revestido, aranha-mola onde os dedos e a caneta são encaixados, pulseira imantada, engrossador de espuma, ponteira de cabeça, apontador adaptado, plano inclinado para fixar o livro e separador de páginas com feltro ou espuma.
- Utilização dos jogos variados com velcro a exemplo quebra-cabeça, pareamento de cores de cartas, jogos de estimulação da leitura e escrita.
- Auxílio de pranchas com letras contendo todo alfabeto usando letras em EVA, cubos madeira, em cartões de papelão, colocadas sobre tampinhas etc De acordo a necessidade de adaptação do educando, pois, o educando poderá junto com um colega compor o texto montando as palavras;

- Utilização de recursos com o uso de comunicação aumentativa e alternativa através de pranchas e cartões de comunicação e acessórios e idéias para criação de recursos para comunicação, utilizando baixa tecnologia.
- Utilize folhas avulsas, mais fáceis de manusear que os cadernos.
- Escrever com letras grandes e pedir que o aluno sente-se na frente:
- Se ele não consegue falar e não utiliza uma prancha própria de comunicação alternativa, providencie uma para ele com desenhos ou fotos por meio dos quais estabelece a comunicação. Ela pode ser feito com papel cartão ou cartolina: em que são coladas figuras pequenas do mesmo material, e fotos que representem pessoas e coisas significativas como os pais, os colegas de classe a time de futebol, p abecedário e palavras-chave como 'sim', "não", "fome", "sede", "entrar", "sair" etc.
- Para informar o que quer ou sente, o aluno aponta para as figuras e se comunica. Ele precisa de um profissional de apoio para ir ao banheiro e em alguns casos, para tomar banho.
- As atividades de leitura podem ser realizadas com textos produzidos com software escritos com símbolos para que o estudante leia com entusiasmo e satisfação;

ANEXO II

QUADRO- REDES DE APOIO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE ITABERABA-BAHIA			
ÁREA	INSTITUIÇÃO	SERVIÇO OFERECIDO	QUEM ENCAMINHAR
EDUCAÇÃO	<p>Secretaria Municipal de Educação</p> <p>Gerência de Assistência ao Educando</p> <p>Técnicas de Educação Especial</p>	<p>Garantir o direito de acesso e a permanência dos alunos com deficiência na escola regular e no Atendimento Educacional Especializado.</p> <p>Articular ações referentes à política e qualidade da inclusão no município de Itaberaba</p> <p>Prestar assistência técnica em Educação Especial e Inclusiva as Escolas Municipais. Gerenciar ações referentes à Educação Especial no Município.</p>	<p>Todo público alvo da Educação Especial</p>
	<p>CEAPE - Centro de Apoio Pedagógico em Educação Especial.</p>	<p>Atendimento Educacional Especializado em:</p> <p>1- Deficiência Visual;</p> <p>2- Deficiência Intelectual;</p> <p>3- Dificuldade de Aprendizagem/ Atendimento Psicopedagógico;</p> <p>4- Atendimento Psicológico (Psicólogo).</p>	<p>1- Todos os alunos com Deficiência Visual;</p> <p>2- Alunos com Deficiência que não estão nas salas de recursos multifuncionais.</p> <p>3- Alunos com Dificuldade de Aprendizagem(encaminhar via relatório pedagógico os alunos com dificuldade acentuadas de aprendizagem e transtornos.</p> <p>4- Professores que têm alunos incluídos com deficiência e precisam de apoio psicológico.</p>

	<p>Salas de Recursos Multifuncionais SRM, nas Escolas Municipais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • CEMEI Linésio Bastos de Santana • CEMEI Hercília Dias Mascarenhas • Escola Municipal Professora Cora Ribeiro dos Santos • Escola Municipal Professor Darcy Ribeiro dos Santos; • Escola Municipal Nelson Alves de Guimarães Carvalho • Escola Municipal Novo Tempo; • Escola Municipal Pedra que Brilha; • Escola Municipal Doralice de Souza Sampaio • Escola Municipal Professora Dilma Regina Cerqueira de Sant'anna <ul style="list-style-type: none"> • Instituto Municipal de Educação (INSME) 	<p>Atendimento Educacional Especializado em:</p> <p>1- Deficiência Intelectual e Deficiências múltipla.</p> <p>2 -Deficiência Auditiva: Apenas na Escola Municipal <u>Instituto Municipal de Educação INSME.</u></p>	<p>1 - Alunos com Deficiência Intelectual (apenas os alunos matriculados nas Escolas que fazem parte da nucleação da SRM conforme o anexo de portaria de matrícula)</p> <p>2 - Todos os alunos surdos. O INSME receberá estudantes dos anos iniciais.</p>
	<p>Atendimento Educacional (AEE) do Campo.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Escola Municipal Maria Milza • Escola Municipal Maria José da Costa Ramos • Escola Municipal Carlos Spínola da Cunha; • Escola Municipal São Roque • Escola Municipal Esmeraldo Queiroz; 	<p>Atendimento Educacional Especializado em:</p> <p>- Deficiência Intelectual e Deficiências multiplas</p>	<p>-Todos os alunos com Deficiência intelectual moradores da localidade.</p>
SAÚDE	<p>Gerência de Assistência ao Educando - Secretaria de Educação. (SMED)</p>	<p>- Acompanhamento da Bolsa Família (frequência escolar);</p> <p>- Gerenciamento dos livros didáticos;</p> <p>- Distribuição, remanejamento e SISCORT (informação para o MEC) da reserva técnica do livro didático;</p> <p>- Merenda Escolar;</p> <p>- Transporte Escolar.</p>	<p>- Todos os alunos matriculados na rede municipal de ensino;</p> <p>- Alunos com necessidades do transporte escolar, alunos em vulnerabilidade social, situações de risco e abandono intelectual.</p>

	<p>CER II - Centro Especializado em Reabilitação Física e Intelectual.</p>	<p>Atendimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Neurologista; - Ortopedista; - Enfermeiro; - Psicólogo; - Fonoaudiólogo; - Fisioterapeuta; - Terapeuta Ocupacional (TO); - Técnicos em Enfermagem; 	<p>- Todos os alunos com Deficiência física e/ ou intelectual.</p> <p>Obs: em caso do aluno sem relatório nas duas deficiências, mas com fortes características de comprometimento físico ou cognitivo, a escola pode encaminhar com relatório pedagógico, da escola, para o CER (após um diálogo cauteloso com o responsável), para que os profissionais realizem uma avaliação.</p>
	<p>CIS - Ambulatório Psicossocial</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Psicólogo; - Fonoaudiólogo; - Enfermeiro; - Psicopedagogo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Alunos com dificuldade de aprendizagem, deficiência e doença mental. - Alunos com demandas emocionais, no processo aprendizagem.
	<p>CAPS - Centro de Atenção Psicossocial.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Psicólogo; - Enfermeiro; - Psicopedagogo; - Psiquiatra; - Assistente Social 	<ul style="list-style-type: none"> - pessoa com Doença mental.

REFERENCIAL CURRICULAR MUNICIPAL DE ITABERABA

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

REFERENCIAL CURRICULAR MUNICIPAL DE ITABERABA

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br